



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA- PPGEDUC
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

ELIELMA DO SOCORRO LOBO DOS SANTOS

MICROPOLÍTICAS E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO:
Pistas Cartográficas do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA.

CAMETÁ/PA
2018

ELIELMA DO SOCORRO LOBO DOS SANTOS

**MICROPOLÍTICAS E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO:
Pistas Cartográficas do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Linguagem, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura.

Orientador: Dr. José Valdinei Albuquerque Miranda

**CAMETÁ/PA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237m Santos, Elielma do Socorro Lobo dos

Micropolíticas e educação para as relações de gênero: Pistas cartográficas do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/Pa. / Elielma do Socorro Lobo dos Santos. — 2018

141 f. : il. color

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), Campus Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2018.

Orientação: Prof. Dr. José Valdinei Albuquerque Miranda

1. Educação. Micropolítica LGBT. Gênero. Lutas coletivas. Linhas de fuga. I. Miranda, José Valdinei Albuquerque, *orient.* II. Título

CDD 370

ELIELMA DO SOCORRO LOBO DOS SANTOS

MICROPOLÍTICAS E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO:

Pistas Cartográficas do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Linguagem, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura.

BANCA EXAMINADORA:

**Presidente (Orientador): Prof. Dr. José Valdinei Albuquerque Miranda
(PPGEDUC/UFPA)**

Membro interno: Profa. Dra. Gilcilene Dias Da Costa (PPGEDUC/UFPA)

**Membro externo ao Programa: Profa. Dra. Josenilda Maria Maués da Silva
(UFPA/PPEB)**

**Membro externo à Instituição: Profa. Dra. Lucélia de Moraes Braga Bassalo
(UEPA/PPGED)**

Data de Defesa: 16/04/2018

Dedico, a todos os militantes participantes do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA, pela história de luta, resistência e atuação política.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus que me guia pelos diferentes caminhos da vida e me permitiu, assim, chegar até aqui!

Aos meus pais, Raimundo Santos e Eliete Lobo, que são pessoas simples, sem diplomas acadêmicos e sempre me mostraram que a principal educação da vida consiste em respeitar e reconhecer o Outro. São meus grandes incentivadores que ao longo de suas vidas trabalharam, arduamente, para me proporcionar melhores condições no processo de escolaridade.

Ao meu querido irmão Elielton Lobo que, por entre encontros e desencontros, sempre emana energias positivas, torcendo por minhas conquistas. Obrigada pelo seu apoio.

Ao meu namorado, Alan Rodrigues, pelo incentivo, compreensão, companheirismo e força nos dias difíceis.

Aos amigos que o Mestrado em Educação e Cultura me presenteou, em especial, a Jesse Campos, Regiane Neves, Edna Martins, Darcielly Cardoso, Benedita Caldas e Teodoro Gaia pela incrível jornada acadêmica que atravessamos juntos compartilhando aprendizados, sonhos, medos, angústias e muitos momentos felizes. Foi único tudo que vivi ao lado de vocês durante esses dois anos de curso.

Aos membros da banca, professoras: Gilcilene Dias, por quem já sinto grande apreço antes mesmo de lhe conhecer pessoalmente, obrigada por seu cuidado e acolhimento; à Lucélia Bassalo que me transmitiu tanta tranquilidade e encorajamento no exame de qualificação; à Josenilda Maués que, a partir de um pensamento sensível, abriu novas possibilidades de se pensar uma Educação lastreada pela filosofia da diferença. Enfim, sou grata pelas valiosas observações, sensibilidade e disposição em contribuir com esta pesquisa.

Aos militantes do Grupo LGBT de Igarapé-Miri, especialmente aos interlocutores da pesquisa, Shaylla, Canandra Calandrine, Kaellany Rofft, Lyra Gabi, Thayssa, Richard, JonasDaby, Valesca Dumont e Nayara Charla, assim como à Rafael Ventimiglia, membro do Movimento LGBT do Estado do Pará. Foram 15 meses de intensa vivência, por entre risos leves, desafios e muito aprendizado. Sinto-me tão feliz e realizada em ter desenvolvido esta pesquisa junto a cada um de vocês. Uma experiência inesquecível!

Ao meu orientador, José Valdinei Miranda, que me colocou diante do novo! Pela parceria intelectual que construímos nesses dois anos de curso, na qual com competência e generosidade me mostrou o sentido e o significado do torna-se pesquisadora, sou-lhe imensamente grata pela confiança, atenção e amparo. Muito obrigada por suas cuidadosas e

atentas leituras, pela maestria em compartilhar seus conhecimentos e experiências que me foram tão significativos na construção deste estudo investigativo. Espero que nossa parceira intelectual alcance outros voos.

À FAPESPA pelo apoio financeiro imprescindível para o desenvolvimento deste estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura pela excelente formação, bem como aos professores, coordenação e colegas da turma 2016 pela doce acolhida no município de Cametá/PA.

[...] o movimento [LGBT] fez a gente enxergar a política com outros olhos. Nossas lutas e conquistas passam pela política [...] através do movimento passamos a aprender sobre os nossos direitos e sobre as leis que temos a nosso favor, e sem o movimento isso seria difícil de acontecer.
(Militante do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA).

Militar é agir.
(Félix Guattari, 1985)

RESUMO

O estudo intitulado *MICROPOLÍTICAS E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO: Pistas Cartográficas do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA* tem por objetivo perceber, por meio das pistas cartográficas, as linhas de fuga empreendidas pelo grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA, no sentido da produção de uma micropolítica da diferença. Com Deleuze e Guattari (1996) discute a questão da Micropolítica, bem como os conceitos *Multiplicidade, Agenciamento coletivo, Devir, Segmentaridade Molar e Molecular*. Assim, nossos esforços investigativos centram-se em descrever as condições de emergência do movimento, marcada por lutas de resistência. Para o desenvolvimento da presente pesquisa, utilizamos as pistas cartográficas para observação de campo e acompanhamento de processos, como procedimento para a construção de um percurso investigativo e análise processual da pesquisa. Desse modo, cartografamos encontros, cenários, diálogos e debates, percursos de lutas coletivas do grupo e suas formas de atuação política. Dentre os principais autores-interlocutores da pesquisa podemos citar: Michel Foucault (1984, 1988), Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996, 2010), Judith Butler (2003; 2008), Guacira Louro (2000), Berenice Bento (2011), Richard Miskolci (2012) entre outros. Assim, buscamos perceber como os processos socioeducativos se desenvolveram ao longo da organização do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA. Para tanto, buscamos mostrar as linhas de fuga e movimentos de captura tecidos em uma cartografia política inscrita na sociedade miriense, no intuito de pensar em um aprender-educar transgressor por meio das micro-resistências dos sujeitos LGBT no espaço escolar e para além dele enquanto espaço formativo.

Palavras-chave: Educação. Micropolítica LGBT. Gênero. Lutas coletivas. Linhas de fuga.

ABSTRACT

The study entitled MICROPOLITICS AND EDUCATION FOR GENDER RELATIONS: Cartographic Clues of the LGBT Group of Igarapé-Miri / PA aims to perceive, through the cartographic tracks, the escape lines undertaken by the LGBT group of Igarapé-Miri / PA, in the sense of the production of a micropolitics of difference. With Deleuze and Guattari (1996) he discusses the issue of Micropolitics, as well as the concepts Multiplicity, Collective Aggregation, Devir, Molar and Molecular Segmentarity. Thus, our investigative efforts center on describing the emergency conditions of the movement, marked by resistance struggles. For the development of the present research, we used the cartographic tracks for field observation and process monitoring, as a procedure for the construction of an investigative course and process analysis of the research. In this way, we map out encounters, scenarios, dialogues and debates, paths of collective struggles of the group and their forms of political action. Among the main authors of the research are: Michel Foucault (1984, 1988), Gilles Deleuze and Félix Guattari (1996, 2010), Judith Butler (2003, 2008), Guacira Louro (2000), Berenice Bento (2011), Richard Miskolci (2012) and others. Thus, we seek to understand how the socio-educational processes have developed throughout the organization of the LGBT group of Igarapé-Miri / PA. In order to do so, we seek to show the lines of escape and movements of captured tissues in a political cartography registered in Miriense society, in order to think of a transgressor learn-educate through the micro-resistances of LGBT subjects in school space and beyond formative space.

Keywords: Education. Micropolitics. Genre. Collective fights. Lines of escape.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 01: Jornal Lampião da Esquina	31
Fig. 02: A travesti Kaellany Rofft no desfile do evento Rainha das rainhas Gay (3ª edição, 2003)	42
Fig. 03: Miss Igarapé-Miri Gay (1º edição, 2001)	43
Fig. 04: Miss Caipira Gay. 2016 - Lyra Gabi repassando o prêmio para a ganhadora, Kaellany Rofft Fonte	44
Fig. 05: Paola na Parada LGBT de São Paulo	46
Fig. 06: Portaria de Nomeação de Paola	46
Fig. 07: Posse da Presidente Shaylla	49
Fig. 08: Assembleia Geral Extraordinária	50
Fig. 09: discussão da pauta de alteração da sigla	51
Fig. 10: Preparativos no trio elétrico para a 1ª parada LGBT de Igarapé-Miri	55
Fig. 11: Kaellany Rofft e Valesca Dumont	58
Fig. 12: Apresentadora da 10ª Parada- Drag Queen Sarah de Montserrat	59
Fig. 13: Coapresentadora da 10ª parada Kaellany Rofft ao lado do Gogo boy	61
Fig. 14: As enamoradas, do segmento de lésbica	62
Fig. 15: O casal homoafetivo, do segmento de Gays	63
Fig. 16: A apresentadora Sarah conduzindo a manifestação	63
Fig. 17: Sarah e Lyra Gabi posando para fotografia com crianças	64
Fig. 18: Público da 10ª Parada LGBT de Igarapé-Miri	64
Fig. 19: Crianças observando atentamente os sujeitos participantes da parada	65
Fig. 20: Mama África e Valesca Dumont, candidatas do concurso de performance da 10ª parada Fonte	66
Fig. 21: Consuelo Werneck exibindo as alterações em seu corpo através do uso de hormônios	68
Fig. 22: Campanha contra a homofobia	72
Fig. 23: Campanha contra o preconceito	73
Fig. 24: Campanha “eu defendo TODAS as famílias”	76
Fig. 25: Planejamento anual 2017	80
Fig. 26: Discussão sobre as atividades anuais do grupo	80
Fig. 27: Decreto que institui o uso do nome social	81
Fig. 28: Registro de Identificação Social – RIS	82

Fig. 29: Emissão de documentos durante a Ação Cidadania 2017.....	83
Fig. 30: Campanha em alusão ao Dia Internacional Contra a Homofobia, Lesbofobia, Transfobia.....	84
Fig. 31: Cartaz em comemoração ao Dia Internacional da Mulher/2017.....	89
Fig. 32: Adesão ao Partido Socialista Brasileiro – PSB.....	92
Fig. 33: Fachada da UREDIPE.....	94
Fig. 34: Candidatura de Shaylla para vereador.....	97
Fig. 35: Pronunciamento de Shaylla na Câmara Municipal de Igarapé-Miri/PA.....	99
Fig. 36: Firmação do Grupo no PSB.....	102
Fig. 37: Ação Escolar: visitação na sala de aula.....	118
Fig. 38: Distribuição de materiais na secretaria da escola.....	118
Fig. 39: Ação de conscientização com os alunos.....	121
Fig. 40: Momento de anexar os cartazes nas escolas.....	123
Fig. 41: Alunos auxiliando fixação de cartazes.....	124
Fig. 42: Alunos posando com os cartazes.....	124

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AGALT AMAZON	Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros do Pará
AHB	Associação dos Homossexuais de Bragança
ALESPA	Associação Lésbica do Estado do Pará
ALESSA	Associação pela Livre Expressão Sexual de Ananindeua
ALGBTUC	Associação LGBT de Tucuruí
APOLO	Grupo pela Livre Orientação Sexual
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEDS	Conselho Estadual da Diversidade Sexual
CONSEP	Conselho Estadual de Segurança Pública
CONSUN	Conselho Superior
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DAV	Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis
DCCDH	Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios e Homofóbicos
DST	Doença Sexualmente Transmissíveis
ESH	Escola Sem Homofobia
FUNDEB	Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização de Professores da Educação
GDC	Grupo Diversidade de Castanhal
CLOS	Coordenadoria de Proteção à Livre Orientação Sexual
GHI	Grupo de Homossexuais de Igarapé-Miri
GHM	Grupo Homossexual de Marituba
GHP	Grupo Homossexual do Pará
GHTX	Grupo Igualdade e Respeito; Grupo Homossexual da Transamazônica e

Xingu	
GLT	Gays, Lésbicas e Travestis
GRETTA	Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais da Amazônia
IST	Infecção Sexualmente Transmissíveis
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
MHB	Movimento Homossexual de Belém
MESP	Movimento Escola Sem Partido
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
RG	Registro Geral
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEJUDH	Secretaria de Estado e de Justiça e Direitos Humanos
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SOL	Sexualidade Organizada e Livre
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UREDIPE	Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecciosas Parasitárias Especiais

SUMÁRIO

SEÇÃO I

APROXIMAÇÕES CARTOGRÁFICAS DA PESQUISA..... 15

Por entre encontros e vínculos..... 15

Movimentações cartográficas: a construção do campo de problematização da pesquisa..... 25

1. DO LUTO AO ARCO-ÍRIS 31

1.1 Entre *alibãs* e *carreirões*: Os perigos em transitar pela cidade..... 31

1.2 Entre as passarelas e os gramados: Primeiros ensaios de resistência 36

1.3 Anúncios de agenciamentos coletivos: O florescer de uma micropolítica 46

2. PARADA DO ORGULHO LGBT DE IGARAPÉ-MIRI/PA: Entre festa e política do desejo 54

2.1 Lances da Parada do Orgulho LGBT de Igarapé-Miri/PA..... 54

SEÇÃO II

3. MICROPOLÍTICAS DO GRUPO LGBT DE IGARAPÉ-MIRI/PA..... 70

3.1 Práticas de resistências e ações socioeducativas..... 70

4. MICROPOLÍTICAS LGBT E AS NOVAS ALIANÇAS DE INSURREIÇÃO 93

4.1 Alianças LGBT e movimentações micropolíticas..... 98

5. MICROPOLÍTICAS DO EDUCAR PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO..... 105

5.1 Saberes insurgentes: Por uma educação *menor* 117

LINHAS FINAIS 129

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 134

ANEXOS..... 141

APROXIMAÇÕES CARTOGRÁFICAS DA PESQUISA

Por entre encontros e vínculos

Construir sua própria vida, construir algo de vivo, não somente com os próximos, com as crianças - seja numa escola ou não - com amigos, com militantes, mas também consigo mesmo, para modificar, por exemplo, sua própria relação com o corpo, com a percepção das coisas: isso não seria, como diriam alguns, desviar-se das causas revolucionárias mais fundamentais e mais urgentes? Toda questão está em saber de que revolução se trata! Trata-se, sim ou não, de acabar com *todas* as relações de alienação - não somente as que pesam sobre os trabalhadores, mas também as que pesam sobre as mulheres, as crianças, as minorias sexuais, etc., as que pesam sobre sensibilidades atípicas, as que pesam sobre o amor, aos sons, as cores, as ideias... (GUATTARI, 1985).

O presente estudo procura, por diferentes caminhos, “construir algo vivo”. Objetiva analisar os processos de construção do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA, enfatizando suas ações e alianças produzidas a partir de uma micropolítica da diferença. Por meio de suas linhas de fuga, permite pensar uma educação para as relações de gênero construída através das ações socioeducativas desenvolvidas pelo referido Grupo no interior das escolas de educação básica. Assim, destacam-se as estratégias de alianças políticas, articulações, desafios, embates e enfrentamentos contra os mecanismos de assujeitamento e a favor da liberdade de manifestação de gênero e dos diferentes estilos de vida.

Antes de adentrarmos propriamente nas apresentações das ferramentas teórico-conceituais utilizadas nesse texto dissertativo, iniciaremos nosso trajeto cartográfico pelas tramas implicadas nas linhas de aproximações em realizar uma pesquisa com um grupo minoritário, além de delinear o encontro com as perspectivas teórico-metodológica permeadas por questões de gênero e sexualidade. Para tanto, se faz importante destacar três vínculos de mobilização e afetação, implicados em uma trajetória subjetiva e acadêmica, a fim de demonstrar a relação construída entre a pesquisadora, os interlocutores e o campo de problematização do estudo.

O primeiro vínculo de mobilização corresponde à relação afetiva construída, na infância, com a babá. Trata-se de uma babá que não se enquadra ao modelo convencional hegemônico, sobretudo por apresentar, aos olhos da sociedade, uma “sexualidade desviante”. Ao procurar, em alguns dicionários, as definições para o termo “Babá”, observa-se várias

entradas como “mulher que cuida de crianças, ama de leite”, entre outras, de modo que estas definições estão, constantemente, atreladas à imagem feminina. Entretanto, a babá em que aqui fazemos referência é uma exceção à regra, pois se afasta desse imaginário feminino instituído, mostrando-se pela reinvenção de si, driblando as normalizações sociais.

Ao dialogar com Canandra Calandrine, assim conhecida pelo seu nome de guerra feminino, a respeito de suas concepções por ocupar um lugar que desentoa às convenções sociais tradicionais, ela diz que “assim que fui convidada pra ser babá, gostei muito da ideia” (Entrevista, 2017). Segundo ela, o início desta nova experiência datava o começo da década de 90, período em que se levantava uma intensa hostilidade contra homossexuais, em Igarapé-Miri/PA. Canandra continua seu relato estabelecendo uma analogia entre o tempo passado e o período atual, quanto ao estereótipo e estigma que recaem em sujeitos que subvertem os papéis sociais:

Hoje em dia a gente já ver um casal de homossexuais adotando crianças, tem uns gays e lésbicas que sempre cuidam de alguma criança da família [...] mas é difícil ver alguém contratar uma babá gay [...] ainda tem muito preconceito sim porque a maioria das pessoas acha que vamos mexer [assediar] com as crianças ou ensinar a ser como a gente (Entrevista com Canandra Calandrine, 25 de Outubro de 2017).

Assim, sua fala denota que os estigmas sociais contra homossexuais são acentuados, sobretudo, quando lhes são outorgados certos lugares e profissões que a sociedade lhes nega como, por exemplo, o de cuidar e zelar por uma criança na casa de outras pessoas, como também pode ser estendido para o trabalho em instituições escolares. Além do mais, o fato de ser “a primeira babá gay da cidade” (Entrevista, 2017), que já se tinha ouvido falar na época, produzia alguns murmúrios e tensionamentos na cidade. Primeiramente pelo fato desta babá não se encaixar aos padrões de conduta instaurados e, aliado a isto, ressalta-se o período hostil da década de 90, em Igarapé-Miri/PA, marcado pelo reflexo e efeito devastador da AIDS em meados da década de 80, também chamada de “peste gay” (FACCHINI, 2003). Este campo de visibilidade em torno da homossexualidade corroboraria por acentuar o preconceito, de forma “como se a homossexualidade fosse ‘contagiosa’, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais” (LOURO, 2000, p. 19).

Esse clima de antipatia e hostilidade, vivenciado por homossexuais na cidade, se evidencia, sobretudo, nas cenas relatadas por Canandra, ao frequentar eventos comemorativos, assim como ao transitar, na condição de babá, pelos espaços públicos da cidade. A esse respeito, ela narra:

Nessa época éramos vizinhos [...] como teus pais trabalhavam e passavam a maior parte do tempo fora, eu passava o dia todo cuidando de ti. À tarde sempre te levava pra passear na cestinha da bicicleta pela cidade [...] e sempre que convidavam vocês pra algum aniversário, eu ia com vocês [minha família]. Algumas pessoas riam, outras ficavam admiradas e espantadas [...] Porque já pensou, um homem, gay, cuidando de uma criança, né! Eles achavam um absurdo, mas eu não me importava pra opinião deles. (Entrevista com Canandra Calandrine, 25 de Outubro de 17).

A narrativa de Canandra expressa indícios de coragem e potência em sua *vida infame de babá*, o que nos induz a pensar no sentido de verdade através do conceito de **parresia** ancorado no pensamento foucaultiano. Nessa perspectiva, a concepção da parresia corresponde “[a] uma maneira de dizer a verdade [...] é uma maneira de se vincular a si mesmo no enunciado da verdade, de vincular livremente a si mesmo na forma de um ato corajoso” (FOUCAULT, 2010 p. 63 e 64). Então, partindo do pressuposto de que este dizer a verdade é viabilizado somente na garantia pela apropriação de determinados atributos morais, tomados pelas formas de materialização a partir de gestos, fala e corpo (SANTOS, 2015), se faz oportuno perceber um duplo movimento de captura por uma abjeção produzida pelo desvio a matriz heterossexual e por assumir a condição de babá, neste sentido:

[...] os infames, de Foucault, seriam, portanto, aqueles que evocariam suas vontades de verdades sem medo de subjetivar seus atrevimentos por sentidos, significação e códigos nem sempre fáceis de decodificações aceitas, diante e para aqueles que se apresentam queixosos e recalcados diante dos impulsos de outros que, por ser o que são, os incomodam, afetam, nauseiam e desmascaram Os trejeitos, as espontaneidades, as criatividades, as ousadias, a defesa de si mesmos e os desejos de verdade são marcas incontestes neste campo de subjetivações de sujeitos homoafetivos (SANTOS, 2015, p. 64-65).

Desse modo, a parresia, enquanto verdade do atrevimento, em sua dimensão ética e de compromisso com a verdade, decorre da afirmação de um modo de vida, neste caso, por sua sexualidade não legitimada e por ocupar uma posição de “ilegalidade” em seu ofício, bem como os efeitos advindos desta afirmação, no sentido em que “se trava uma luta para expressar uma estética, uma ética, um modo de vida que não se quer "alternativo" (no sentido de ser "o outro"), mas que pretende, simplesmente, existir pública e abertamente, como os demais” (LOURO, 2000, p. 20).

Assim, se torna evidente a expressão de uma vida que se quer ser reconhecida publicamente, sem rótulos e limitações no quadro classificatório da sociedade que impõe os

papéis sociais que cada sujeito deveria exercer e ocupar. A vivência e convivência com a babá abriu caminhos para conhecer o universo LGBT, por entre contatos e aproximações com outros sujeitos da diferença, de maneira que à medida que avançávamos no processo de aquisição da língua materna, também íamos assimilando os códigos linguísticos do Bajubá, linguagem da comunidade LGBT. Com isso, a inocência de criança e as percepções adquiridas ao longo da vida, não cederam espaço para um olhar hierarquizado, que segrega e julga o outro, alimentando uma lógica discriminadora do contágio, pelo contrário, o convívio com Canandra permitiu construir uma relação de respeito e afeição ao outro, desde os primeiros anos de minha vida.

Outro encontro que produz um segundo vínculo diz respeito à percepção pública e coletiva da potencialização da luta política através da Parada do Orgulho LGBT. Cabe ressaltar que esta descoberta foi anterior à construção desta proposta de pesquisa, mais precisamente em 2008 durante a primeira Parada do Orgulho LGBT de Igarapé-Miri, de forma que passei a conhecer a existência do Grupo, por meio de Canandra, em nossa vivência e convivência que não se limitaram à experiência de infância. Além do mais, nesse período da realização da primeira parada LGBT, já havia uma relação de amizade consolidada com alguns sujeitos participantes.

Nesse momento, meu olhar como jovem observadora e simpatizante do Grupo, movia minha inquietação que girava em torno das razões que ensejaram sua criação no campo de lutas políticas no referido município. Antes da realização da Parada 2008, muito se ouvia falar, por parte sujeitos participantes, sobre a atuação do Grupo e os resultados positivos em decorrência da luta coletiva, entretanto quando estes sujeitos foram às ruas ocupar os espaços públicos da cidade com criatividade, faixas, cores, brilho e ousadia, diversificando sua atuação, este ato tornou-se um marco na história política do Grupo, produzindo fortes ecos na cidade, os quais serão sinalizados no decorrer da pesquisa.

Enfim, um novo encontro que produz um terceiro vínculo corresponde às aproximações e apropriações das perspectivas teóricas e conceituais voltadas para a questão da micropolítica, gênero e sexualidade. Nessa trajetória, cabe mencionar que as nossas primeiras experiências acadêmicas advindas do curso de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Espanhola, pela Universidade Federal do Pará- Campus de Abaetetuba, no ano de 2010, deixaram a desejar em alguns aspectos dos quais se destacam a incipiência de abordagens voltadas para as vertentes teóricas de gênero e sexualidade, talvez por, ainda, ser uma área do conhecimento ancorada em bases gramaticais, linguísticas e de tradução.

Entretanto, nos semestres finais do curso fomos agraciados pelas primeiras aproximações com textos filosóficos, através da professora Lilian Barata, os quais foram delineados em articulação com obras literárias em nosso Trabalho de Conclusão de Curso. No processo da escrita do Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação da referida professora, recebemos seu convite e incentivo para participar de palestras filosóficas, que ocorriam semanalmente em uma instituição escolar, na capital paraense, as quais provocaram uma reflexão crítica da/sobre a realidade a partir do campo filosófico, o que propiciou instigar novas problematizações no meu caminhar acadêmico.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura/ PPGEDUC/ UFPA, em 2016, foi-nos apresentado um amplo campo de linhas investigativas. Assim, as contribuições epistemológicas da linha de pesquisa Educação, Cultura e Linguagem, do Programa, possibilitaram o primeiro encontro com as leituras de teóricos como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, além dos Estudos *Queer*, de maneira que, dentro das discussões acadêmicas, apresentou-se para mim sob uma perspectiva de pesquisa totalmente nova, um campo fértil a ser percorrido e explorado.

Gradativamente, ao longo do Curso de Mestrado em Educação e Cultura, a vontade de aproximação ao Grupo, mobilizada pela tentativa de compreender a dinâmica e funcionamento, foi crescendo. Inicialmente, nossa finalidade consistia em perceber como este Grupo, composto por diferentes segmentos como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, desenvolvia suas estratégias de lutas e reivindicações por questões sociais. Em linhas gerais, pretendia-se elucidar os mecanismos traçados pelo Grupo que visavam à ampliação do exercício da cidadania. Conjugado a isso, as observações sobre a forma de organização e o contato com alguns participantes, também foram fatores que provocaram interesse e inquietação em analisar o Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA, como uma organização de luta construída por sujeitos políticos da diferença.

Essa aproximação com o referencial teórico-metodológico, empreendido nessa pesquisa, foi potencializada pelos enriquecedores diálogos com o professor José Valdinei Miranda, produzindo diversos *insights*, no sentido de redirecionarmos o projeto de pesquisa inicial para questões de gênero e sexualidade, tornando-se minha primeira pesquisa acadêmica voltada para esta vertente teórica e campo de investigação.

Esses encontros cruzados e as formas de afetação por eles produzidas interligam e conectam esses três vínculos de mobilização, que tecem a percepção de que nosso compromisso ético e político, enquanto pesquisadora, mulher, negra, feminista, professora, e militante, não se restringe em utilizar nossa formação acadêmica para interesses próprios, mas

sim a favor de uma coletividade que convive com processos de segregação e estigmatização sociais, que ocupam o anonimato na história hegemônica da sociedade a quem Foucault dedica em sua obra *Estratégia, poder-saber* (2006a), um capítulo intitulado “A vida dos homens infames”. A respeito do papel do intelectual na luta de grupos minoritários, Foucault (2006b) destaca que:

O intelectual não tem mais que desempenhar o papel daquele que dá conselhos. Cabe àqueles que se batem e se debatem encontrar, eles mesmos, o projeto, as táticas, os alvos de que necessitam. [...] Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha... Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma dizer: eis o que vocês devem fazer! (FOUCAULT, 2006b p.86).

Afetada pelo Outro e envolvida por esses vínculos, realizei a pesquisa com esses sujeitos sociais não na pretensão de ocupar o lugar de uma “porta-voz”, mas como uma pesquisadora que estabelece um pensar crítico ascendente, sensível e atento com esse coletivo. Trata-se de assumir um posicionamento político, ou quem sabe micropolítico, de ordem pessoal e acadêmica em estudar as relações de gênero e sexualidade produzidas no Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA, bem como em dar visibilidade à sua atuação política e, assim, fazer ecoar as vozes que pulsam no seio dessa organização política de resistência.

Essa pesquisa ganha destaque, uma vez que se observa, no Brasil, nos últimos tempos, um crescente investimento político de caráter moral e religioso em tentar conter as vozes que se erguem em favor e defesa de movimentos minoritários, principalmente sujeitos que questionam a naturalização do gênero e grupos que se contrapõem aos padrões heteronormativos. Nesse sentido, cabe aqui elencarmos algumas discussões a respeito da forte onda de conservadorismo que tem se levantado no cenário sócio-político brasileiro, sobretudo, nas abordagens de gênero e sexualidade no campo educacional.

O fortalecimento de religiosos à frente da bancada parlamentar que cada vez mais têm se mostrado irredutíveis às livres expressões de sujeitos e organizações LGBT, no sentido de reconhecimento e visibilidade como sujeitos de direitos, suscita pensarmos nos constantes ataques ao desenvolvimento e ampliação de políticas públicas para sujeitos LGBT (CORRÊA, 2017). Nesse contexto, a escola passa a ser um espaço propício para implantar um sistema estratégico para difundir seus preceitos morais e religiosos, nessa esteira Bento (2011, p. 556) diria que “há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação”.

Assim, as questões de gênero e sexualidade, na Educação, passam a ser inspecionadas com maior frequência, por pensamentos ultraconservadores acirrando a arena política em âmbito nacional. Para tanto, destacamos algumas campanhas que vem animando as discussões em torno dos desdobramentos políticos que visam cercear a garantia de direitos da população LGBT, dentre as quais se destacam o projeto *Escola Sem Homofobia- ESH* que foi desenvolvido entre 2008 a 2011 em parceria do Ministério de Educação e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais- ABGLT. Ademais, tal projeto propunha positivar a liberdade de expressão dos diferentes estilos de vida. Para Leite (2004, p. 248-249), os parlamentares conservadores que se posicionaram contrários ao projeto, produzindo inúmeras controvérsias em torno do ESH, argumentavam que este se apresentava como uma “ameaça”, principalmente ao público infantil. Para eles, “a infância deveria ser protegida” de um projeto que se disfarça de “aliciamento”, pelo fato das crianças serem “presas fáceis dos pedófilos”.

Esse fato demonstra as invertidas ofensivas dos setores conservadores em torno do ESH, que também aparece na denominação jocosa de “kit gay”, por conta dos materiais, como informativos e vídeos, a serem distribuídos nos ambientes escolares, de forma que Leite (2014 p. 252) aponta “ao que parece, os vídeos do projeto ESH incomodaram tanto, exatamente porque apostaram em uma afirmação positiva da vivência da homossexualidade, bissexualidade, travestilidade ou transexualidade na adolescência”. A pressão exercida por parte dos parlamentares conservadores provocou a retirada do material implantado no projeto ESH.

O Projeto de Lei n. 6.583/2013 também casou polêmica na política nacional, pois este estabelece a criação do Estatuto da Família, de maneira que, suas aspirações calcadas em preceitos religiosos reforçam a idealização e propagação do modelo familiar hegemônico na sociedade brasileira. Este Projeto de Lei, pautado no preconceito e discriminação, fere fortemente os direitos tanto de mulheres, tidas como reprodutoras e responsáveis pelos cuidados à família, assim como sujeitos LGBT, por destoarem às diretrizes normativas (CORRÊA, 2017). Este estatuto aponta a ascensão de um discurso em nome da “integridade moral” e dos “bons costumes” da sociedade brasileira, evocando o prevalecimento da família tradicional em detrimento de outros arranjos familiares como os de casais homoafetivos.

Outro ponto a ser destacado centra-se no conteúdo curricular da Educação Básica, de modo que as reformas educativas têm suscitado um movimentado debate, por disputas morais, permeado por linhas de forças. A esse respeito, Carvalho e Sívori (2017) apontam que:

Apesar da ferrenha resistência conservadora nas instâncias preparatórias do documento no Fórum Nacional de Educação, a sempre conflituosa menção de gênero, sexualidade e diversidade, abordada em um marco de direitos – que era a visão promovida pelo MEC durante aquele período, fruto do consenso de especialistas do âmbito governamental e da sociedade civil – ficou nas diretrizes básicas do documento proposto. Não obstante, após um longo debate na Câmara dos Deputados, que uniu evangélicos, católicos e outros atores parlamentares conservadores contra essa menção, o texto original do projeto de lei foi estrategicamente modificado. O projeto original propunha, entre as suas metas, a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual” (CARVALHO E SÍVORI, 2017, p. 29).

Assim, o decreto Lei no 13.005/2014, Marco do Plano Nacional de Educação- PNE, conduzirá a política de educação até o ano de 2024 e prevê a substituição dos termos “igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual” por uma abordagem mais geral “desigualdades educativas, promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação”, o que demonstra uma estratégia política em ocultar as abordagens a respeito de questões de gênero e sexualidade. Ademais, a lei marco determina que Estados, Municípios e o Distrito Federal devem ajustar seus planos de educação ou nivelar os já aprovados em lei, em conformidade com o texto nacional, no período de um ano. (CARVALHO E SÍVORI, 2017).

Outro debate que tem gerado embates centra-se na concepção de “ideologia de gênero”, sobretudo, em decorrência das abordagens levantadas pelas conferências de Cairo e de Beijing em 1994 e 1995, respectivamente (CORRÊA, 2017), tornando-se motivo de preocupação para nos setores conservadores do Brasil. Com isso, iniciou-se um forte investimento em campanhas políticas de parlamentares conservadores, principalmente no campo educacional, contra a “doutrinação de gênero” por considerar que:

O construto “ideologia de gênero” por um lado capta eficazmente a disposição contra o reconhecimento positivo da diversidade sexual e de gênero e, por outro, por meio do descrédito ativado pelo termo “ideologia”, estimula o desprestígio tanto das perspectivas dos movimentos feminista, LGBT, de minorias e direitos humanos em geral, como da abordagem científica e da produção acadêmica sobre o assunto. O faz ativando, novamente, o pânico moral em torno do “desvirtuamento” das crianças pela suposta confusão ou negação do caráter “natural” do dimorfismo sexual. A abordagem crítica das desigualdades e afirmativa da diversidade é interpretada como ameaça a valores familiares tradicionais, de fundamento ora religioso, ora científico, construídos como indissociáveis da identidade nacional, cuja dissolução é anunciada como tragédia a ser evitada. (CARVALHO E SÍVORI, 2017, p. 29-30)

A esse respeito Corrêa (2017) esclarece que:

O construto [ideologia de gênero] é formulado de modo a situar a teorização sobre as desigualdades e as políticas pela equidade e contra a discriminação no registro da opinião, da ideologia como inverdade, do não comprovado pela ciência, contrário à lei positiva – que nessa perspectiva é indistintamente alinhada à lei natural. (CORRÊA, 2017, p. 07)

Esse movimento contrário, ao que grupos de conservadores convencionaram a denominar “ideologia de gênero”, tem em seu escopo central repreender o aprofundamento dos debates relacionados às questões de gênero e sexualidade e assim contribuir por instituir a depreciação das minorias sexuais, sobretudo em instituições escolares (CORRÊA, 2017). Em novembro de 2017 assistimos a uma grande mobilização de manifestantes ultraconservadores contrários à vinda da filósofa Norte-Americana Judith Butler, ao Brasil. Após anunciar a participação da filósofa em um evento no SESC Pompeia, na cidade de São Paulo, foram levantados vários ataques em redes sociais, assim como em frente ao local do evento. Butler foi abordada de maneira hostil e agressiva e tomada por diversos manifestantes portando cartazes com mensagens ofensivas, crucifixos além de uma boneca, que se aproximava de um vodu da imagem de Butler, representando uma bruxa, que em seguida foi ateadada fogo.

Pelo que foi observado em vários *sites* que noticiaram tal acontecimento, os manifestantes acreditam que Judith Butler é a grande responsável pela difusão da “ideologia de gênero”, e assim estaria representando “perigo e ameaça” à escola. Infelizmente os ataques não pararam por aí. Ainda insatisfeitos com a presença de Judith Butler no Brasil, um grupo de conservadores abordaram a filósofa no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, proferindo discursos de ódio, sendo empurrada por uma mulher que portava um cartaz, e, ao mesmo tempo, bravejava insultos. Filósofa Norte-americana de renome, Butler é a principal precursora nos estudos de gêneros e Teoria *Queer*, motivos suficientes para abastecer o baquete de grupos ultraconservadores, culminando em inúmeras controvérsias e atos conservadores deploráveis.

Nessa perspectiva, com o avanço e o fortalecimento das bases conservadoras no país, os desdobramentos no campo educacional assumem novos contornos no cenário político. Ainda em um pensamento calcado na contrariedade à “doutrinação ideológica” na educação brasileira, destaca-se a criação do projeto Movimento Escola Sem Partido – MESP. Este projeto foi fundado em 2004 por Miguel Nagib e estabelece parâmetros para inibir a livre expressão de docentes em sala de aula, desvinculando-se de qualquer abordagem político-partidária e ideológica (AMORIN E SALEJ, 2016; MIGUEL, 2016).

Envolvidos por essa onda de conservadorismo, o MESP passou a ganhar expressividade nos debates da educação brasileira a partir de 2010, com fortes investidas de deputados para incluir tal projeto nos princípios da educação nacional propondo alterações nas Leis de Diretrizes e Bases- LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (AMORIN E SALEJ, 2016). Após o golpe parlamentar, ocorrido em 2016, que culminou na destituição da presidente Dilma Rousseff e na ascensão do governo (ilegítimo) de Michel Temer, o MESP passa a ter a apreciação do então ministro da educação Mendonça Filho. Nesse contexto:

O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças. (MIGUEL, 2016, p. 595-596).

Identifica-se na passagem acima a função estratégica que o MESP ocupa ao mascarar uma “proteção” e “medida preventiva” aos pais e estudantes quanto às abordagens de conteúdos ministrados em sala de aula, no intuito de criar um espaço útil para estabelecer total vigilância, tornando as instituições escolares, como diria Foucault (1999), em *localizações funcionais*. O MESP tem suas bases de atuação junto aos poderes executivo e legislativo, em esfera Municipal, Estadual e Federal, além de que conta com o apoio de diversos políticos, dentre os quais se destacam um número predominante de parlamentares que compõem a bancada evangélica, setores de uma vertente mais conservadora da Igreja Católica, dentre demais forças conservadoras, como os latifundiários e os defensores de armamentos (MIGUEL, 2016).

Ao acessar o site do MESP, inicialmente, nos deparamos com um suposto cartaz, abordando seis itens relacionados aos principais deveres do professor, de modo que a principal medida do MESP é fornecer este cartaz, que é apresentado no site, para as escolas, no intuito de anexá-lo nas salas de aula de Ensino fundamental e médio. Ademais, percebemos que, após a apresentação do cartaz, são elencados vários questionamentos com suas respectivas respostas, sendo que neste momento nossa atenção voltou-se para dois, destes diversos questionamentos.

O primeiro consiste na seguinte indagação: “O programa impede o professor de falar de política? Já o segundo questionamento diz: “O programa impede o professor de abordar as

questões de gênero?”. Em resposta aos dois questionamentos, é solicitada a observação do item quatro, do referido cartaz, que diz: “ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa — isto é, com a mesma profundidade e seriedade — as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito” (Programa Escola Sem Partido). Isto evidencia a tomada de precaução, por professoras e professores, em não exercer “influência” política, ideológica ou partidária no alunado restando aos docentes repassar conteúdos em uma perspectiva de “neutralidade”. Seria o retorno da censura de conteúdos e da livre expressão conforme nos apresentam as fontes históricas lá nos idos da década de 60 no período da ditadura militar? Alguns dos fatos ora expostos estão aqui para nos confirmar!

Portanto, os retrocessos que o Brasil tem vivenciado, sobretudo na educação, em decorrência das investidas de grupos conservadores e posturas reacionárias esbarram e encontram resistências nas conquistas de políticas públicas para a população LGBT, por isso, cabe a nós como professores-pesquisadores em educação “fartos de conservadorismo social, político, ético e educacional” (CORREIA, 2013, p. 88), resistir frente às manobras políticas de caráter conservador que visam instituir a política da segregação e reproduzir a cultura hegemônica, para que assim possamos fortalecer as *micropolíticas das diferenças* visando à ampliação de políticas públicas e a defesa dos direitos individuais e coletivos de grupos LGBT.

Movimentações cartográficas: a construção do campo de problematização da pesquisa

Nosso estudo investigativo foi desenvolvido a partir de movimentações cartográficas do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA ¹ por meio de diálogos com militantes que iniciaram a organização política deste movimento.² Assim, o campo de problematizações foi construído em torno das linhas de fuga empreendidas pelos sujeitos participantes, o que nos permitiu visualizar, por essas vias e perspectivas minoritárias, as condições de emergência do Grupo,

¹ O Grupo de Homossexuais de Igarapé-Miri- GHI surge, em 2001, como uma luta política de resistência, tendo como referência o movimento LGBT do Estado do Pará, contudo é apenas no ano de 2008 que o grupo passa a agregar outros segmentos como de Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travesti, e além da obtenção e conquista do seu reconhecimento jurídico. Assim, mesmo que no ano de 2008 já houvesse a aglutinação de vários segmentos ao grupo, entretanto em 2018 ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária, tendo como pauta central a mudança de nomenclatura, na qual foi decidido, por motivos de abrangência, inadimplência e reconhecimento, que a nova sigla do grupo passa a ser **GLGBTI**- Grupo LGBT de Igarapé-Miri, de maneira que esta atual sigla do Grupo já se encontra incorporada na presente pesquisa.

² O termo “Movimento” é frequentemente usado pelos sujeitos participantes do Grupo, em vista disso tal termo será empregado no texto, em alusão ao Grupo.

bem como as estratégias e desdobramentos na construção das bandeiras de lutas políticas em torno da visibilidade da comunidade LGBT de Igarapé-Miri/PA.

Trata-se da organização de um Grupo que por mais que a questão de classe esteja presente no interior do movimento, a ênfase na liberdade do sujeito viver a sua sexualidade de diferentes modos faz com que as lutas e os enfrentamentos do Grupo, não se restrinjam à categoria de classe. Esse novo modo de organização social, nos permite pensar em construções de micropolíticas da diferença a partir de questões de gênero e sexualidade por outras perspectivas e construir outras políticas e práticas de enfrentamento e resistência contra o preconceito e discriminação. Além disso, sua atuação política de resistência apresenta uma singularidade, pois é o único movimento organizado e amparado juridicamente da região do Baixo Tocantins, o que nos instigou a analisar suas linhas de fuga em seus diferentes modos de atuação política e alianças, foco central deste estudo investigativo.

Construir uma zona de visibilidade no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura enfatizando as micropolíticas da diferença, a partir de temáticas voltadas para questões da diferença, gênero e sexualidade assim como outros temas correlatos, no Grupo LGBT de Igarapé- Miri/PA e sua atuação política no espaço público da cidade e alianças com as instituições escolares, desencadeiam discussões que, por sua vez, têm ocupado uma significativa centralidade em diversas instâncias culturais e educacionais. Com isso, se objetiva trazer para o cenário acadêmico a história de luta de movimentos minoritários, visto que em um passado não muito distante, eram assuntos que pareciam distantes e ocultos nas pesquisas e discussões acadêmicas.

Este percurso de consolidação de luta política e construção epistemológica relacionada às questões de gênero vêm sendo construído gradativamente, uma vez que, atualmente as universidades apresentam um considerável avanço em relação às pesquisas referentes às questões de gênero e sexualidade, assim como sobre a atuação dos movimentos sociais que, certamente, estão ultrapassando os sindicatos e adentrando nas discussões universitárias e ganhando força nas pesquisas acadêmicas, especialmente no campo da ciência jurídica, saúde, psicologia, antropologia e educação.

Cabe ressaltar também a importância deste debate nas instituições escolares, no sentido de implantar iniciativas e propostas de intervenções no cruzamento de aprendizagem e criar nos espaços de formação, discussões sobre direitos humanos, oportunidades de fala dos diferentes sujeitos e de pensamento sensível e crítico no que diz respeito aos encontros e desencontros com a diferença, para que assim possamos construir, efetivamente, uma política da diferença e um convívio plural nos espaços escolares. Tecer uma dissertação de mestrado a

partir de uma temática rondada por inquietações, zonas de desconforto e questionamentos exige coragem, liberdade de pensamento e ousadia, sobretudo se tratando de um estudo investigativo do Grupo LGBT de minha cidade natal.

A construção da problemática deste estudo se deu por meio da emergência do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA, levando em consideração suas lutas e trajetória, a partir do processo de reivindicação de direitos voltados à livre expressão da sexualidade. Para a realização desta pesquisa, utilizaremos as pistas cartográficas envolvendo observação de campo e acompanhamento de processos junto aos participantes do Grupo. Como procedimento para a construção de nosso estudo, foram descritos e analisados encontros, cenários, diálogos, debates, acompanhamento de percursos de lutas coletivas do movimento, bem como registros fotográficos dos encontros do Grupo, Parada LGBT e intervenções nas escolas.

Ao longo da pesquisa, fez-se necessário estreitar as relações de coexistência entre os campos micro e macro nas análises sobre a micropolítica do Grupo LGBT, assim como problematizar a discussão de uma educação *maior ou majoritária*, na perspectiva de pensar uma educação *menor*, mobilizada pelas questões de gênero. Além disso, trata-se de escrever uma cartografia política das minorias, dando visibilidade as micropolíticas de lutas e resistências de sujeitos, historicamente, marginalizados. Em companhia de Deleuze (1996), percebe-se que o trabalho do cartógrafo consiste em capturar essas intensidades para tecer os pontos que compõe a presente pesquisa. Convém frisar que, o presente estudo busca percorrer por dentro do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA e perceber as suas tramas políticas, suas linhas de fuga, as relações internas com a diferença, as vozes e sujeitos que falam e atuam, politicamente, dentro do movimento.

Nessa perspectiva, o movimento em sua dinâmica e funcionamento, pode ser lido como uma micropolítica da diferença que tensiona os poderes instituídos, através de suas linhas de fuga. Na esteira desse pensamento, a presente pesquisa consiste em tentar seguir a perspectiva cartográfica, atentar às relações que se tecem entre a micro e a macropolítica a partir das lutas política dos sujeitos participantes do movimento, adentrando no universo da militância e suas condições de emergência, suas alianças institucionais e ações socioeducativas. Na companhia de Michel Foucault (1999), Gilles Deleuze e Felix Guattari (1996), Judith Butler (2008), Berenice Bento (2011), Guacira Louro (2000) e Richard Miskolci (2012), a pesquisa percorreu as linhas investigativas das tramas da micropolítica LGBT e suas relações com os processos educativos.

As perspectivas desses autores abrem a possibilidade de pensar a suma importância de tratar as especificidades das demandas individuais e coletivas das diferenças dos múltiplos sujeitos que compõem o movimento. Além disso, é inviável pensar o grupo LGBT de modo homogêneo, pois este é composto por vidas distintas, que têm em comum a postulação ao direito de exercerem livremente sua diferença sexual, mas em contrapartida, diferem em muitos critérios específicos, no que diz respeito às necessidades e às reivindicações que emergem de suas histórias de vidas, desejos e perspectivas singulares e coletivas.

Feitas essas considerações, neste momento, cabe ressaltar algumas das problematizações que envolvem esta analítica, como forma de situar o/a leitor/a por onde irá percorrer a presente pesquisa: Que condições históricas ensejaram o surgimento de uma micropolítica no campo de lutas de gênero contra o preconceito e a violência e a favor das reivindicações por direitos no município de Igarapé-Miri/PA? Como as ações micropolíticas, delineadas pelas linhas de fuga, do Grupo se articulam aos mecanismos políticos na ampliação de direitos LGBT? Como se tecem as conexões socioeducativas entre a micropolítica LGBT e o espaço escolar? Que propostas socioeducativas e intervenções vêm sendo mobilizadas pelo Grupo para se construir uma educação para as relações de gênero? Como educar para as relações de gênero na perspectiva de uma educação *menor*? Deste modo, estes emaranhados de indagações implicam uma análise das linhas de fuga de um movimento que vem ao longo dos anos se afirmando como uma micropolítica da diferença no município de Igarapé-Miri/PA.

Uma pesquisa que se propõe a manter uma atenção ao percurso histórico do movimento, possibilitando cartografar a construção de uma micropolítica por meio de um acompanhamento intensivo e diálogos com militantes que iniciaram, politicamente, este movimento no ano de 2001. Com isso, trata-se de escrever as pistas cartográficas de luta e resistência das minorias, dando visibilidade as micropolíticas pelo viés das discussões de gênero.

Os primeiros encontros de aproximação com o grupo para acompanhar sua organização e dinâmica interna ocorreu no período de Janeiro de 2017 e perdurou até Março de 2018, totalizando 15 meses de intenso acompanhamento. Neste percurso, cartografamos as atividades de Planejamento e Reuniões; Relatos dos participantes; Cenas de convívio; Ação de cidadania 2017; 10ª parada do Orgulho LGBT de Igarapé-Miri/PA; Assembleia Geral Extraordinária e Intervenção nas escolas. Este exercício cartográfico possibilitou um caminhar que “é constituído de passos que se sucedem sem se separar. Como o próprio ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz

consigo o anterior e se prolonga nos momentos seguintes” (BARROS E KASTRUP, 2009, p. 59).

O movimento de retorno à história possibilita mapear as linhas de fuga criadas pelo Grupo como estratégias para a liberdade de viver sua sexualidade. Nos caminhos da pesquisa, por entre encontros e contatos, registramos os depoimentos de dez militantes do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA, dentre os segmentos de Lésbica, Gays, Travestis e Transexuais, além de um militante do Movimento LGBT do Estado do Pará. Dessa maneira, fomos traçando nossos objetivos de estudo no campo de investigação, que ora apresentamos: Flagrar, através das pistas cartográficas, as linhas de fuga empreendidas pelo Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA no sentido da produção de uma micropolítica da diferença; Perceber como os processos socioeducativos se desenvolveram ao longo das atividades do Grupo; Analisar, por meio das pistas cartográficas, a micropolítica do Grupo na perspectiva de pensar uma educação *menor* mobilizada por questões de gênero.

Sendo assim, percorrer as pistas cartográficas do Grupo, além de ser relevante para a história deste movimento, será de suma importância para os estudos acadêmicos que estarão dialogando com a construção das lutas sociais. Portanto, considero que percorrer o campo de estudo das micropolíticas permite a visibilidade de uma história contada por vozes de insurreição de sujeitos que vivenciam, cotidianamente, preconceito e processos de segregação. Essa perspectiva de pesquisa implica na produção de uma história, contada por quem, de fato, fez parte dela, valorizando suas vidas, atento às suas interpretações, reconhecendo suas lutas, de modo a construir um conhecimento com os interlocutores.

A pesquisa encontra-se dividida em duas grandes seções. A primeira seção engloba dois capítulos (primeiro e segundo) que trata sobre as condições de emergência do grupo, no final da década de 90, e as primeiras manifestações de uma política do desejo mobilizada pela parada do Orgulho LGBT. O primeiro capítulo intitulado *Do luto ao arco-íris* versa sobre o cenário hostil, em Igarapé-Miri/PA, vivenciado por homossexuais. Destaca as primeiras manifestações de resistência no referido município, assim como a emergência dos agenciamentos coletivos que resultaram no florescimento de uma micropolítica no contexto miriense. O segundo capítulo intitulado *Parada Do Orgulho LGBT de Igarapé-MIRI/PA: entre festa e política do desejo* apresenta a parada LGBT conjugada ao seu caráter político e festivo, aspectos enfatizados pelos participantes do grupo. Demonstra as articulações do grupo em levar às ruas a primeira parada de Igarapé-Miri/PA, culminando na apresentação da 10ª edição, ocorrida em 2017.

A segunda seção está composta por três capítulos (terceiro, quarto e quinto), que visam analisar as micropolíticas das ações empreendidas pelo grupo, suas alianças e intervenções socioeducativas, distribuídos da seguinte maneira: no terceiro capítulo denominado *Micropolíticas do Grupo LGBT De Igarapé-Miri/PA* são analisadas as ações do Grupo no tocante aos processos formativos, em articulação com a perspectiva teórico-metodológica da pesquisa. O quarto capítulo aborda as *Micropolíticas LGBT e as novas alianças de insurreição* enfatizando a construção de novas alianças políticas entre movimento e partido. Além disso, ressaltam-se as conquistas, a um nível Estadual, advindas, possivelmente, de parcerias estabelecidas com a política Municipal e Estadual. Por fim, o quinto capítulo denominado *Micropolíticas do educar para as relações de gênero* apresenta as práticas educacionais desenvolvidas pelo movimento, com destaque para a Ação escolar 2017, sinalizando as possibilidades de um ensinar e aprender *menor*.

1. DO LUTO AO ARCO-ÍRIS

Uma minoria nunca existe pronta, ela só se constitui sobre linhas de fuga que são tanto maneiras de avançar quanto de atacar. (DELEUZE E PARNET, 1998).

Nosso primeiro movimento na pesquisa foi estabelecer uma aproximação e diálogo com os primeiros militantes do Grupo do município de Igarapé-Miri/ PA³ para compreender sua organização, suas lutas e resistências e seus posicionamentos políticos. Inicialmente procuramos Shaylla, umas das primeiras militantes e atual presidente do Grupo. Shaylla é uma mulher transexual, mas, em seu meio social, atende pelo apelido de “Mimosa”. Por meio de alguns encontros e conversas foi-se explicitando os propósitos da pesquisa e ressaltando a importância da participação dos sujeitos que fizeram e fazem a história do movimento.

Essa primeira aproximação, correspondeu um passo importante na pesquisa, pois foi o momento em que os laços, os diálogos, a empatia e a confiança foram potencializados. A partir de então, o mergulho no campo de pesquisa passou a ser com maior frequência e regularidade.

1.1 Entre *alibãs* e *carreirões*: Os perigos em transitar pela cidade

Os anos de 1997, 1998 e 1999 foram marcados por atitudes de intolerância e um alto índice de violência, dirigidos contra os homoafetivos, em Igarapé-Miri/PA. Nesse período, o indivíduo que afirmasse sua homossexualidade perante a sociedade corria o risco e perigo de ser agredido pela população. O município era envolvido por um clima de insegurança urbana e de intolerância às diferenças sexuais.

³ Igarapé-Miri é um município brasileiro do Estado do Pará, seu nome tem origem indígena, Ygara = Canoa; Apé = caminho; Mirim = Pequeno - formando: Caminho de Canoa Pequena. Na literatura local, há pouquíssimas fontes bibliográficas que retratam sobre a história do Município de Igarapé-Miri. Temos somente o livro intitulado Caminho de Canoa Pequena, de Eládio Corrêa Lobato (2007) e os folhetos do Tenente-Coronel Agostinho Monteiro Gonçalves de Oliveira (1904), denominados “Chronicas de Igarapé-Miry”. Os folhetos originais encontram-se no arquivo de obras raras na biblioteca do CENTUR em Belém/Pará. O município localiza-se na região Nordeste Paraense, Microrregião do Baixo Tocantins às margens do rio Igarapé-Miri, limita-se ao norte com o Município de Abaetetuba, ao sul com o Município de Mocajuba, a Oeste com o Município de Limoeiro do Ajuru e a Leste com o Município de Cametá. Igarapé-Miri está situada cerca de 86 km da capital Belém.

Figura 01: Jornal *Lampião da Esquina*

Fonte: Grupo dignidade.

Essas violências já eram percebidas ao longo da história do Brasil na década de 70, no pós-regime militar. Frente à onda de hostilidade contra as minorias sexuais da época foi criado o *SOMOS- Grupo de Afirmação Homossexual*, de São Paulo. Fundado em 1978, o grupo foi o primeiro movimento homossexual brasileiro, reconhecido nos registros bibliográficos. À medida que

intensificavam as iniciativas em defesa das minorias sexuais, neste cenário, emergia, em abril de 1978, o jornal *Lampião da Esquina* (TREVISAN, 2011; FACCHINI, 2005).

Desse modo, a implantação desse veículo de divulgação de iniciativas e ações, evidenciou a propagação dos primeiros ecos de resistências e enfrentamento à moral conservadora da época, em um período marcado pela censura e predomínio de setores conservadores da sociedade civil. Grande parte das edições do jornal, comumente, estampavam, na página inicial, as mazelas sociais, constantemente, em um tom irônico e contestatório. Assim, buscava-se uma nova forma de afirmar a homossexualidade, em contestação as coerções vivenciadas naquela época, além de que se apresentara como um importante meio de difundir, na sociedade brasileira, o descaso contra homossexuais, além de outras minorias oprimidas que não usufruíam o direito a voz e participação ativa na sociedade (SCHULTZ E BARROS, 2014).

O espaço de correspondência e divulgação do jornal *Lampião da Esquina*⁴ foi bastante propício para inspirar outros homossexuais a criarem grupos de reflexão e militância. Ao todo, surgiram vinte e dois grupos de militância homossexual, no cenário brasileiro, concentrados, sobretudo no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, entre o período de abril de 1978 e fevereiro de 1981. Cabe ressaltar que em junho de 1981 o jornal *Lampião da Esquina* encerra suas atividades, porém deixa seu legado de um significativo meio de divulgação da

⁴ O *Lampião da Esquina* foi um jornal muito importante não apenas para os gays e para as minorias. Ele emerge dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos de censura promovida pelo Golpe Militar de 1964. O conselho editorial era composto por onze integrantes com diferentes formações acadêmicas e atuação política: Darcy Penteado, Adão Costa, Agnaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry, posteriormente esses constituíram o Conselho Editorial do jornal. No total, o jornal teve 38 edições, incluindo a de número zero. A partir da edição 01 o periódico foi vendido mensalmente em diversas bancas de todo país, com uma expressiva circulação aproximadamente de 10 a 15 mil exemplares em todo o país. (MACRAE, 1990; FERREIRA, 2010).

questão homossexual e da atuação do movimento no Brasil (FERREIRA, 2010; SCHULTZ E BARROS, 2014).

Como podemos perceber o movimento de retorno à história evidencia que os traços de hostilidade contra homossexuais são recorrentes na história do Brasil, de maneira que ora são mais combatidos ora mais a florados. Os embates e enfrentamentos ocorridos em outrora nos permitem perceber as disputas e as concepções inerentes à formação do movimento homossexual no Brasil. Assim, o município de Igarapé-Miri/PA não se exime desse contexto hostil, entretanto, no cenário miriense os processos de estigmatização e violência foram recorrentes no final da década de 90.

Desse modo, a violência direcionada aos sujeitos que afirmavam sua sexualidade contra aos padrões normativos, em Igarapé-Miri/PA, imprimia um clima de hostilidade, bem como servia com a finalidade de corrigi-los e enquadrá-los nos padrões normativos de uma sociedade que não conseguia, ou talvez segue não conseguindo, conviver com a manifestação da pluralidade dos sujeitos e seus diferentes modos de viver a sua sexualidade. Além da forte discriminação sofrida, em Igarapé-Miri/PA, nos fins da década de 90, no relato desses sujeitos também consta a dura repreensão policial vivenciada nesse período, como descreve o relato de nossa interlocutora:

Eu me lembro que a gente tinha que ficar preso dentro de nossas casas porque tínhamos medo de sair e apanhar não só dos policiais, mas também de toda população. E quando a gente saía era com muito medo de ser violentado [...] não podia nem passar em frente ao mercado que as pessoas jogavam caldo de peixe e verdura estragada. Eu mesma peguei muito resto de comida podre pela cara que eles jogavam [...] eles batiam com tudo, pedaço de pau, pedra, tudo que aparecesse na frente deles. Foi um tempo terrível [...] eu falo para as que estão entrando agora [afirmando sua sexualidade], dão graças a Deus que vocês começaram a se revelar em um tempo bom, porque agora temos leis que nos amparam. Naquele tempo tudo era mais difícil. (Entrevista com Shaylla, 05 de Novembro de 2016).

Quando saíam de suas residências para frequentar os espaços públicos, especialmente à noite, todos/as concentravam-se nas esquinas da cidade, a polícia, por sua vez, utilizava seu poder coercitivo de autoridade para coagi-los/as, como sinalizam os relatos a seguir:

Era época de carnaval e estávamos todas juntas na esquina, era eu [Canandra], Talícia, Alana, Carol, Thalya e mais outras que agora não recordo. Todas nós [estavam] montadas, era um grupo grande, quando vimos os *alibãs* [policiais] pararam no *corre a quatro* [carro] da viatura e expulsaram a gente de lá jogando spray de pimenta na nossa cara. Saímos

correndo com perucas e sapatos nas mãos (Entrevista com Canandra Calandrine, 10 de Outubro de 2017).

Teve um dia que a gente tava aqui no canto de casa, esse da Travessa Coronel Garcia. A gente só se reunia nas esquinas perto das casas das bichas, assim a gente se sentia mais protegido [...] aí estávamos todas na esquina conversando, fazendo nossa bagunça, algumas estavam bebendo *otin* [bebida alcoólica], enfim estávamos nos divertindo. Quando percebemos, saiu um *alibã* [policia] de dentro do *ilê* [casa] dele puxou o revólver e atirou em cima de nós. Foi só um desespero, a gente não sabia p/ onde corria, umas se jogavam na vala. Foi horrível esse dia. A sorte que o tiro não pegou em nenhuma de nós (Entrevista com Lyra Gabi, 10 de Outubro de 2017).

Nas falas das interlocutoras identificam-se alguns aspectos que demarcam como eram construídas as relações nesse período na cidade: o período de acentuada discriminação e as incessantes investidas das ações policiais contra homossexuais; os encontros nas esquinas da cidade impulsionam a emergência dos primeiros agenciamentos coletivos e a recorrente utilização do signo linguístico, denominado *Bajubá*, criado pela comunidade LGBT.

Os territórios de sociabilidade demarcavam os pontos estratégicos por onde estes sujeitos podiam transitar, constantemente sob o controle e vigilância das ações de policiamento. A dinâmica entre afetos e desejos inscritos nessa territorialidade coletiva produz um “novo agenciamento de guerra que se define por seu grau de potência ou de “liberdade”, seus afetos, sua circulação de afetos: o que pode um conjunto de corpos” (DELEUZE E PARNET, 1998, p. 57).

A linguagem, conhecida como *Bajubá*, atravessa por muitos relatos de nossas interlocutoras. São vocábulos oriundos da cultura afro-brasileira no ioruba-nagô que, de forma criativa, se conjugam a outros termos da língua francesa, inglesa e adaptações da própria língua portuguesa. Esta rede de linguagens resulta na criação do *Bajubá*, que por sua vez, constitui-se como agenciamento de enunciação e ato performático na perspectiva de sentidos e significações (PELÚCIO, 2007; FILHO, 2010). Dessa forma, Deleuze e Parnet (1998) apontam que:

É sempre um agenciamento que produz os enunciados [...] O enunciado é o produto de um agenciamento, sempre coletivo, que põe em jogo, em nós e fora de nós, populações, multiplicidades, territórios, devires, afetos, acontecimentos. O nome próprio não designa um sujeito, mas alguma coisa que se passa ao menos entre dois termos que não são sujeitos, mas agentes, elementos. Os nomes próprios não são nomes de pessoa, mas de povos e de tribos, de faunas e de floras, de operações militares ou de tufões, de coletivos, de sociedades anônimas e de escritórios de produção (DELEUZE E PARNET, 1998, p. 43).

Nesse caso, os agenciamentos de enunciados expressam uma perspectiva simbólica, política e performática, que funciona como uma espécie de código dentro da linguagem institucional. O autor Peter Fry (1982), em seu estudo intitulado *Para Inglês Ver: identidade e política na cultura brasileira*, no capítulo *Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros*, identificou uma intensa aproximação entre homossexuais e os cultos sagrados de matriz africana, umbanda e candomblé. Isto evidencia a apropriação e ressignificação de tais termos em ritos religiosos.

A comunicação em *Bajubá* aponta seu teor subversivo, pois como ressalta Thalya de Lavega “o *Bajubá* foi criado para que as outras pessoas não entendessem sobre o que a gente estava falando, até mesmo como uma forma da gente alertar umas as outras nas situações perigosas” (Entrevista, 2017). Por isso, o *Bajubá* apresenta-se como um duplo movimento de linguagem dado que, de um lado, implica em um posicionamento de resistência e embates, e do outro se mostra como uma criatividade acompanhada de humor, sátira e deboche, por onde delineia sua linha de fuga “porque ela é a verdadeira política, a micropolítica da linguagem” (DELEUZE E PARNET, 1998, p. 93). Esse movimento de resistência e criatividade cria uma nova forma de se fazer e de se inventar uma micropolítica pela performatividade da língua.

Assim, além da década de 90 ficar marcada, por muitos homossexuais, como um período de intensa hostilidade, em algumas entrevistas também emergiram relatos de atos agressivos e humilhantes no final da década de 80, em Igarapé-Miri/PA, período em que havia apenas duas travestis no município que viviam declaradamente sua sexualidade e as consequências advindas pela sua afirmação, como podemos observar no relato abaixo:

Nessa época do final de 1980 existiam duas travestis em Igarapé-Miri e a gente ouvia muitas histórias. Como elas faziam *pistão* [prostituição] à noite, elas sofriam muita violência. Uma das travestis, a Leo, trabalhava durante o dia como cozinheira em um restaurante. Nessas muitas histórias que a gente ouvia por aí, uma vez nos contaram que em um dia de Festa de Santana [principal festividade católica do município], a barraca onde acontecia a festa estava lotada, muita gente mesmo [...] aí quando ela [Léo] chegou na festa toda *montada* [em *Bajubá* significa trajar vestimentas e acessórios femininos] jogaram um balde cheio de cerveja nela. (Entrevista com Canandra Calandrine, 10 de Outubro de 2017).

Nesse sentido, havia uma permanente atenção e domínio direcionados aos homossexuais e travestis que demarcavam a vulnerabilidade nos espaços geográficos e sociais indicando por onde esses sujeitos deveriam transitar. Além disso, os sucessivos ataques por grupo de rapazes homofóbicos com o intuito de intimidar ou agredir era outro problema que assolava esses sujeitos, conforme podemos constatar nos depoimentos a seguir:

Era época de 1997 e certa noite nós voltávamos de uma festa, sempre andando juntos né? pra nossa defesa. Éramos mais de cinco pessoas, quando um grupo de meninos conhecidos na cidade como “turma da Bike” deu um *carreirão* na gente [risos] agora lembrando parece muito engraçado porque a gente correu para os quintais das casas, algumas bichas entraram no chiqueiro de porco, nessa época o município não era desenvolvido como vemos hoje. A Talicia, subiu em uma árvore de Tucumã, já pensou? Sabes que essa árvore é cheia de espinhos! A Talicia chorava de dor, por pouco os espinhos não furaram os olhos dela. Levou quase uma semana pra mãe da Talicia tirar todos os espinhos do corpo dela. Foi horrível essa noite. (Entrevista com Canandra Calandrine, 11 de Outubro de 2017).

Além de algumas esquinas que costumávamos nos reunir, como tava forte esses grupos de *ocó* [em Bajubá quer dizer homem], então saímos das esquinas e começamos a nos reunir em outra parte da Travessa Coronel Vitória. Ficávamos em frente de uma casa abandonada e quando a gente enxergava dois ou três homens juntos, a gente saia correndo loucas pra dentro dessa casa pra se esconder. (Entrevista com Lyra Gabi, 17 de Outubro de 2017).

Segundo as narrativas de Canandra e Lyra Gabi, os *carreirões*⁵ eram corriqueiros em Igarapé-Miri/PA, principalmente no fim da década de 90. Em diálogo com outros sujeitos que também vivenciaram esse período, nos foram reforçados tal fato, de maneira que as investidas violentas eram intensas, por isso havia necessidade em andar agrupados como meio de proteção. Valesca Dumont relata que ao voltar a residir em Igarapé-Miri/PA, após a tentativa de viver na capital Belém/PA, foi alertada, por homossexuais, “que era perigoso andar sozinho pela cidade, principalmente à noite” (Entrevista, 2017).

Além disso, nesse tempo, eram no mínimo três grupos de jovens existentes na cidade, “*Turma da Bike, Falagem Nativa e Os Feras*” aponta Lyra Gabi (Entrevista 2017). Todos estes grupos continham características em comum: disseminar o ódio, amedrontar e violentar contra indivíduos que transgridam a norma heterossexual. Rubens Ferreira em sua pesquisa de Mestrado intitulada “*As bonecas da pista no horizonte da cidadania: uma jornada no cotidiano travestis em Belém/PA*”, também identificou a forte presença desses grupos organizados de rapazes na capital paraense e constatou que “esses grupos representavam uma grande ameaça para gays, lésbicas e travestis por suas práticas violentas” (2003, p. 86-87).

1.2 Entre as passarelas e os gramados: Primeiros ensaios de resistência

Os encaminhamentos propostos na pesquisa, conjugados com a dinâmica da pesquisa de campo (no exame de qualificação) nos impulsionaram a investir e a investigar de forma

⁵ Em Bajubá, *carreirões* significa intimidar de forma agressiva.

minuciosa as narrativas de experiências e vivências destes sujeitos, sejam elas individuais ou coletivas, de modo à (re) compor alguns fatos que antecederam a consolidação do movimento, o que não poderia ficar de fora da pesquisa. Tais narrativas provocaram oscilações que, por sua vez, compuseram o movimento cartográfico na forma de um mapa constituído por linhas e pontos contínuos. As linhas constitutivas dos acontecimentos, dos grupos, do visível e do dizível, atuam simultaneamente indicando que cada fato tem sua própria cartografia (DELEUZE, 2010). Essas narrativas carregadas de lembranças afetivas e ações de resistências descrevem os primeiros ensaios datados a partir de 1997 e sua relevância na construção de caminhos para a fundação do Grupo de Homossexuais de Igarapé-Miri- GHI. Esses ensaios se constituíram como linhas de fugas conectadas em uma rede que operam movimentos de desterritorialização e reterritorialização (SILVA, 2014).

Os tempos sombrios vivenciados por homossexuais nos anos de 97, 98 e 99 no município de Igarapé-Miri/PA contribuíram no fortalecimento das relações de empatia destes sujeitos que compartilhavam cenas de discriminação e violência, no sentindo de lutar por reconhecimento e respeito a partir da coletividade, como Lyra Gabi afirma que “nesse tempo nós éramos muito excluídos, então resolvemos nos unir para organizar nossos próprios eventos” (Entrevista, 2017). Frente essa exclusão, esses sujeitos, especialmente homossexuais, traçaram seus primeiros ensaios de resistência. Suas características bastante peculiares, a começar pelas denominações criativas, atraíam um público de faixa etária diversificada.

Esses eventos marcados por campos de forças e negociações floresceram no município a partir do agenciamento coletivo em prol da potencialização da luta por visibilidade dos sujeitos envolvidos, posto que “o que chamamos de agenciamento é precisamente uma multiplicidade. Ora, um agenciamento qualquer comporta, necessariamente, tanto linhas de segmentariedade dura e binária, quanto linhas moleculares, ou linhas de borda, de fuga ou de declive”. (DELEUZE E PARNET, 1998, p. 107)

Por meio dos depoimentos de nossas interlocutoras, realizamos um mapa de ações políticas como territórios de resistência dos primeiros gestos de agenciamento coletivo para traçar um panorama desse conjunto de ensaios. Nessa perspectiva, Deleuze e Parnet (1998) descrevem o agenciamento e suas nuances:

O que é um acontecimento? É uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos, e que estabelece ligações, relações entre eles, através das épocas, dos sexos, dos reinos – naturezas diferentes. Por isso a única unidade do agenciamento é de co-funcionamento: é uma simbiose, uma

"simpatia". O que é importante não são nunca as filiações, mas as alianças e as ligas; não são os hereditários, os descendentes, mas os contágios, as epidemias, o vento (DELEUZE E PARNET, 1998, p. 56-57).

Nesse sentido, os agenciamentos emergem de uma pluralidade promovendo diversas conexões que se conjugam por linhas que operam por desterritorialização. Os primeiros ensaios de resistência que abordaremos a seguir estão inter cruzados com as narrativas dos participantes do Grupo que demonstram a representatividade e sentidos atribuídos a eles.

Uma das primeiras ações políticas de resistência ensaiada em Igarapé-Miri/PA foi a criação de um evento que ocorreu no ano de 1997 e foi denominado de “Miss Caipira Gay”. O cenário hostil da cidade suscitou a “invenção de uma linha de fuga” (DELEUZE E PARNET 1998, p. 34). Conforme afirma Canandra, o fato de que “como esse tempo era muita discriminação, a gente encontrou nesses eventos uma forma de se aproximar da sociedade e mostrar que a gente estava disposta a lutar para viver nossa opção sexual livremente.” (Entrevista, 2017). Isto explicita que essas tessituras promoveram *desvios moleculares* e, portanto, se constituíram por suas linhas de fuga visto que estas “[...] sempre vaza[m] ou foga[m] às organizações binárias” (DELEUZE E GUATTARI, 1996, p. 94).

As três primeiras edições do evento “Miss Caipira Gay” ocorreram em algumas escolas do município, sempre no mês de junho, período típico da festividade junina. De acordo com nossa interlocutora:

O Miss Caipira Gay começou [a ser realizado] nas escolas na época de São João [...] e nos primeiros anos era um evento fechado, participavam apenas convidados. Como nessa época era muita violência contra a gente, resolvemos fazer evento fechado só para as *peessoas de bem*. A gente queria mostrar pra sociedade que a gente era capaz de passar por cima da violência, mostrar nossas ideias e a nossa arte através disso, desses eventos, festas e outras coisas (Canandra Calandrine, 25 de Outubro de 2017- grifo nosso).

A narrativa de Canandra demonstra que as três edições iniciais aconteceram de modo improvisado, principalmente no que se refere às ornamentações das candidatas, pois como enfatizou Nayara (Entrevista, 2017) “elas apenas usavam uma saia rodada com enfeites juninos para o desfile”, em um caráter simbólico uma vez que, nessa época, não havia apoio financeiro da gestão municipal e de comerciantes para auxiliar na confecção dos trajés. Posteriormente, o evento tomou novas proporções tornando-se uma festa de maior expressão no município. A fala de Canandra retrata uma realidade de total intolerância o que demandou um cuidado em escolher as pessoas suscetíveis a prestigiar os eventos, visto que a maioria

destes convites era destinada aos membros de suas próprias famílias ou pessoas dos seus ciclos de amizades.

No ano seguinte, em 1998, surgia o “Rainha das Rainhas de boneca”. Este evento consistia na elaboração de trajes carnavalescos para bonecas e culminava com a apresentação e desfile dos criadores dos trajes e suas respectivas “candidatas”, como mostra a descrição abaixo:

Tudo começou em uma bela tarde! Era eu [Canandra], Talicia, Juniara, Paola, Alana, Nayara e Lyra Gabi, como vimos que tinha dado certo o “Miss Caipira Gay”, então decidimos fazer o “Rainha das Rainhas de boneca”. Era um evento para todas as idades, mas lotava de crianças [...] dias antes do evento a gente saía de casa em casa avisando sobre o evento. Cada boneca barbie tinha um nome, escolhido por nós mesmo, acompanhado de tema, bairro e clube [de futebol] (Canandra Calandrine, 25 de Outubro de 2017).

O “Rainha das Rainhas de boneca” iniciava às 17h com entrada franca e atraía um público predominantemente infantil. Este acontecimento conteve um total de três edições, sendo que nas últimas edições havia jurados e premiação para a vestimenta mais elaborada. Segundo nossas interlocutoras, foi um dos maiores acontecimentos na época, por toda a criatividade envolvida que despertava a curiosidade, especialmente de mães e crianças, pois conforme Nayara ressaltou “ao final elas sempre queriam levar as bonecas para suas casas” (Entrevista, 2017).

Já o ano de 1999 foi marcado pelo surgimento da primeira equipe de futebol composta por gays, em Igarapé-Miri/PA, algo totalmente diferente e irreverente de tudo que já se tinha visto na cidade. Segundo Lyra Gabi, não havia pretensão em participar das atividades esportivas do município, sobretudo por conta do grande índice de discriminação. A assiduidade em acompanhar os jogos fez “surgir a ideia de montar um time, que chamamos de “Frenéticas”, afirma Lyra Gabi (Entrevista, 2017). A esse respeito, nos foi relatado os primeiros agenciamentos para fundar a equipe:

A equipe “Frenéticas” surgiu em um momento em que nós acompanhávamos os times do campeonato aqui em Igarapé-Miri. Então, eu reuni com gays pra organizar nosso time e logo depois fomos falar com os responsáveis do campeonato e eles aceitaram, porque eles viam a gente em massa nas arquibancadas animando os jogos. O primeiro ano de jogo começou em 1999 e foi um sucesso, obtemos o 3º lugar. Nós disputávamos com os times femininos, que também tinha várias lésbicas. Em 2000 nos consagramos campeãs do campeonato feminino de areia, quebrando o tabu no Estado, nós [gays] participando de um campeonato de nosso município, né! E pelo nosso

jeito próprio de jogar vestidas montadas. Nessa época foi uma grande novidade (Entrevista com Lyra Gabi, 13 de Outubro de 2017).

Este período foi marcado pela irreverência destes sujeitos em adentrar em modalidade esportiva com bases naturalizadas pela representação de uma masculinidade idealizada culturalmente, uma vez que neste momento não havia, no contexto miriense, uma linguagem política tampouco se discutiam assuntos referentes aos direitos e reconhecimento para esta minoria sexual.

Desde o primeiro jogo, as Frenéticas chegaram a campo “*causando*”⁶ conforme destacou Shaylla, trajando seus uniformes cor de rosa acompanhados de seus respectivos nomes de “*mapô*”⁷ (Entrevista, 2017). Além disso, a equipe se destacava dos demais times, pois contava com o expressivo incentivo dos espectadores e formação de torcida organizada composta majoritariamente por gays. Dialogamos com algumas pessoas que compunham a torcida organizada das Frenéticas, assim como integrantes da comissão técnica do campeonato que dirigia as partidas e destacamos a seguinte descrição sobre a representatividade desta equipe de futebol na época:

A criação das Frenéticas foi algo revolucionário em Igarapé-Miri, porque nessa época não tinha toda essa aceitação. Lembro que em todos os jogos das Frenéticas lotava o clube. O time tinha uma bandeira enorme toda trabalhada em paetê e nas flores além das cores do arco-íris [...] aí no meio tinha um salto alto escrito “Frenéticas”. Era a única equipe que tinha uma torcida organizada. A maior parte do público que ia assistir os jogos era hetero e a gente não sabia se eles iam para rir ou se eram pessoas homofóbicas, o jogo delas era o mais esperado do campeonato e se destacavam pelo grande público. Com certeza a formação desse time foi um grande avanço, um grande passo para conquistar o respeito na cidade. (JonasDaby, 28 de Outubro de 2017).

As Frenéticas marcaram todo o campeonato porque nessa época todos queriam assistir os jogos deles, então os ingressos rapidamente acabavam [...] Eu apitei algumas partidas, ou quando não, eu era “bandeirinha”. As frenéticas era um time que jogava muito e era muito difícil de ser derrotado. A Batatinha [Thalya de Lavega] era a artilheira da equipe, fazia muitos golaços [...] foi o melhor futebol de areia que Igarapé-Miri já viu. (Raimundo, 04 de Dezembro de 2017).

A inserção desses sujeitos no Futebol pode ser lida como uma experiência transgressora e ousada. Lyra Gabi aponta que “algumas *bichas* iam jogar montadas com shortinhos curtos e justos ou minissaias, maquiagem e peruca” (Entrevista, 2017), o que atesta

⁶ Em Bajubá, a palavra “causar” significa chamar atenção.

⁷ Em Bajubá, “mapô” quer dizer mulher.

uma afronta às práticas e valores tradicionais desse esporte atreladas à hostilidade vivenciada na cidade. A esse respeito, Franzini (2005), citado por José Junior (2016) enfatiza que o universo do futebol provém de espaços eminentemente masculino circunscrito à lógica e ordem de classificação de gênero. De acordo com o relato de Jonas Daby, a equipe continha uma enorme bandeira, importante ícone simbólico, que demarcava a presença das frenéticas no campeonato. A fala de Raimundo confirma o prestígio usufruído pela equipe. A notícia sobre a atuação das Frenéticas no campeonato ultrapassou as fronteiras de Igarapé-Miri/PA e se alastrou por suas adjacências, fato identificado no relato a seguir:

Em 2000 fomos convidadas para jogar em Cametá. Nesse momento alguns municípios próximos de Igarapé-Miri já sabiam da existência das Frenéticas porque foi algo totalmente novo e muito comentado [...] aí os gays de Cametá entraram em contato com a gente e fomos jogar pra lá. Lembro que era tempo de festa junina e os jogos aconteceram no ginásio. Parece que era alguma ação solidária que estava acontecendo lá, não lembro ao certo. Já chegamos na cidade [Cametá] de forma triunfal, fomos de micro ônibus com a nossa bandeira para fora [...] todos ficavam curiosos olhando por onde a gente passava, não esqueço esse dia! Acabou que ganhamos os jogos de goleada. Também chegamos a jogar em Abaetetuba e vila Maiauatá. (Entrevista com Lyra Gabi, 13 de Outubro de 2017).

A repercussão positiva da equipe gerou visibilidade e reconhecimento para gays e travestis tanto dentro como fora do município. Em 2001, as Frenéticas passam a disputar também na categoria masculina, momento em que foram realizadas apenas duas partidas, por conta de que a maioria das equipes masculinas se recusava a jogar com as Frenéticas, motivo que ocasionou o retorno para a categoria feminina. Outro ponto a ser destacado são as comemorações a cada ponto marcado na partida, pois como retrata Lyra Gabi “nosso time tinha um jeito próprio de comemorar os gols, nós fazíamos uma coreografia em conjunto bem ousada em frente ao juiz e ao time adversário enquanto que o público na arquibancada gritava” (Entrevista, 2017), façanha que consagrou sua autenticidade no ato dos jogos.

Ao final do ano de 2001, as Frenéticas encerram suas atividades. Este esgotamento justifica-se pela acentuada burocracia que ocasionou o enfraquecimento da equipe porque “o Campeonato municipal estava mudando para Liga Esportiva e algumas *bichas* não tinham os documentos que estavam sendo pedidos pelos organizadores, então resolvemos parar” afirma Lyra Gabi (Entrevista, 2017). A deslumbrante participação das Frenéticas no Campeonato local foi um marco de grande relevância, sobretudo para desmitificar a visão negativa sobre os sujeitos que se opunham à conduta “adequada” e a norma “desejada” (LOURO, 2000).

Em que sentido esses acontecimentos podem ser considerados como os primeiros ensaios de resistência? Em que aspecto a criação das frenéticas pode ser considerado como um gesto transgressor e de resistência? O que há de novo e transgressor trazido pelo time das Frenéticas na prática do futebol? Que fronteiras do masculino são borradas pelas frenéticas no futebol? Seus gestos, suas comemorações, seu jeito de marcar e ser marcado insinuam o quê? Uma dimensão erótica do corpo no futebol?

Talvez, o Miss Caipira Gay, Miss Igarapé-Miri Gay, Rainha das rainhas de Boneca e o Clube de futebol Frenéticas, podem ser considerados como os primeiros ensaios de resistência, pois seu potencial transgressor corresponde a um corpo que se reinventa, no sentido de transitar por entre as práticas instituídas do masculino e feminino, ao seu modo *queer*. Os eventos Miss Caipira Gay e Miss Igarapé-Miri Gay põem em confronto a ideia de “Miss” que geralmente está relacionada à dimensão do feminino; assim o termo “Caipira” volta-se para um aspecto masculino, o homem robusto do campo. Dessa forma, o Rainha das rainhas de Boneca traz à tona um universo infantil feminino, do brincar de boneca, do sujeito que agora brinca com a boneca fora dessa demarcação feminina.

A criação das Frenéticas tensiona as fronteiras de uma prática esportiva instituída da ordem do masculino, em que o modo *queer* de adentrar aos gramados insinua a expressividade de um novo corpo e expõem as fraturas nas práticas do futebol. Talvez, esses três acontecimentos operem por fluxos de resistência, pois neles, as classificações de gêneros são borradas e as fronteiras suavemente dissolvidas. Esse modo de se reinventar diante do instaurado subverte e tensiona os padrões de normalização de gênero, a demarcação de fronteiras de um corpo estranho que se coloca naquele lugar em que não é mais da menina brincando de boneca, tampouco do menino jogando futebol, no sentido de que o papel de gênero, construído culturalmente, lhes é atribuído em decorrência da identificação com o sexo biológico masculino ou feminino. A realização de tais práticas não quer dizer que se almeja adequar-se às normas rígidas, no entanto mostra-se a expressividade e singularidade dos modos de vida em se instaurar no instituído, por movimentos de liberdade e desterritorialização.

Aos poucos esses acontecimentos sociais e esportivos foram criando novas formas de sociabilidade, novas alianças, respeito e reconhecimento da diferença no convívio e transito na cidade. Nesse mesmo ano, faíscas de engajamento político são propagadas, a luta passa a assumir um formato de organização política. É a emergência do Grupo Homossexual de Igarapé-Miri- GHI. Concomitantemente, os eventos são intensificados. Neste contexto, estreia-se o Rainha das Rainhas Gay. Segundo as interlocutoras da pesquisa, este

acontecimento foi uma continuação do evento Rainha das Rainhas de boneca. Nesta nova configuração, travestis e homossexuais protagonizavam o desfile. Sobre esse fato, Lyra Gabi destaca:

O Rainha das rainhas Gay foi inspirado no evento “Rainha das Rainhas” que acontece uma vez ao ano, em Belém/PA. Nesse ano [de 2003] se apresentaram sete candidatas que disputavam o título, cada uma representava um tema, onde Thalya de Lavega se consagrou campeã do título Rainha gay, com o tema “Caprichoso e Garantido: festa das raças”. Me lembro como se fosse ontem. (Entrevista com Lyra Gabi, 10 de Outubro de 2017).

Segundo Lyra Gabi, este evento se tornou um canal de comunicação entre sujeitos com as esferas sociais e políticas, de maneira que as primeiras edições já surtiam de modo favorável, pois “o povo aceitou” (Entrevista, 2017). Isto foi constatado pelo considerável público que se fazia presente, sobretudo as personalidades políticas da época.

Figura 02: A travesti Kaellany Rofft no desfile do evento Rainha das rainhas Gay (3ª edição, 2003)



Fonte: Arquivo do Grupo.

A influência do tradicional concurso paraense de fantasias “Rainhas das Rainhas do carnaval”⁸, conforme relata Lyra Gabi, versou principalmente na semelhança de fantasias adotadas pelas candidatas, como observamos na imagem acima. As inscrições para o desfile eram, restritamente, destinadas aos homossexuais e travestis. No total foram realizadas três

⁸ O Rainha das Rainhas do Carnaval consiste em um concurso de fantasia e beleza mais tradicional do Pará. É um evento anual realizado desde 1947, em Belém/PA, e em 2018 chega a 72ª edição. Vinte e uma candidatas representando clubes sociais de Belém/PA disputam pelo título

edições. O evento seguinte foi inspirado no tradicional Baile das debutantes, tradição bastante forte em Igarapé-Miri/PA. Este acontecimento nomeado de Miss Igarapé-Miri Gay consistia em um desfile com três trajes, típico, de banho e social, com culminância nas apresentações de várias atrações musicais. A seguir apresentamos um registro fotográfico de sua primeira edição, em 2001.

Figura 03: Miss Igarapé-Miri Gay (1ª edição, 2001)



Fonte: Arquivo do Grupo.

Nessa imagem da 1ª edição, da esquerda para a direita, temos as seguintes candidatas: Thalya de Lavega, Valesca Dumont, Nayara Charla, Kaellany Rofft e Shaylla, portando suas respectivas faixas. O Miss Igarapé-Miri Gay foi realizado em um total de três edições e, talvez, pode ser considerado um dos mais ousado dentre os demais eventos citados, pois “antes só havia desfile de mulheres, então resolvemos fechar a cara da sociedade mostrando nosso potencial” afirma Nayara Charla (Entrevista, 2017), o que demonstra seu aspecto subversivo, reafirmando uma sexualidade que anseia desmistificar as representações binárias pela fuga do controle da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2000).

O evento Miss Igarapé-Miri Gay pode ser lido na perspectiva da insurreição, uma vez que o Baile das debutantes está em um registro das convenções sociais, em que a menina, no auge de sua mocidade, é apresentada para a sociedade, enquanto que a criação do Miss Igarapé-Miri Gay vem, justamente, para desconstruir e subverter esta convenção, no sentido em que se ousa ocupar um lugar quase que “indevido”, que não foi pensado para estes sujeitos, de um corpo estranho e “impuro” que forja o lugar do “puro”.

Dentre os eventos citados anteriormente, o único que resiste no momento presente é o “Miss Caipira Gay”. A ausência de disponibilidade dos organizadores e alguns impasses como a falta de apoio financeiro dos órgãos públicos municipais ocasionaram no término dos demais eventos. A mais recente edição do Miss Caipira Gay ocorreu em 2016, no centro cultural de Igarapé-Miri/PA, já apresenta, fortemente, uma perspectiva de cunho político-cultural no município, pelas pontes de diálogos e negociações construídas entre o Grupo e a gestão municipal. Um jogo em que o fluxo molecular se emparelha ao plano molar. Um entrelaçar da micropolítica e macropolítica que delineiam as linhas de ruptura, de modo que “fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia” (DELEUZE & PARNET 1998 p. 30).

Figura 04: Miss Caipira Gay. 2016 - Lyra Gabi repassando o prêmio para a ganhadora, Kaellany Rofft



Fonte: Arquivos do Grupo.

Esses primeiros ensaios, permeados de criatividade e arte, possibilitaram a conquista por ampliação de visibilidade, acarretando em significativas mudanças nas teias de vivências e relações estabelecidas na cidade, visto que “a partir do momento em que há esse tipo de multiplicidade, é política, micropolítica” (DELEUZE E PARNET 1998 p. 15). Ainda que o objetivo primordial residisse mais na ordem da liberdade de viver a sexualidade, a realização desses eventos é tida sob a óptica de um movimento de desterritorialização, de maneira que “esses *primeiros ensaios* foram muito importantes para se conquistar o respeito que temos hoje” afirma JonasDaby (Entrevista, 2017). Aos poucos as dinâmicas de convivência com a diferença tanto internas quanto externas ao Grupo ganharam novos contornos, na investida de

ampliação de territórios de sociabilidade, além do fortalecimento da ideia de pertencimento a uma coletividade e encorajamento para futuras atuações políticas.

1.3 Anúncios de agenciamentos coletivos: O florescer de uma micropolítica

Em consonância a esses eventos, ao final do ano de 2001, um pequeno grupo de homossexuais liderado por Paola traça as primeiras articulações com o intuito de efetivar, no município de Igarapé-Miri/PA, um movimento voltado, inicialmente para as causas homossexuais. Eis que começa a florescer os primeiros indícios de organização política, conforme descreve nossa interlocutora:

As nossas primeiras organizações foram assim: sempre *reuníamos no banco da praça* e conversávamos sobre a vontade de montar nosso movimento e ter o apoio do Estado [do Pará]. Então fizemos essa ideia sair do papel. A única de nós que conhecia os trâmites era a Paola, então ela ficou responsável pela parte burocrática. Durante a semana, *ela ia pra Belém* resolver as coisas e quando ela chegava aos fins de semana, tudo era repassado pra gente (Entrevista com Lyra Gabi, 10 de Outubro de 2017- grifo nosso).

O relato de Lyra Gabi evidencia movimentos de encontros e agenciamentos que ocorriam entre o banco da praça e a Capital Belém/PA, instantes que incidem na emergência de uma micropolítica no contexto de Igarapé-Miri/PA. Isso indica que por meio de agenciamentos coletivos, a luta por reconhecimento, então, passa a ganhar uma nova dimensão a partir do nascimento político destes sujeitos. Esses agenciamentos coletivos indicam as primeiras dinâmicas de articulações do Grupo, bem como a consolidação de sua atuação política, que pode ser lida como “uma organização de fuga [...] que traça, em toda parte por onde passa uma linha de fuga ou de desterritorialização.” (DELEUZE E PARNET 1998 p. 115).

A iniciativa política de Paola antecede às cogitações em implantar um movimento organizado no município de Igarapé-Miri/PA no final da década de 90. Lyra Gabi conta que “Paola sempre quis conquistar seus objetivos através da política” (Entrevista, 2017). Aos 17 anos de idade, Paola firmara acordos e alianças políticas com a gestão municipal da época. Este primeiro contato possibilitou diálogos diretos com outros agentes políticos, como deputados estaduais.

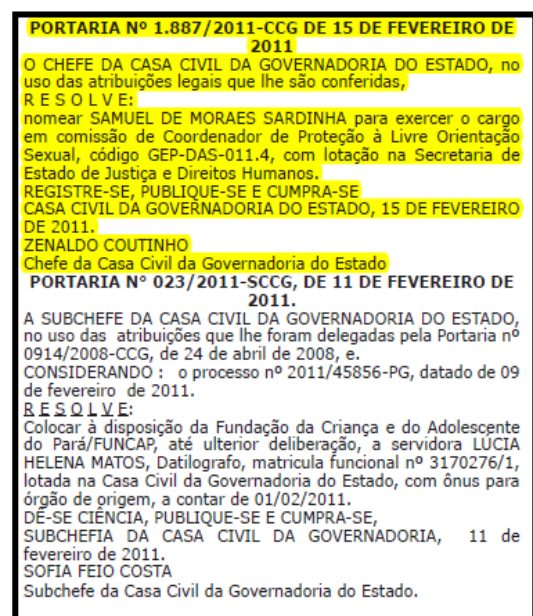
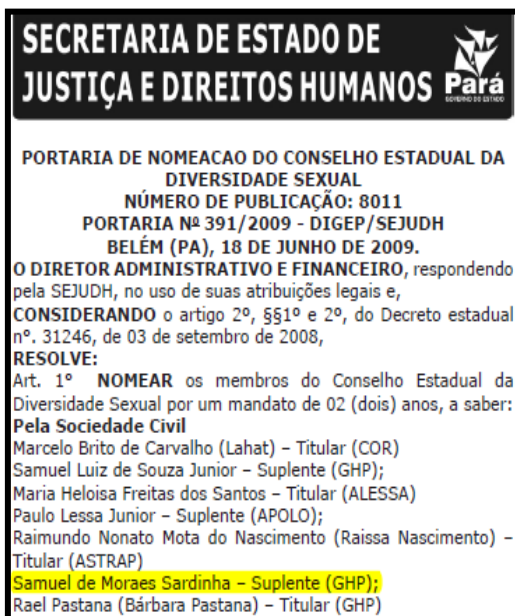
Figura 05: Paola na Parada LGBT de São Paulo



Fonte: Arquivo do Grupo.

favoreceu sua inserção em cargos comissionados em instâncias e órgãos responsáveis pelos assuntos referentes à diversidade sexual do Estado do Pará. Atuou como coordenador na CLOS- Coordenadoria de Proteção à Livre Orientação Sexual com lotação na Secretaria de Estado e de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH, além de que foi integrado ao Conselho Estadual da Diversidade Sexual, como atestam as seguintes portarias:

Figura 06: Portaria de Nomeação de Paola



Fonte: IOEPA.

Então, Paola, que se identificava como gay ou homossexual, passara a lutar pela fundação do movimento organizado em sua cidade natal. Sua participação nesses departamentos gerou um acúmulo de conhecimentos jurídicos e políticos que, conjugados ao

Com base em conversas e entrevistas com os interlocutores que conheceram e conviveram com Paola, cabe ressaltar que, em sua trajetória, Paola assumiu um posicionamento ambivalente, pois atuava como militante das causas que envolvem a discussão de gênero e sexualidade, mas com uma grande proximidade à grupos e concepções políticas de partidos de “direita”. Sua aproximação com o campo político

seu interesse pela militância, colaboraram para a organização social do Grupo de Homossexuais de Igarapé Miri.

Um ponto relevante a ser tratado é atuação de Lyra Gabi que foi uma das primeiras a afirmar-se como homossexual, em Igarapé-Miri/PA, lá no início dos anos de 1990. A relação de afinidade e confiança construída durante os anos fez com que Lyra Gabi se tornasse “a primeira pessoa de confiança de Paola, que ficava responsável pelo movimento em sua ausência” (Entrevista, 2017). Algumas questões de cunho burocrático eram repassadas diretamente à Lyra Gabi, ao mesmo tempo em que durante os encontros do movimento, Paola reforçava o pedido aos membros para que se despussem a conhecer os aspectos legais e suas interfaces que perpassam o movimento.

Paola veio a óbito em decorrência de um grave problema de saúde, aos 27 anos. Shaylla diz que esta notícia “foi como um balde de água fria porque ela era muito conhecida na cidade” (Entrevista, 2017). Nesse momento, os integrantes do movimento compartilharam do desolamento causado por seu falecimento e os desafios em dar continuidade na condução do movimento. Em entrevistas, coletamos depoimentos de alguns participantes do Grupo, que descrevem o recebimento da notícia, bem como as emoções e sentimentos marcados por esse consternado momento:

A morte da Paola foi inesperada. Ela morreu dia 1º de Novembro do ano de 2011. Neste mesmo ano, lá pelo mês de julho e agosto, lembro que ela veio em Igarapé-Miri para apoiar uma campanha política. Acabou a campanha e ela voltou pra Belém. Lá pelo meio do mês de Outubro ela foi internada. Depois, no dia 31 do mês de Outubro ligaram de Belém para nos avisar que Paola estava mal no hospital e desde então nós [integrantes do movimento] ficamos muito preocupados. Aí no outro dia já ligaram dando essa triste notícia. Lembro que nesse dia que deram a notícia estávamos quase todas juntas, no caso, as bichas. Aí ficamos desesperadas, sem saber o que fazer [...] foi difícil de acreditar. Pra nós foi repassado que ela morreu por conta de dois tumores na cabeça. Paola morreu no auge de sua vida, com apenas 27 anos. Sinto muitas saudades dela, de nossas conversas [...] quando ela chegava de Belém, a primeira pessoa que ela ia visitar era eu. O movimento teve uma grande perda. (Lyra Gabi, em 25 de Outubro de 2017).

A morte da Paola não abalou apenas nós do movimento, mas toda a cidade [Igarapé-Miri] em geral. A gente sabia que ela estava internada, mas nesse tempo era difícil de manter comunicação. Também como a família dela era homofóbica, eles não permitiram visita no hospital. Depois que passou essas coisas de velório, a gente se sentia perdido [...] ficávamos nos perguntando o que seria do movimento sem a Paola e principalmente lembrávamos que ela sempre pedia pra que a gente aprendesse sobre o funcionamento do movimento, a questão das leis e tudo mais. Ela sempre dizia que nós tínhamos que conhecer essas coisas porque o dia que ela não estivesse entre nós, a gente ia saber como prosseguir com o movimento [...] ela sempre

pediu pra gente nunca acabar com o movimento que ela ergueu com tanto trabalho. (Shaylla, em 15 de Outubro de 2017).

As falas de nossas interlocutoras da pesquisa evidenciam o vazio deixado pela perda de Paola e a preocupação e dificuldades em manter ativado o movimento. Nesta ocasião, Lyra Gabi torna-se a integrante mais apta a assumir a responsabilidade em prosseguir com as atividades do movimento, por obter informações privilegiadas e acessos a documentações disponibilizados por Paola.

Nessa perspectiva, conforme situamos anteriormente, o contexto histórico brasileiro no tocante à atuação política em torno da homossexualidade, evidencia-se no campo das lutas e enfrentamentos incitado pela criação do *Jornal Lampião da Esquina*, em um período onde as violências morais e físicas contra os homossexuais estavam acirradas. Isto nos possibilita compreender que as vozes que se ergueram em defesa dos homossexuais nos idos da década de 70 estavam voltadas em uma ordem da intelectualidade, uma vez que as ressonâncias produzidas culminaram na emergência de novas articulações e organizações na participação da luta política, em diferentes lugares do Brasil. Sendo que de uma forma indireta influenciaram e permitiram a mobilização e a organização do GHI no final da década de 1990 em Igarapé-Miri/PA. Não que essa organização política das minorias sexuais tenha se espelhado propriamente nesse modo de atuação intelectual do *Jornal Lampião da Esquina*, pois, como vimos, sua organização se deu sob uma perspectiva da militância, e não necessariamente por influência de uma vanguarda intelectual.

Nessa perspectiva, a respeito da potencialização do engajamento e participação política do Grupo, destaca-se a obtenção do estatuto. Criado com base no estatuto do movimento LGBT do Estado do Pará, o estatuto do Grupo objetiva a conscientização e emancipação das chamadas minorias sociais. Organiza-se no sentido de abertura e intercâmbio com outros grupos minoritários que lutem contra o preconceito e a discriminação, conforme aponta o capítulo II: inciso IV do referido estatuto:

Contribuir para coleta e organização de informação e a produção de conhecimento sobre sexualidade humana, conscientizar a sociedade do direito a liberdade, de orientação sexual, especificamente do direito a liberdade de orientação sexual; promover intercâmbios com outras organizações a fins em nível Nacional e Internacional, bem com outros grupos minoritários que lutem contra o preconceito e a discriminação e na defesa dos direitos humanos, como por exemplo: mulheres, índios, trabalhadores, prostitutas e outros, respeitando o artigo segundo do presente Estatuto.

Em março de 2008, o movimento obteve sua legalização jurídica, e neste mês foi realizada, pelos membros do grupo, uma ação comunitária de saúde com consultas médicas, odontológicas e psicológicas, assim como a realização de alguns tipos de exames. Esta ação tem apoio do Estado e da Secretaria Municipal de Saúde- SEMSA e perdura em sua parceria até os dias atuais. No decorrer da pesquisa, essas ações são descritas minuciosamente.

A partir da legalização jurídica e da atuação política do Movimento, a luta pelos seus direitos se fortalecia. Nesse período de fundação do Grupo, em 2001, as pautas de lutas e reivindicações do movimento consistiam em reverter as situações de repressão e violência vivenciadas, predominantemente, por homossexuais com o intuito de desconstruir a imagem negativa que pairava sobre eles.

Inicialmente, houve uma votação informal com o intuito de indicar um membro para a coordenação geral, em consonância com os dispositivos legais. Shaylla conta que “Paola não podia assumir a coordenação, no papel, porque tinha [na época] vínculo [empregatício] com o Estado” (Entrevista, 2017), motivo que acarretou na escolha de Ailson Aires como coordenador em cumprimento de medidas formais. Entretanto, nos bastidores, Paola conduziu o movimento até meados de 2011, meses antes de sua morte. A partir deste fato, Lyra Gabi passa a administrar o movimento, com o apoio de Shaylla, Luanny e Thayssa. Essa dinâmica se manteve até o ano de 2016, momento em que surgiram movimentações para a realização da primeira eleição para a escolha de novos/as representantes.

Figura 07: Posse da Presidente Shaylla



Fonte: Arquivo do Grupo.

A candidatura para pleitear o cargo de presidente e vice presidente, em 2016, foi constituída pela chapa única de Shaylla e Sandy. A eleição ocorreu na Escola Municipal Manoel Antônio de Castro, sob a supervisão de membros do movimento LGBT do Estado, acontecimento que provocou a mobilização de um grande fluxo de filiados para votação.

Shaylla e Sandy são eleitas com 80% dos votos favoráveis. Alguns meses após a eleição foi realizada uma singela cerimônia de posse dos representantes. Este encontro contou com participações especiais de Rafael Ventimiglia, coordenador de políticas para bissexuais e Duda Lacerda, coordenadora de políticas para travestis, ambos do movimento LGBT do Estado do Pará.

A partir desta eleição o movimento, de fato, começou a se consolidar, pois de imediato, foram contemplados com uma vaga no Conselho do Estado do Pará. O período de mandato da presidência do Movimento corresponde ao tempo de quatro anos. No ano 2008, o Grupo contava com a participação de 89 filiados. Ao final do ano de 2016 a presidente Shaylla fez um levantamento do número de filiados e constatou que o movimento já dispõe em cerca de 400 filiados, isto demonstra um quadro crescente e significativo de filiados, bem como a força de organização, luta e credibilidade do movimento nos últimos anos.

O processo de filiação do grupo consiste no preenchimento de uma ficha cadastral. É opcional a escolha do nome que será registrado na ficha, pode ser o que consta na certidão de nascimento ou o nome de guerra feminino, que são comuns entre as travestis e transexuais. O Grupo também dá abertura para participação de heterossexuais, estes são afiliados como simpatizantes.

Um exemplar da ficha de afiliação é encaminhado para a SEJUDH- Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado. Em casos de violência ou crimes contra os filiados, a ficha é apresentada, pelos coordenadores do grupo, à Delegacia de Crimes Vulneráveis do Estado a fim de respaldá-los para solicitação de serviços de advocacia, direito garantido através das lutas do grupo em parceria com o movimento LGBT do Estado do Pará.

No seu funcionamento organizacional, o Grupo dispõe no total de doze líderes, que exercem diferentes atividades distribuídas de acordo com cada segmento, conforme indica seu estatuto jurídico: *Presidência e vice presidência*, Shaylla e Sandy respectivamente; *Secretário de presidência* (segmento gay): Luanny; *Coordenadores de mobilização* (segmento gay): Lyra Gabi e Gilmara; *Tesouraria* (segmento de lésbica): Richard e por último os *Fiscais* (segmentos de lésbica, travesti e transexual): Cicão, Maria de Belém, Maria Raimunda, Thalya de Lavega e Kaellany Rofft.

Figura 08: Assembleia Geral Extraordinária



Fonte: Arquivo do Grupo.

No dia 10 de Março de 2018, acompanhamos a realização da Assembleia Geral Extraordinária do grupo, em uma instituição de ensino de Igarapé-Miri/PA, tendo como pauta principal a mudança de nomenclatura do grupo. Dois motivos implicavam em tal mudança: o primeiro consiste no fato de que o Grupo se encontra

inadimplente, devido a gestão anterior não prestar contas sobre o encontro Regional LGBT ocorrido em Igarapé-Miri/PA, em 2008. O segundo motivo implica no reconhecimento de que a sigla “GHI” já não dar mais conta de abarcar os diferentes estilos de vida que hoje povoam o grupo, ponto que já havia sido notado, pela pesquisadora, durante o trabalho de campo. É relevante destacar que a escolha da sigla “GHI” ocorreu em um período em que o grupo era formado especialmente por homossexuais. Posteriormente, indivíduos de outros segmentos, que lutavam por afirmações de direitos, também foram incorporados ao GHI, resultando em movimento LGBT. Assim, Shaylla e Sandy propuseram que a nova sigla do Grupo fosse composta do seguinte modo: **GLGBTI-** Grupo LGBT de Igarapé-Miri, que após apreciação, foi aceita pelos participantes.

Devido à grande demora e burocracia nos trâmites para se obter o aval da legalidade dessa nova ONG, Shaylla e Sandy destacaram a importância em se estabelecer alianças políticas, visto que 2018 é um ano de eleição no Brasil. A estratégia é buscar através destas alianças acelerar o processo de legalização da nova organização, além de firmar acordos visando conquistar apoio a recandidatura política de Shaylla, como vereadora, nas eleições municipais de 2020.

Figura 09: discussão da pauta de alteração da sigla



Fonte: Arquivo do Grupo.

Após a finalização da pauta principal da Assembleia, outras questões foram agregadas à discussão. Shaylla e Sandy destacaram que o compromisso no cumprimento com as atividades do grupo deve ser assumido pelos membros participantes; levar políticas LGBT através do Fórum Municipal de Educação de Igarapé-Miri; Dia Internacional da Mulher, mais um ano em que a

Assistência Social de Igarapé-Miri/PA promove evento, porém não houve nenhum convite para o Grupo, diferentemente do que ocorre em Belém/PA, em que travestis e transexuais já participam da comemoração; Através de uma vistoria nas unidades básicas de saúde de Igarapé-Miri, o movimento constatou a falta de preservativos; Reunião especial com as lésbicas, mostrar a importância da organização em torno da luta política, pois, segundo Shaylla, é o segmento mais ausente na atuação do grupo; Participação no Conselho Municipal de Assistência social; A importância da inserção de participantes do movimento, na

Conferência Municipal de Saúde, pois “o pessoal do conselho de saúde quer jogar a gente para escanteio, por isso a gente tem que lutar pra ocupar esses espaços”, afirma Shaylla.

As duas últimas questões pontuadas no encontro versaram sobre a falta de quórum nos encontros, segundo a presidente, isto dificulta a escolha de membros para participarem do Conselho Municipal de Assistência social e Conferência Municipal de Saúde, dentre outras atividades. A outra questão que foi lançada pelos participantes presentes versava sobre o atraso na entrega de alguns documentos solicitados na Ação Cidadania 2017, os quais Shaylla se encarregou de resolvê-los. Assim, a nova nomenclatura que foi debatida durante a Assembleia Geral Extraordinária já estará incorporada ao estudo do Grupo.

2. PARADA DO ORGULHO LGBT DE IGARAPÉ-MIRI/PA: Entre festa e política do desejo

2.1 Lances da Parada do Orgulho LGBT de Igarapé-Miri/PA

Devemos inventar nossas linhas de fuga se somos capazes disso, e só podemos inventá-las traçando-as efetivamente, na vida (DELEUZE E FÉLIX GUATTARI, 1996).

O desejo é revolucionário porque quer sempre mais conexões e agenciamentos (DELEUZE E PARNET, 1998).

Na perspectiva de análise deste trabalho a Parada do Orgulho LGBT não será lida somente pela óptica de um momento festivo, mas, sobretudo, na perspectiva de um ato político que envolve agenciamentos coletivos e inventa suas linhas de fuga de liberdade e resistência!

Pensar na emergência deste estrondoso acontecimento, que é a Parada do Orgulho LGBT, implica em adentrar na construção desses sujeitos políticos no campo da militância. O exercício cartográfico permite compor um panorama histórico a fim de construir entendimentos sobre as condições de seu surgimento e sua consolidação pautada no cenário local, a partir de narrativas dos atores envolvidos permeadas por práticas e vivências.

A Parada como manifestação de cunho político-social se fortalece, no Brasil, a partir de meados da década de 1990 – período pós epidemia da AIDS - marcada pelo reflorescimento e pela luta por maior visibilidade política, reconfigurando as estratégias de atuação e dinâmicas organizativas do movimento. (FACCHINI, 2005; CAETANO, 2011). A respeito das primeiras articulações das paradas no Brasil, França aponta que:

Embora seja difícil precisar qual o antecedente direto das paradas, podemos marcar os meados da década de 1990, especialmente o ano de 1995, como fundamental na gênese das paradas no Brasil. [...] Diferente de outras manifestações, essas paradas, inspiradas em eventos semelhantes de outros países, pressupunham uma periodicidade anual e se destinavam especialmente celebração do “orgulho” e à visibilidade de demandas do movimento, inaugurando um estilo diferenciado de atuação política no movimento (FRANÇA, 2006, p. 102).

Uma vez proliferadas por vários estados brasileiros, as paradas repercutiram no cenário nacional “como uma das formas mais massivas de expressão das lutas e do orgulho LGBT” (FERREIRA, 2012). Em consonância a essa efervescência de reivindicações e lutas pela expansão de direitos em diferentes contextos, surgem no final da década de 90 as primeiras mobilizações na região paraense, encabeçadas pelo Movimento Homossexual de Belém- MHB. (FERREIRA, 2000). Nesse momento, essa manifestação social ganhava fôlego no cenário paraense, uma política da visibilidade pra sujeitos LGBT que espraiava por diferentes lugares do estado. Então, de que modo as reivindicações produzidas na capital paraense ressoaram em Igarapé-Miri/PA?

Dentre os anos de luta e atuação do movimento em Igarapé-Miri, o ano de 2017 mostrou-se singular e emblemático, no que tange à comemoração aos 10 anos da parada do orgulho LGBT. Essa conquista não foi mera casualidade. Conforme relatos de Shaylla e Nayara (Entrevista, 2017), a primeira parada do orgulho realizada em Igarapé-Miri ocorreu em 2008 - ano em que o Grupo consolidou-se efetivamente, através da obtenção do reconhecimento jurídico – inspirada pelas movimentações LGBT que agitavam a cidade de Belém/PA. O anseio de expressar sua sexualidade, seus desejos e modo de vida abertamente, impulsionaram as primeiras movimentações do Grupo de Homossexuais pelas vias públicas de Igarapé-Miri.

No começo do ano 2008, Paola foi para Belém e já voltou de lá com todo o estatuto pronto. Com pouco tempo depois, de Belém ela [Paola] ligava pra gente se organizar e entregar ofícios nas secretarias. Desde aí começamos a trabalhar para fazer nossa primeira parada em Igarapé-Miri (Entrevista com Shaylla, em 09 de Outubro de 2017).

A respeito do planejamento, organização e deliberação da data em que a Parada iria ocorrer no município uma das entrevistas relembra o seguinte episódio:

A gente [os primeiros membros do movimento] se reuniu várias vezes para escolher qual seria a data da nossa parada. Levou uma semana para entrarmos em um consenso para definir o dia. Aí como a festa de Santana [padroeira de Igarapé-Miri] vai até dia 26 de julho, mas no dia 27 ainda tem festejos que é o que a gente chama de “varrição da festa” aí nesse período tem bastante gente na cidade, então a gente decidiu que a parada seria todo dia 27 de julho. Uma data fixa. (Entrevista com Nayara Charla, em 11 de Outubro de 2017).

O relato de Nayara Charla demonstra a conjugação entre o sagrado e o profano, pois a festividade de Nossa Senhora Santana é o principal evento católico de Igarapé-Miri/PA, que

acontece entre o dia 16 a 26 de julho. Para Nayara Charla, a parada do Orgulho LGBT “é pra fechar com chave de ouro a festividade de Santana” (Entrevista, 2017). Atualmente, o Grupo luta para inserir este acontecimento irreverente, que é a parada LGBT, no calendário miriense.

Figura 10: Preparativos no trio elétrico para a 1ª parada LGBT de Igarapé-Miri



Fonte: Arquivo do Grupo.

A sua edição inicial, consistiu um grande desafio para todos que, naquele momento, compunham o movimento. Foi como uma espécie de “*BOOM* na cidade” conta Valesca Dumont (Entrevista, 2017), pois pela primeira vez Gays, Lésbicas, Travestis e Drag queen ocuparam e se apropriaram das ruas da cidade afim de protestar contra a homofobia e manifestar o direito à liberdade sexual, reconhecimento e visibilidade nos espaços públicos de Igarapé-Miri. Esse cenário é expresso no seguinte relato:

A primeira parada do GHI teve muito o que falar. Foi quando o povo viu que a gente ia para as ruas se manifestar. Quando estávamos decorando o trio elétrico, alguns curiosos paravam para olhar. Chegamos até a pensar que ninguém ia comparecer, mas para nossa surpresa, lotou nossa concentração na Praça do Perpétuo Socorro e todos seguiram atrás do trio. A primeira parada foi um sucesso (Entrevista com Shaylla, em 09 de Outubro de 2017).

Os resultados positivos da primeira parada encorajaram a realização das próximas manifestações e fortaleceram a ação política do grupo a dar continuidade a essa irreverente manifestação, evidenciando um grande avanço na conquista de direito e pelo respeito no que concerne ao trânsito e exposição nos espaços públicos. Em diálogo com integrantes do Grupo

de diferentes segmentos – frequentemente em um ambiente envolvido por um clima eufórico - captamos alguns relatos referentes às suas percepções acerca da parada e sua constituição como ato político e festivo.

Essa manifestação é um momento de alegria. Isso não é uma festa. É um ato político porque a gente vai às ruas lutar pelos nossos direitos, lutar contra preconceito e homofobia. É um momento de confraternização porque reencontramos as *bichas* [grifo nosso] que chegam de outros lugares para prestigiar a parada. É uma conquista, porque a gente pode ir às ruas se rasgar sem medo e vergonha de se mostrar para a sociedade (Entrevista com Thayssa, segmento gay, em 10 de Outubro de 2017).

A parada é um ato político, na minha opinião. É uma manifestação que vamos clamar por respeito, cidadania e dignidade. Para a sociedade ver que a nossa comunidade LGBT [...] a gente não é nada do que eles [as pessoas] imaginam. Eles pensam que somos *aberrações* [grifo nosso]. A parada é para o povo ver que somos seres humanos que nem eles (Entrevista com Shaylla, segmento Transexual, em 09 de Outubro de 2017).

Para mim, a parada do orgulho LGBT é muito importante pra lutar contra o preconceito que sofremos. A luta não é só nesse dia, mas sim diariamente. É um modo de dizer que a gente também merece mais respeito e queremos viver tranquilo com nossa opção sexual (Entrevista com Marlon, segmento de lésbica, em 14 de Outubro de 2017).

Nos diferentes relatos dos participantes do movimento, a dimensão política da Parada LGBT é ressaltada conjuntamente com o seu caráter alegre e festivo. A Parada como símbolo de conquista; uma micropolítica dos afetos, momento de encontros; lugar a liberdade sexual e expressão da diferença social e sexual. James Green em sua obra *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2000, p. 145), enfatiza que, no Brasil os registros apontam que a utilização do termo *bicha* iniciou na década de 1930, sendo “a forma mais comum de referir-se pejorativamente a um gay”.

Além da narrativa de Thayssa, durante as assíduas incursões a campo pude observar que o termo é corriqueiro entre o Grupo, sobretudo entre os sujeitos homossexuais no sentido de positivar sua sexualidade, o que nos permite inferir sua reconfiguração no decorrer do tempo. A expressão *aberrações*, que emerge na fala de Shaylla, evidencia o desejo em desconstruir estereótipos e estigmas que recaem, sobretudo nos indivíduos transexuais. Se de um lado o termo *bicha* passa a assumir um caráter positivo no universo vocabular LGBT, quando se referem ao termo *aberração* não se percebe esse mesmo movimento de positivação, pelo contrário, esse termo é visto na perspectiva de sua crítica e desconstrução.

Na esteira dos conflitos simbólicos e das correlações de poder em que se dão os processos de nomeações e classificações das identidades, vêem-se a constituição e a disputa entre diferentes modos de ver, de perceber e de nomear, inclusive por parte dos grupos historicamente discriminados. Daí, termos como *bicha*, *gay*, *queer* etc. são (re)inventados, ressignificados pelo próprio grupo discursiva e politicamente inferiorizado (RIBEIRO et al, 2009 p. 188 grifo nosso).

Reiterando a citação certas expressões como “bicha” não são meramente reproduzidas entre sujeitos LGBT, no entanto são resignificadas no sentido de afirmação da sexualidade. Segundo os depoimentos apresentados, a parada do Orgulho LGBT tem a finalidade de expor diante da sociedade suas conquistas alcançadas, reivindicar por melhorias na segurança por conta da acentuada vulnerabilidade social associada às várias facetas da violência, lutar pelos seus direitos de ir e vir e por um município que saiba conviver com a diferença.

Dentre nossas incursões à campo, a *manifestação*⁹ de 27 de Julho de 2017 foi o momento mais intenso em se tratando nos registros dos acontecimentos, pois dias antes do evento, desfrutei da oportunidade em acompanhar desde os mínimos detalhes dos preparativos como a escolha e confecção de trajés, perucas, sapatos e acessórios, até as articulações para fins burocráticos e organizacionais dos líderes e demais filiados do Grupo. A imersão na pesquisa consistiu em um exercício que suscitou a atenção flutuante cartográfica, permitindo explorar o território pela sensibilidade, por olhares e escutas atentos, isto é, possibilitou vivenciar experiências por outras perspectivas (BARROS E KASTRUP, 2009).

Percebi que realizar um evento deste porte requer bastante recurso financeiro e exige uma grande mobilização e esforço dos integrantes em conseguir auxílio financeiro com os colaboradores da parada. Nos dias em que auxilie o grupo para entregar ofícios nas secretarias do município, sindicatos, câmara de vereadores e estabelecimentos comerciais, requerendo ajuda de custo, presenciei situações adversas como o cancelamento de encontros com o prefeito ou vereadores, sempre com justificativas, a nosso ver, insatisfatórias, ou longas horas de espera por atendimento, chegando ao final do dia sem nenhum posicionamento definitivo da parte dos governantes. Estas situações demonstram a tentativa, a todo custo, da gestão política municipal em desviar-se do encontro com o grupo.

2.2. Um corpo *Queer*: Por entre festa e performatividade

⁹Mesmo acompanhando, como observadora, todas as edições da Parada do Orgulho LGBT de Igarapé-Miri, sem dúvidas, a 10ª edição foi a mais especial. Esta pesquisa, certamente estreitou as relações com os integrantes que compõem a liderança do Grupo. Isto se evidenciou no momento em que me foi concedida uma camisa da comissão organizadora e pulseira que permitia acesso privilegiado aos espaços reservados do trio elétrico.

A 10ª edição da parada LGBT teve como tema *Respeito não tem gênero: viva a diversidade, eu respeito e você?* O destaque a essa chamada reforça a campanha do Estado do Pará no enfrentamento à LGBTFOBIA. A concentração da parada teve início por volta de 18 horas, às margens da PA-151, entrada do município de Igarapé-Miri. A chegada das travestis e transexuais formidavelmente *montadas*¹⁰ atraiu muitos olhares de quem passava nas proximidades da concentração. Até mesmo os condutores de veículos, que incessantemente passam por ali, paravam para apreciar, outros se dirigiam para somar à multidão. Aos poucos, percebia-se que a cidade estava completamente tomada pelo clima festivo, alegre, irreverente e colorido que envolve a parada.

Figura 11: Kaellany Rofft e Valesca Dumont



Fonte: Pesquisa de campo.

Neste ano de 2017, distintamente dos anos anteriores, foi feito um novo e extenso percurso traçado estrategicamente: concentração na entrada do município, seguindo pelas principais avenidas e finalizando na praça Sarges Barros ou praça da Prefeitura, como é conhecida no município. O evento recebeu diferentes personalidades, entre lideranças e representantes da gestão pública do Estado do Pará, como Fatinha Azevedo, representante do segmento de Lésbica do Movimento LGBT do Pará; Rafael Ventimiglia, conselheiro e secretário do CEDS Pará e Roberto Paes, gerente CLOS e SEJUDH.

Em diferentes momentos da Parada foram proferidos vários discursos em homenagem à Paola (*in memoriam*), idealizadora do grupo, por sua luta pelas causas LGBT e resistência em fundar um movimento organizado em Igarapé-Miri. Esses pronunciamentos afluíam uma memória coletiva do movimento que vinham sempre acompanhados de intensos aplausos e aclamações do público LGBT. Na sequência, as falas em alusão à trajetória e atuação política do Grupo se sobressaíram, assim como os mecanismos de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para questão LGBT em Igarapé-Miri e sua relevante atuação no Estado do Pará. Representantes do movimento LGBT do Estado mencionaram, em tom de

¹⁰ Em Bajubá, o ato de se *montar* consiste em uma caracterização momentânea.

denúncia, as estatísticas de crimes hediondos contra indivíduos LGBT ocorridos no Pará entre o período de 2016-2017, incluindo o primeiro caso de assassinato de um homossexual registrado em Igarapé-Miri, no ano de 2014.

O desfecho dos discursos culminou no convite para entoar o hino nacional brasileiro. Então, assim, foi oficialmente declarada aberta a 10ª Parada do Orgulho LGBT de Igarapé-Miri. A condução da Parada ficou encargo da apresentadora Drag Queen Sarah de Montserrat, além de Kaellany Rofft, como coapresentadora.

Figura 12: Apresentadora da 10ª Parada- Drag Queen Sarah de Montserrat



Fonte: Pesquisa de campo.

A apresentadora Sarah de Montserrat, como podemos perceber na imagem acima, chamou atenção do público pelo traje exuberante, linguagem peculiar, acessórios e maquiagem bastante demarcados, evidenciando a performance em todos os níveis. Sua expressividade nos espaços públicos traduziu o orgulho em expor sua afirmação de modo de vida e recusa ao exotismo. Essa linha de interpretação possibilita uma aproximação com os estudos *Queer*, na perspectiva da teoria da performatividade de gênero da filósofa Judith Butler. A nova política do gênero, também denominada de *queer*, de acordo com Butler (2003), visa desconstruir os regimes de normalização que desenham os parâmetros por onde os

corpos devem seguir. Nesse sentido, a pensadora Judith Butler em sua obra *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (2003) destaca que:

A *performance* do *drag* brinca com a distinção entre a anatomia do performista e o gênero que está sendo performado. [...] Ao imitar o gênero, o *drag* revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero — assim como sua contingência [grifos da autora]. Aliás, parte do prazer, da vertigem da *performance*, está no reconhecimento da contingência radical da relação entre sexo e gênero diante das configurações culturais de unidades causais que normalmente são supostas naturais e necessárias. (BUTLER, 2003, p. 196)

A caracterização da *drag* Sarah suscita uma ambivalência, pois se assemelha à imagem feminina, demonstrando assim, o que Butler, em sua teoria da performatividade de gênero (Apud Borba, 2014, p. 467) nomeia de “descontinuidades entre corpo, sexo, gênero e desejo”. A posição de destaque que Sarah ocupa nessa manifestação, demonstra sua notoriedade no âmbito da comunidade LGBT do Pará, assim como uma forma de conquista pela tomada da palavra política da diferença. Além disso, coloca em questão a matriz de inteligibilidade de gênero, por transgredir o modelo de gênero culturalmente instaurado. Nessa perspectiva a autora afirma:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (BUTLER, 2003, p. 38)

Nesse contexto, o gênero advém de normas sociais e históricas por meio de discursos instituídos fundamentado em uma heterossexualidade compulsória, uma vez que “os gêneros inteligíveis obedecem à seguinte lógica: vagina-mulher-feminino versus pênis-homem-masculino” (BENTO, 2008, p. 35). Desse modo, as teorizações *queer* propõem desconstruir a matriz de inteligibilidade de gênero que institui como natural e incontestável a relação entre sexo biológico, gênero, desejo sexual (BORBA, 2014, p. 445).

Todo itinerário da 10ª parada foi agitado pelas cores vibrantes do arco-íris que permearam os quatro cantos da cidade. Apresentadora e coapresentadora alternavam os discursos, por vezes utilizando o código linguístico *Bajubá*, linguagem peculiar da

comunidade LGBT. Outro ponto a ser destacado centra-se nas apresentadoras que, conforme indica as imagens, portam seus respectivos roteiros, o que demonstra suas organizações em redigir os textos para conduzir o ato.

Figura 13: Coapresentadora da 10ª parada Kaellany Rofft ao lado do Gogo boy



Fonte: Pesquisa de campo.

A chamada para a importância de ir às ruas reivindicarem o direito à liberdade de viver sua sexualidade e ampliação da cidadania foi constante. De cima do trio elétrico, o discurso proferido por Sarah de que “a Parada do Orgulho LGBT de Igarapé-Miri é uma manifestação social e civil que busca não somente reivindicar direitos LGBT’s, mas sim lutar por uma sociedade melhor para todos”, gerou muitos aplausos misturados aos gritos de alegria.

Travestis, transexuais e Drags queen por suas montagens e irreverências também foram destaque nas avenidas por onde seguia a manifestação, pois atraíam a atenção dos observadores por suas performances, adereços brilhosos e vestimentas criativas e ousadas. A transgressão nas vias públicas pelo jogo de corpo-performance confirma a resistência desses sujeitos, uma vez que representam “os corpos que não são capturados pela normatização” (CAETANO, 2011 p. 106). Em entrevistas, indagamos alguns interlocutores da pesquisa a respeito da representatividade das vestimentas na parada e em que sentindo esse dia se diferencia dos demais. A esse respeito, os relatos a seguir, anunciam a dimensão *estético-política* e o sentido especial atribuído a esse dia:

É um dia muito especial pra nós, porque neste dia nos montamos e mostramos pra sociedade que a gente existe, tem valor e temos nossos direitos. Prova disso é que todos os anos tem um tema central, geralmente ligado à política. [...] nesse dia a gente aproveita se exhibir, mostrar quem a gente é. Melhores são os comentários no dia seguinte. Não é a toa que estamos na 10ª manifestação nas ruas (Entrevista com Nayara Charla, em 11 de Outubro de 2017).

Nesse dia, a gente usa essas roupas extravagantes com muito brilho e maquiagem bem forte porque a parada representa um tipo de liberdade, né? É uma luta por direitos. As performances são pra gente, como uma forma de nos reconhecerem. A cada ano trazemos uma surpresa para o público. Esse ano de 2017 foi a performance junto com o show pirotécnico (Entrevista com Valesca Dumont, em 14 de Outubro de 2017).

Além de ser um dia de expor todas as nossas conquistas para a população, é o dia que, realmente, nós podemos mostrar quem somos [...] de se vestir à nossa maneira, se abraçar e se beijar, construir e ter o respeito das pessoas, quebrando assim, o tabu do preconceito. Nos outros dias dificilmente demonstramos afetos porque nos sentimos intimidados por não termos o apoio de toda a sociedade (Entrevista com Lyra Gabi, em 11 de Outubro de 2017).

Figura 14: As enamoradas, segmento de Lésbica



Fonte: Pesquisa de campo.

Essas narrativas evidenciam algumas questões que ganham relevo: a livre expressão nos espaços públicos e atos performativos como afirmação por reconhecimento e garantia em promover a visibilidade da diferença, além do viver abertamente as relações afetivas expressadas pelos diferentes modos de vidas. Na metade do percurso, Sarah de Montserrat solicita uma pausa para fazer as seguintes reflexões para o público: “Será que a luta da comunidade LGBT de Igarapé-Miri se difere da luta de outros lugares? Vale a pena ir as ruas lutar por nossos direitos? Certamente, para nós da comunidade LGBT vale, pois trata-se de nossas vidas.” Todo trajeto foi conduzido por enunciados proferidos pelas apresentadoras como: “Queremos uma Igarapé-Miri aberta à diversidade”, “Vamos *frescar*”, “Lutamos por respeito, orgulho e dignidade” “Sai da frente, que eu e o meu amor vamos passar” .

Figura 15: Público, segmento de Gays



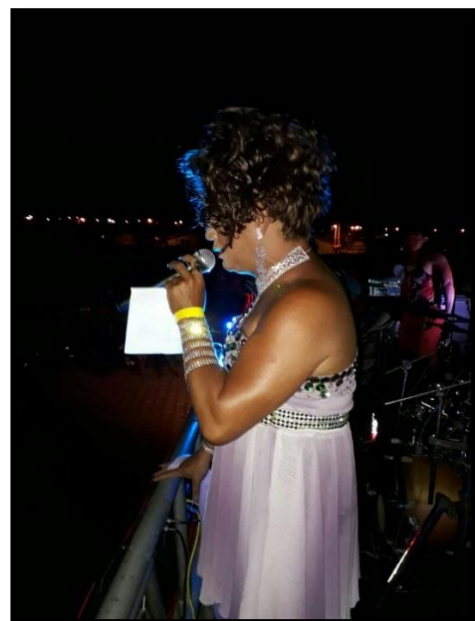
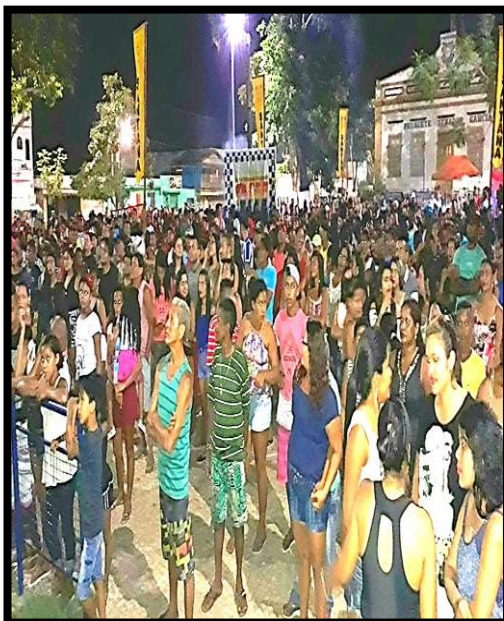
Fonte: Pesquisa de campo.

Além dos enunciados, as cenas de troca de afeto foram bastante recorrentes, pois exprimiam novas formas de relação com o outro, uma nova política do desejo, para além do governo de uma política heteronormativa. Essas novas relações, entendidas como um ato de protesto, as relações afetuosas se traduzem no anseio pela aceitação e reconhecimento de viver seus desejos, sem que isso se torne alvo de intolerância,

violência e indiferença.

A luta por respeito e dignidade dentro do exercício da cidadania está para além desta manifestação que ocorre anualmente. Trata-se de uma luta diária por mais espaços, liberdade de vivenciar sua sexualidade, mais amor, reivindicação de direitos voltados à expressão da livre orientação sexual, com mais respeito à diversidade e à diferença.

Figura 16: A apresentadora Sarah conduzindo a manifestação



Fonte: Pesquisa de campo.

Figura 17: Sarah e Lyra Gabi posando para fotografia com crianças



Fonte: Pesquisa de campo.

Durante uma hora e meia de percurso e um público estimado pelo Grupo e polícia militar, em duas mil pessoas a cidade se reinventou. As ruas e a praça principal da cidade foram ocupadas por pluralidades de vidas, além de que os singulares modos de viver à diferença foram visibilizados e afirmados. Um momento em que o encontro, os afetos e a amizade são celebrados nos espaços públicos da cidade. A expressiva participação da comunidade LGBT, entre manifestantes locais e de outros municípios, demonstra que o Grupo se encontra bem representado no campo da participação e militância no contexto paraense e com uma aceitação e apoio de grande parte da população miriense.

Figura 18: Público da 10ª Parada LGBT de Igarapé-Miri



Fonte: Pesquisa de campo.

Durante o percurso público pelas ruas da cidade a Parada LGBT transborda sua política do desejo em intenso movimento. A cidade se reinventa ao olhar de seus moradores, várias pessoas observam e acompanham a manifestação em frente às suas residências, praças e esquinas da cidade. Em diversos momentos podia-se ouvir, dos observadores, palavras de incentivo e encorajamento acompanhadas de aplausos, assim também como frases pejorativas e gestos obscenos, evidenciando que a população miriense divide opiniões quanto às diferentes expressões da sexualidade. Essa ambiguidade na reação dos moradores da cidade frente à visibilidade pública do movimento LGBT demonstra uma atitude de não indiferença dos moradores a respeito da Parada, ao mesmo tempo reafirma a ideia de que a educação para questões de gênero e sexualidade, conjuntamente à luta coletiva do movimento LGBT são batalhas que devem ser assumidas cotidianamente nas instituições e espaços públicos da cidade.

A parada do Orgulho LGBT de 2017 obteve a presença significativa de crianças, que olhavam atentamente para as pessoas que em seu trânsito abrilhantavam este acontecimento, conforme observamos nas imagens. Para Shaylla, “foi bom ver as crianças também participando nessa Parada de 2017, querendo tirar fotos com as drags”, o que evidencia a positivação da Parada como uma manifestação que implica na construção de uma relação de respeito e reconhecimento. A presença e a participação das crianças na Parada, com seus olhares atentos, ressignificam e potencializam novos gestos e formas de convivências com às diferenças, o que criam diferentes canais e possibilidades para se pensar em uma nova educação para as relações de gênero.

Figura 19: Crianças observando atentamente os sujeitos participantes da Parada



Fonte: Pesquisa de campo.

Assim, envolvido por um ambiente festivo e de afirmação política da diferença, evento culminou na praça matriz Sarges Barros, em frente à Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, com o concurso de performance Drag queen. A competição entre as candidatas de performance Drag queen produz uma nova cena como intervenção política, seu anúncio entusiasma e acalora os participantes e cria uma zona de visibilidade específica no interior da Parada. De um lado Mama África, representando o município de Abaetetuba e do outro, representando Igarapé-Miri, Valesca Dumont, a quem Nayara Charla (Entrevista, 2017) atribui como a “Drag caricatíssima do Baixo Tocantins”.

Figura 20: Mama África e Valesca Dumont, candidatas do concurso de performance da 10ª parada



Fonte: Pesquisa de campo.

A ordem de apresentação foi decidida mediante o sorteio realizado pelos jurados. O primeiro espetáculo foi de Valesca Dumont, que surpreendeu a todos com seu desempenho e destreza em ocupar e escalar os lugares inusitados, confirmando sua consagração de Drag Queen caricata. No Brasil existem variados estilos e categorias classificatórias de drags, normalmente o estilo está relacionado com o tipo de corpo do sujeito e suas montarias. Atualmente, identificamos dois estilos: *Top-drag* e *caricata*, a primeira tem um caráter mais sensual, enquanto que a segunda engloba um aspecto humorístico (VENCATO, 2002).

Os figurinos de Valesca remetiam a uma composição de arranjos carnavalescos, que foram sendo removidos no decorrer do espetáculo. Sua performance foi marcada pela teatralidade aliada aos gestos e movimentos labiais, em consonância com a música. A candidata miriense finalizou sua performance e atração com o show pirotécnico, o que provocou, nos participantes, fascinação e gritos eufóricos aclamando “é a campeã”. Na sequência, eis que aparece e toma o palco Mama África, segunda candidata. Embora alguns comentários indicassem dúvida de que Mama África iria se *deitar*¹¹ para a adversária, a candidata de Abaetetuba atuou de modo esplêndido, com seu traje emblemático que se aproximava aos moldes de peças de banho. Com a votação do júri – composto por Rafael Ventimiglia, Shaylla, Roberto Paes e Kaellany Rofft – houve, ao final, empate técnico. Ao público foi concedido o poder de voz e voto. Por unanimidade, o público decidiu que as duas candidatas mereciam o prêmio e o título de campeã da *drag* da parada de 2017.

A experiência *drag* em construir seu corpo a partir de vestimentas femininas borra as fronteiras heteronormalizadoras, pelo jogo de forças tramadas nas redes de captura e fissuras de poder. Para Louro:

A *drag* propositalmente exagera nos traços convencionais do feminino, exorbita e acentua marcas corporais, comportamentos, atitudes, vestimentas culturalmente identificadas como femininas. O que faz pode ser compreendido como uma paródia do gênero: ela imita e exagera, aproxima-se, legítima, e, ao mesmo tempo subverte o sujeito que copia. A paródia se constitui, não somente numa possibilidade estética recorrente, mas na forma mais efetiva de crítica na medida em que implica, paradoxalmente, a identificação e o distanciamento em relação ao objeto ou ao sujeito parodiado (LOURO, 2004, p. 85-86).

Desse modo, a figura da *drag* nos leva a pensar, a partir da paródia performática do gênero, no jogo de subversão e desconstrução, de desejo e ambivalência, como ressalta Butler (Apud LOURO, 2004), em que a *drag* se detém desse gênero a ser parodiado para que se possa deixá-lo em evidência e assim, estrategicamente, subvertê-lo. Na sua performatividade, a *drag* brinca com as fronteiras do corpo, com os códigos culturais deste gênero, materializada pela ambiguidade, subvertendo assim, “o modelo expressivo do gênero” (BUTLER, 2003 p. 195).

¹¹Em Bajubá, *deitar* significa intimidar.

Figura 21: Consuelo Werneck exibindo as alterações em seu corpo através do uso de hormônios



Fonte: Pesquisa de campo.

Ao término das apresentações das candidatas, a partir do exercício cartográfico mantive uma atenção à espreita, como indica Deleuze (*Apud* KASTRUP, 2014), para captar o que viria a seguir. Faltava pouco tempo para o encerramento da 10ª parada, quando a travesti Consuelo Werneck semidesnuda exibiu seus seios hormonizados. Rapidamente um conglomerado de pessoas circundou a travesti causando

muita agitação.

Em minha impressão como observadora participante e pesquisadora, esse foi o momento “ápice” da manifestação. Essa movimentação e exposição inusitada do corpo foi denominada pela comunidade LGBT, que se fazia ali presente, de “Nu artístico”. Assim, esse *corpo estranho* que borra as fronteiras identitárias torna-se abjeto por desconstruir a conexão linear corpo, sexo e desejo, mostrando-se como uma subversão aos padrões binários. Nesse sentido, Butler (2003) destaca:

O “abjeto” designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que estranho se estabelece. A construção do “não eu” como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito (BUTLER 2003, p. 190-191).

Trata-se de um ato transgressor em que esses sujeitos colocam à prova o juízo moralista-conservador, afirmando um corpo estranho que se quer político e reconhecido na sua diferença. São práticas que reconfiguram o fazer político e constituem “a paródia sobre a política. É o novo da política. É a sua possibilidade subversiva” (CAETANO, 2011 p.106). Isto nos põe diante das seguintes questões: De que política se trata, quando mobilizada por questões de gênero? Como se processa o trânsito do desejo para a política? Talvez, o exercício de pensar a afirmação de uma micropolítica do desejo pelo viés das discussões de gênero, nos permita abrir uma nova perspectiva de pensamento e atuação política, não sufocada pelos padrões heteronormativos de manutenção da política hegemônica.

Essa linha molecular mais maleável, não menos inquietante, muito mais inquietante, não é simplesmente interior ou pessoal: ela também põe todas as coisas em jogo, mas em uma outra escala e sob outras formas, com segmentações de outra natureza, rizomáticas ao invés de arborescentes. Uma micropolítica (DELEUZE E GUATTARI, 1996 p. 92).

É na potência da micropolítica que são balizadas as conjugações de fluxos, as linhas de fuga que operam por emparelhamento, conexão, pousos, movimentações e desvios na macropolítica. Uma micropolítica do desejo subverte e fissa os moldes fechados de padronização heteronormativos, produz transgressões em cenários naturalizados e, impulsiona novos discursos, desejos e posicionamentos frente ao instituído. Na *Parada*, um novo da política se faz visível, um modo ousado e transgressor de se fazer política é colocado em funcionamento, pelo modo festivo, humorístico, questionador e debochado.

3. MICROPOLÍTICAS DO GRUPO LGBT DE IGARAPÉ-MIRI/PA

Assim, os dois conjuntos molares no leste e no oeste são permanentemente trabalhados por uma segmentação molecular, com fissura em ziguezague, que faz com que eles tenham dificuldade em reter seus próprios segmentos. Como se uma linha de fuga, mesmo que começando por um minúsculo riacho, sempre corresse entre os segmentos, escapando de sua centralização, furtando-se à sua totalização. Os profundos movimentos que agitam uma sociedade se apresentam assim, ainda que sejam necessariamente "representados" como um afrontamento de segmentos molares (DELEUZE E GUATTARI, 1996).

3.1 Práticas de resistências e ações socioeducativas

O presente capítulo visa descrever, em continuidade, as práticas de resistências e ações socioeducativas do movimento LGBT valendo-se das pistas do método cartográfico como forma de mapear os processos formativos atravessados pela construção e desconstrução da militância organizada nas tramas das relações de poder inscritas no município de Igarapé-Miri/PA. Nesse sentido, as relações de resistência no contexto político suscitam novos desdobramentos sob a óptica da potencialização da luta coletiva no movimento, tendo como eixo norteador as tessituras de uma micropolítica de ação da/pela diferença mobilizada pelas questões de gênero e sexualidade.

As reconfigurações na dinâmica de resistência e formas organizativas do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA podem ser lidas na perspectiva dos conceitos propostos por Deleuze Guattari em suas analíticas filosóficas: macropolítica e micropolítica, linhas de fuga, multiplicidade, agenciamento coletivo, devir, segmentaridades molar e molecular. Para

compreendermos o campo complexo dos conceitos molar e molecular e sua relação com macro e micropolítica, recorreremos às seguintes ferramentas teóricas: *Micropolítica Cartografia do Desejo* (1996) de Félix Guattari e Suely Rolnik, *Revolução Molecular* (1985) de Félix Guattari, assim como *Mil Platôs Vol. 3* (1996) e *Mil Platôs Vol. 4* (1997), ambas são de autoria conjunta de Deleuze e Guattari. Ainda que tais obras apresentem pontos de discussão bastante variados e complexos, nossos esforços analíticos voltam-se para algumas questões centrais do debate referentes às articulações das linhas molares, moleculares e o conceito de linha de fuga, foco desta pesquisa.

Cabe ressaltar que, diante desse campo conceitual labiríntico e rizomático, nosso primeiro movimento cartográfico na pesquisa foi em realizar uma revisão bibliográfica de produções acadêmicas a fim de estabelecer aproximações e obter uma visão panorâmica dos conceitos relacionados às questões da Micropolítica e relações com os Movimentos Sociais. A partir deste levantamento panorâmico, observamos que poucas publicações, no campo educacional, exploram diretamente os conceitos macro e micropolítica, bem como as linhas molares, moleculares e linhas de fuga na perspectiva deleuzo-guattariana. Isto indica que a discussão conceitual, sobretudo a respeito da micropolítica na perspectiva da diferença, ainda não constitui um campo epistemológico denso e consolidado, mas emergente e desafiador que levou esta pesquisadora a se debruçar nas próprias obras citadas acima.

Feitas essas considerações preliminares, nosso esforço investigativo centra-se em realizar uma analítica das micropolíticas de ações empreitadas pelo Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA em diálogo com a perspectiva da filosofia da diferença de Deleuze e Guattari. Estas ações estão assentadas nas articulações de redes políticas em que se propõe discutir as demandas da comunidade LGBT de Igarapé-Miri/PA, bem como os processos formativos que atravessam os sujeitos participantes. É relevante citar que estas ações ganham fôlego no campo das lutas, no sentido de transpassar novos horizontes de um fazer político, a partir de 2014, ano em que emergem as primeiras mobilizações de caráter coletivo e são intensificadas as ações de militância. Ainda que esta intensificação tenha iniciado em um momento anterior à construção da pesquisa, ela perpassa por nossas atividades de campo desenvolvidas no período de janeiro de 2017 a março de 2018, sendo que julgamos necessário agrupá-las no intuito de se obter um panorama de seu desenvolvimento e fluidez.

Nessa perspectiva, mapeamos, por meio de entrevistas e diálogos informais com os participantes e representantes do movimento, os primeiros vestígios atravessados “por linhas de fuga minúsculas” (GUATTARI, 1985 p. 67) que se expressavam nas paradas do Orgulho LGBT que, no entanto, ainda não assumiam uma dimensão de luta coletiva e ações políticas

em suas movimentações. Enquanto pesquisadora, minhas inquietações circundavam no fato de que como um movimento nascido em 2001 e constituído por uma densa trajetória, levara, tardiamente, questões políticas para a sociedade miriense, ainda que em outrora já houvesse uma intencionalidade na busca e conquista de direitos que emergiam, sobretudo, em discursos poucos audíveis nas primeiras paradas do Orgulho LGBT, do município.

Ainda nessa direção, outro ponto a ser acentuado consiste nas práticas formativas destes sujeitos como militantes, que no mesmo sentido, foram, gradativamente, construídas com passos lentos. Em vista de enfrentar tais inquietações, dialogamos com alguns interlocutores da pesquisa a fim de acompanhar e desalinhar as tramas desta micropolítica. Nessa perspectiva, os relatos dos primeiros militantes versam a respeito dos impasses e desafios que perpassaram por entre a trajetória do movimento e a reconfiguração em sua dinâmica de atuação:

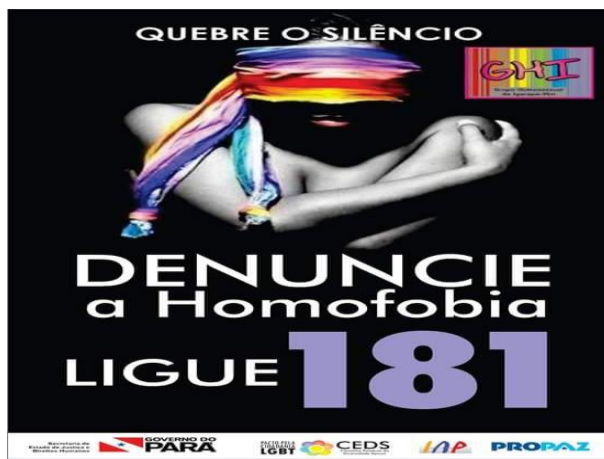
No início a gente não tinha toda essa mobilização para se debater as questões LGBT, primeiro pelo fato de que a Paola passava boa parte do tempo em Belém e depois que ela passou a trabalhar na CLOS, aí ela não vinha mais com tanta frequência na cidade [Igarapé-Miri]. A gente não tinha autonomia de também se mobilizar por esse outro lado, porque até o momento a nossa manifestação na luta pela causa, era só a parada [LGBT]. Aí em 2014 começamos a fazer nossas ações sociais, iniciando com a Semana da Diversidade e debate sobre homofobia, preconceito e discriminação. Com o aumento da discussão sobre os LGBT, na televisão, redes sociais [...] aí começamos a nos mobilizar para debater mais sobre nossos problemas e a desenvolver mais ações para os menos favorecidos, como apresenta nosso estatuto. Avançamos mesmo [nas discussões, atuação política] quando eu e a Sandy [vice-presidente do movimento] fomos contempladas com assento no Conselho do Estado. Também passamos a ter voz dentro do movimento [LGBT] do Estado, Rede Trans, no caso eu que sou afiliada nesta rede e nela a gente debate nossos assuntos a nível nacional [...] enfim passamos a conhecer outras pessoas que estavam à frente das lutas [...] aí passamos a ver as coisas de outra forma. “Uma nova maneira de lutar.” (Entrevista com Shaylla, 18 de Dezembro de 2017).

Era assim, os homossexuais daqui de Igarapé-Miri, quando digo homossexuais já incluo algumas *travas* [em Bajubá quer dizer Travesti] que já existiam na época [...] a partir do momento que a Paola montou esse movimento, nosso intuito sempre foi lutar por direitos iguais, mas a gente não se atentava e nem se interessava em levar questões pra dentro da sociedade, até mesmo debater entre a gente, realmente [...] Nesse tempo [fundação do movimento] a Paola reunia com a gente mais para tratar sobre eventos, porque nessa época tinha muitos eventos. A gente falava sim sobre as novas políticas que estavam surgindo para os LGBT's, mas era superficial [...] quando ela trabalhou na GLOS foi bom porque a gente tinha as informações “quentinhas”, de primeira mão. Aí, depois de muito tempo, a gente começou a ser dar [estabelecer elos] com o pessoal do movimento [LGBT] do Estado, aí eles vieram pra cá [Igarapé-Miri] e começaram a explicar e mostrar pra gente tudo direitinho como era, outra forma [de luta];

Aí a Mimosa que agora é presidente né, Shaylla, deu continuidade ao trabalho desta forma [...] Aí tudo isso foi importante pra gente ver que se a gente quisesse uma sociedade que nos olhassem com respeito, o caminho era esse aí. (Entrevista com Kaellany Rofft, 22 de Dezembro de 2017).

Após a fundação do movimento no ano de 2001, Shaylla destaca que não havia “uma visão política [dos sujeitos participantes] de como trabalhar e desenvolver projetos no município” (Entrevista, 2017), tampouco políticas para discussões e empoderamento para estes militantes. Percebe-se que, inicialmente, estes sujeitos estavam mais interessados na ordem do viver a sexualidade livremente, gradativamente a partir da participação no movimento e do entrelaçamento com outras lutas, a vida e a afirmação sexual desses sujeitos também passam a desejar sua afirmação no campo das reivindicações políticas, dos direitos, rompendo as fronteiras de uma representação na ordem do “anormal” e do “exótico”. Em vista disso, conforme os relatos de Shaylla e Kaellany, as movimentações de integração em algumas organizações que visam contribuir na discussão e fomentação de políticas para a população LGBT tornaram-se a força motriz para direcionar estes sujeitos a pensarem novos modos de atuação política.

Figura 22: Campanha contra a homofobia



Fonte: Arquivo do Grupo.

Nesse momento, percebe-se acontecer aquilo que Hannah Arendt (2001) chama de um “novo nascimento político” desses sujeitos uma vez que agora passam a mobilizar seus esforços e construir táticas de enfrentamento voltadas para um plano micropolítico regional e coletivo, de lutas por garantias e ampliação de direitos sobre questões de gênero e sexualidade.

Acompanhamos um verdadeiro deslocamento de forças políticas do desejo,

que perpassa o plano da luta por uma vida individual livre para uma vida coletiva e cidadã com reconhecimento de direitos e expressão de liberdade.

As primeiras temáticas fabricadas por esse novo modo de enfrentamento e resistência política proliferaram e germinaram nos anos de 2014 e 2015 e correspondem ao enfrentamento do preconceito e discriminação em Igarapé-Miri/PA. Esta primeira proposta do movimento consistia em capacitar e empoderar o público LGBT a respeito dos direitos alcançados para estes sujeitos, bem como orientações e procedimentos em casos de violência.

Figura 23: Campanha contra o preconceito



Fonte: Arquivo do Grupo.

O cartaz¹² com a chamada “*Quebre o silêncio DENUNCIE a Homofobia*” reforça a importância da denúncia, considerando-se que a intensidade de denúncias interfere diretamente na ampliação de medidas que visem amenizar a incidência de violência contra os sujeitos LGBT e assim encorajarem o fortalecimento da militância em prol desta luta. As estatísticas de violências ocorridas em território paraense, obtidos a partir de um levantamento

realizado pelo movimento LGBT do Estado, em 2014, escancararam a dura realidade em que muitas pessoas ainda estão vulneráveis à hostilidade e violência. Para Canandra Calandrine esta apresentação foi bastante relevante, pois “ela mostrou, que muitos casos de violência são motivados, devido o ódio de verem casais do mesmo sexo juntos” (Entrevista, 2017)

A campanha direcionada pela luta por direitos iguais, produzida no ano de 2015, intitulada “*Por que o seu amor pode e o meu não*” foi realizada de forma conjugada à ação em combate a homofobia, visto que ambas abordam aspectos inseridos no campo do preconceito e discriminação relacionados às questões de gênero e sexualidade. O objetivo central versou em discutir, com os integrantes do movimento, os impasses em expressar publicamente seus desejos, no sentido de positivar e promover o autorreconhecimento e a autoestima nas relações homoafetivas. De acordo com nossas interlocutoras, foram apresentados vários depoimentos em vídeo de pessoas que contam suas histórias de vida e declaram orgulho em afirmarem sua sexualidade.

Nesse contexto, observa-se a emergência de tensões nos regimes sexuais regulatórios, uma vez que “esses esquemas regulatórios não são estruturas intemporais, mas critérios, historicamente, revisáveis de inteligibilidade que produzem e submetem corpos que pesam” (BUTLER, 2000 p. 122). Desse modo, é possível captar embates que tensionam a demarcação de lugares sociais regidos pela matriz heterossexual, em um sentido contrário, esses sujeitos, por meio das questões de gênero e dos múltiplos modos de viver sua sexualidade, desterritorializam os padrões heteronormativos reinventando possibilidades de viver a sexualidade, em um novo corpo fronteiriço, estranho, que quebra paradigmas e, em uma

¹² Os cartazes das ações são propagados por todo município em diferentes setores. A cada ação são escolhidos, internamente, grupos para realizar a divulgação e apresentação do escopo central de cada temática.

perspectiva foucaultiana, produz novas formas de resistência às “tramas complexas das relações de poder” (BRANCO, PORTOCARRERO, 2000, p. 312).

Essa dinâmica que compõem as teias sociais indica pistas de uma articulação que engloba duas políticas, denominadas macropolítica e micropolítica. Estes termos se distinguem, mas são inseparáveis em sua constituição, atravessadas uma na outra (Deleuze e Guattari, 1996). Desse modo, para os autores:

Dir-se-ia, antes, que existem aí duas *políticas* [grifo dos autores], como a jovem o sugere em uma conversa marcante com o noivo: uma macropolítica e uma micropolítica, que não consideram absolutamente da mesma forma as classes, os sexos, as pessoas, os sentimentos. Ou, antes, que há dois tipos de relações bem distintas: os relacionamentos intrínsecos de casais que põem em jogo conjuntos ou elementos bem determinados (as classes sociais, os homens e as mulheres, determinadas pessoas), e em seguida os relacionamentos menos localizáveis, sempre exteriores a eles mesmos, que concernem, antes, a fluxos e partículas que escapam dessas classes, desses sexos, dessas pessoas. (DELEUZE E GUATTARI, 1996 p. 62 - 63).

Nessa perspectiva, macro e micropolítica, mesmo interligadas divergem em seu modo de funcionamento e suas relações quanto às classes sociais e de sexos, uma vez que a primeira apresenta as tramas dos conjuntos binários definidos, enquanto que a segunda foge às classificações dicotômicas. Estas políticas se constituem por diferentes linhas de segmentaridades produzindo tensões, conflitos e linhas de fuga. Nesse sentido, Deleuze e Guattari afirmam:

Somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções. O homem é um animal segmentário. A segmentaridade pertence a todos os estratos que nos compõem. Habitar, circular, trabalhar, brincar: o vivido é segmentarizado espacial e socialmente. A casa é segmentarizada conforme a destinação de seus cômodos; as ruas, conforme a ordem da cidade; a fábrica, conforme a natureza dos trabalhos e das operações. [...] Ora os diferentes segmentos remetem a diferentes indivíduos ou grupos. (DELEUZE E GUATTARI, 1996 p. 76 - 77).

Para Deleuze e Guattari a vida é atravessada por uma multiplicidade de linhas, sendo que a segmentaridade opera por conexões, bifurcações, por linhas que ora são mais flexíveis, ora são mais rígidas. Segundo os autores (1996, p. 72), essas linhas de segmentaridades dividem-se de três modos: “Linha de segmentaridades dura ou molar, linha de segmentação maleável e molecular, linha de fuga”. Este conjunto de linhas se inter cruzam e se inscrevem nas diversas instâncias da sociedade, compondo assim, uma cartografia. São linhas que se

conectam em uma constante transformação e mútua penetração. Um movimento rizomático. (DELEUZE E GUATTARI, 1996).

Em suas análises, os autores destacam os principais fatores de diferenciação entre os dois modelos de segmentaridades ora apresentados: a segmentaridade dura corresponde ao sistema arborescente, enquanto a segmentaridade maleável remete ao sistema rizomático. De acordo com a concepção deleuzo-guattariana:

Notaremos que, a cada vez, a *Árvore* exprime essa segmentaridade endurecida. A *Árvore* é nó de arborescência ou princípio de dicotomia; ela é eixo de rotação que assegura a concentricidade; ela é estrutura ou rede esquadrinhando o possível. Mas, se opomos assim uma segmentaridade arborificada à segmentação rizomática, não é só para indicar dois estados de um mesmo processo, é também para evidenciar dois processos diferentes [...] Não basta, pois opor o centralizado e o segmentário (DELEUZE E GUATTARI, 1996 p. 82).

O sistema arbóreo, expresso pela segmentaridade dura e molar, refere-se aos centros majoritários de poder em que as raízes visam permanentemente fixar a dinâmica e a fluidez dos desejos e movimentos, já o rizoma, por sua vez, é expresso pela segmentaridade maleável que funciona na capilaridade do poder, cerca as raízes e produz frestas e cortes no funcionamento da segmentaridade dura. A importância sobre a dinâmica de conexão das linhas é explicitada pelos autores:

Pode-se partir da segmentaridade dura, é mais fácil, é dado; e em seguida ver como ela é mais ou menos recortada por uma segmentaridade maleável, uma espécie de rizoma que cerca as raízes. E em seguida ver como a ela ainda se acrescenta a linha de fuga. E as alianças e os combates. Mas pode-se partir também da linha de fuga: talvez seja ela a primeira, com sua desterritorialização absoluta. É evidente que a linha de fuga *não vem depois*, está presente desde o início, mesmo se espera sua hora e a explosão das outras duas (DELEUZE E GUATTARI, 1996 p. 73 – grifos dos autores).

Pensar as iniciativas e práticas políticas do Grupo LGBT sob o prisma das linhas de segmentaridades molar e molecular e linha fuga consiste em um dos grandes desafios e perigos desta pesquisa, entretanto, enfrentar esse desafio é fundamental para mergulhar nas discussões concernentes às micropolíticas mobilizadas por discursões de gênero e sexualidade foco de análise deste estudo. No Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA, essas linhas moleculares e de fuga são inventadas e traçadas a fim de avançar e contornar a segmentaridade dura molar, que por sua vez, opera por dicotomias orientadas por uma heteronormatividade que determinam os papéis do homem e da mulher na representação da família. Uma linha de fuga

que faz fugir “como se estoura um cano, e não há sistema social que não fuja/escapre por todas as extremidades, mesmo se seus segmentos não param de se endurecer para vedar as linhas de fuga” (DELEUZE E GUATTARI, 1996 p. 72).

Figura 24: Campanha “eu defendo TODAS as famílias”



Fonte: Arquivo do Grupo.

Deleuze e Guattari (1996) destacam que é por meio da linha de fuga que se produz novas estratégias e colocam em jogo as grandes organizações molares. Em vista disso, a ação intitulada “*Eu defendo TODAS as famílias*”, que versou sobre afirmação e posituação das variadas relações afetivas, já se apresentavam com indícios de uma linha de fuga transgressora capaz de produzir novas imagens e composições de famílias.

Observa-se que essas duas ações, ora

mencionadas, apresentam um ponto de intercessão: uma formação na/para a diferença, enfatizando que os vínculos afetivos podem ser construídos de diferentes maneiras.

Embora no cenário atual já se tenha certa margem de abertura para determinadas temáticas, ações desta natureza ainda seguem provocando uma grande carga resistência no município, quanto à discussão sobre demonstrações afetuosas entre parceiros (as) do mesmo sexo nos ambientes públicos da cidade como praças, ruas, feiras, bem como, em instituições escolares e repartições públicas, por exemplo. Esse exercício de poder majoritário fundado na heteronormatividade, acompanhado por interditos sobre as questões de gênero, funcionam como produtores de vidas heterossexuais normalizadoras investidas de práticas regulatórias do desejo. As produções dessas práticas regulatórias de poder tentam fixar padrões de gênero e inviabilizar a expressão dos diferentes modos de vida nos ambientes sociais e com isso impedir a construção de uma política do desejo da comunidade LGBT em Igarapé-Miri/PA e dificultar a ampliação da discussão sobre a questão do respeito à diversidade e à diferença nos diferentes espaços sociais e educacionais. A esse respeito, Branco e Portocarrero ponderam que:

O que Foucault procura mostrar a partir de 1978, é que as resistências ao poder são postas em ação no próprio movimento interno da constituição das relações de poder, e que somente acompanhando as resistências é que se pode compreender os processos de transformação social e política [...] As

resistências ao poder, deste modo, contestam, de modos diferentes as técnicas de manejo da vida social [...] (BRANCO E PORTOCARRERO, 2000 p. 313-314).

Nessa perspectiva, a trama social ora descrita explicita as intensidades de diferentes linhas que em seu funcionamento e suas relações estabelecem embates de poder que ora fixam padrões e enraízam valores rígidos por meio das linhas de segmentaridade duras, ora por segmentaridades moleculares recobrem e recortam um campo de poder produzindo focos de resistências e insurreições coletivas com suas micropolíticas do desejo. Sobre esse aspecto, Guattari em diálogo com Rolnik destaca:

A questão micropolítica - ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social - diz respeito ao modo como se cruza nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de "molar"), com aquele que chamei de "molecular". Entre esses dois níveis, não há uma oposição distintiva, que dependa de um princípio lógico de contradição. Parece difícil, mas é preciso simplesmente mudar de lógica. Na física quântica, por exemplo, foi necessário que um dia os físicos admitissem que a matéria é corpuscular e ondulatória, ao mesmo tempo. (GUATTARI E ROLNIK, 1996 p. 127- grifo dos autores).

Guattari (1996, p. 127) situa e justifica sua apropriação dos termos molar e molecular: “quando eu era jovem, fiz o curso de Farmácia até a metade. Foi certamente isso que me deixou esta mania de usar expressões como molar e molecular”. Trata-se de linhas que operam em uma rede de emaranhados, gerando interferências e reações. Uma dinâmica de permuta em que cada qual lança sobre a outra suas linhas, sejam elas de maleabilidade ou rigidez (GUATTARI E ROLNIK, 1996).

Vale ressaltar que os fluxos molares e moleculares não se opõem por formas ou aspectos dimensionais, “não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade”, tampouco por classificações “boa e má”, mas por diferentes sistemas de referências (DELEUZE E GUATTARI, 1996 p.83). Nessa teia política, os poderes municipais instituídos podem ser lidos a partir de segmentaridades duras ou molares que buscam, incessantemente, regular e conter a dinâmica das forças intensivas presentes nas ações políticas do movimento LGBT, entretanto mobilizados por questões de gênero e sexualidade a comunidade LGBT sempre traça seus próprios caminhos e produz suas linhas moleculares e de fuga. Acompanhando os autores pode-se dizer que as linhas moleculares, por sua vez, animam estes elementos molares.

Assim, para Deleuze e Guattari (1996, p. 65-95) “as três linhas não só coexistem, mas também se transformam, passam uma nas outras (...) não param de se misturar”.

Deleuze e Guattari (1996, p. 85) atentam para quatro possíveis equívocos relacionados à segmentaridade molecular. O primeiro é axiológico, por apresentar pontos de maleabilidade, teria certa superioridade quanto ao termo molar. O segundo é psicológico, em que o molecular refere-se ao individual ou ao interindividual. O terceiro faz referência às especificidades de cada termo, uma vez que não se diferem por suas proporções. No entanto, “o molecular opera no detalhe e passa por pequenos grupos, nem por isso ele é menos coextensivo a todo campo social, tanto quanto a organização molar”. Por fim, o quarto corresponde à existência de uma relação proporcional entre as duas linhas, seja de modo direto ou inverso.

O exercício cartográfico possibilita compor um mapa com o entrelaçamento dessas diferentes linhas. Este importante movimento cartográfico indica pistas na construção da pesquisa como o exercício de acompanhar processos, pois “o que interessa é o que se passa entre os grupos, nos grupos, no que está para além e aquém da forma, dos grupos, entre as formas ou no atravessamento delas [...] Os grupos, as instituições e as organizações são redes de inter-relações, isto é, relações entre relações” (PASSOS E BARROS, 2009, p. 28). Desse modo o acompanhamento dos processos de mobilização e ações políticas e socioeducativas implementadas pelo Grupo LGBT de Igarapé-Miri busca-se aproximar de uma proposta cartográfica na perspectiva da filosofia da diferença, pois como afirmam as autoras, “um mapa rizomático que ora esboçamos segue as movimentações micropolíticas a partir das pistas que direcionam o acompanhamento de processo de uma ação minoritária (PASSOS, et al 2009).

O exercício de acompanhar processos parte de um princípio rizomático, onde as diferentes linhas que o compõem - conhecimentos, narrativas, experiências, teorias - se interligam a partir de um campo-problema de pesquisa. Para isto, foi necessário adentrar no plano das experiências de vidas singulares dos participantes, experimentando encontros, conversações, festas, risos coletivos, luto, caminhadas, posicionamentos, enfrentamentos e lutas coletivas para sentir a pulsação de suas micropolíticas e conhecer a realidade do Grupo LGBT e seus processos de intervenção socioeducativos. Eduardo Passos e Regina Barros (2009) destacam a respeito da cartografia como um método de pesquisa-intervenção:

Defender que toda pesquisa é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga. Lançados

num plano implicacional, os termos da relação de produção de conhecimento, mais do que articulados, aí se constituem. Conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas. [...] Nesse sentido, conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição, o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência. (PASSOS E BARROS, 2009 p. 30-31)

Os contatos, encontros e conversas nas excursões à campo, com a pluralidade de vidas que compõem o Grupo propiciou visualizar e captar, por diferentes ângulos, pontos de debates internos e externos ao Grupo, sobretudo as estratégias de aproximação com os poderes instituídos, na esfera municipal e estadual. Nessa perspectiva, Kastrup (2009) chama a atenção para o funcionamento da atenção ao se trabalhar com o método cartográfico:

Há dois pontos a serem examinados. O primeiro diz respeito à própria função da atenção, que não é de simples seleção de informações. Seu funcionamento não se identifica a atos de focalização para preparar a representação das formas de objetos, mas se faz através da detecção de signos e forças circulantes, ou seja, de pontas do processo em curso. A detecção e a apreensão de material, em princípio desconexo e fragmentado, de cenas e discursos, requerem uma concentração sem focalização [...]. O segundo ponto é que a atenção, enquanto processo complexo, pode assumir diferentes funcionamentos: seletivo ou flutuante, focado ou desfocado, concentrado ou disperso, voluntário ou involuntário, em várias combinações como seleção voluntária, flutuação involuntária, concentração desfocada, focalização dispersa, etc. (KASTRUP, 2009 p. 33)

O material produzido e reunido durante as incursões a campo suscitou uma atenção cartográfica situada ao ritmo de pensamento, de modo que esse movimento corresponde aos termos metafóricos de voos e pousos de um pássaro, sendo que ambos apresentam velocidades diferentes, de modo que a atenção exerce um papel fundamental (KASTRUP, 2009). Um cartógrafo que sobrevoa com um olhar atento por entre contato, encontros, leituras e relatos. A partir deste sobrevoos, o cartógrafo, com os sentidos aguçados, prepara para realizar os pousos, que por sua vez consiste em uma focalização dos elementos, pois “o pouso não deve ser entendido como uma parada do movimento, mas como uma parada no movimento” (KASTRUP, 2009 p. 34-35). O fato de se obter uma imagem panorâmica no sobrevoos, não implica que o foco esteja fragmentado, pelo contrário, considera os lados entrelaçados ao contexto.

Figura 25: Planejamento anual 2017

Fonte: Pesquisa de campo

Nesse sentido, nosso trabalho de campo seguiu direcionado na perspectiva da atenção flutuante, pois esta consiste em uma atenção aberta que “trabalha com fragmentos desconexos” (KASTRUP, 2009 p. 36), permitindo assim, construir a pesquisa a partir da imersão no campo das experiências. Deste modo, o primeiro encontro cartografado em nossas atividades de campo, em uma dimensão coletiva, foi o

Planejamento Anual 2017, ocorrido no dia 04 de Março de 2017. Com bastante antecedência entramos em contato com a liderança do movimento e fomos notificados pela presidente Shaylla sobre a realização do planejamento. Em sua realização, o encontro foi mediado pelo coordenador do movimento LGBT do Estado, Rafael Ventimiglia, juntamente com a presidente do movimento. É necessário destacar que, as relações de amizade e empatia que construí com alguns integrantes do movimento LGBT foram anteriores à realização deste estudo, de modo que, no contexto do encontro, a única pessoa com quem não havia tido contato era o Rafael Ventimiglia, enquanto que os demais já havia uma afinidade. Com alguns participantes, as aproximações foram estabelecidas recentemente, com outros já havia uma relação estreita de amizade. Alguns são ex-alunos, do período que atuei como professora no município.

Figura 26: Discussão sobre as atividades anuais do grupo

Fonte: Pesquisa de campo

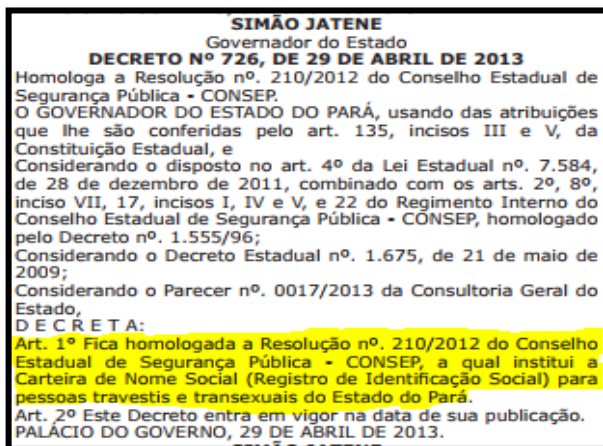
O encontro foi realizado em um espaço escolar do município, com início às 18h. Na chegada ao local, fui recepcionada de modo bastante acolhedor. A ficha de frequência perpassava pelos participantes, quando fui abordada com a seguinte pergunta: “Por acaso, tu já viraste ‘hapata’¹³?”, em seguida, em tom de empatia e proximidade respondi: - “É uma

¹³ Em Bajubá, o termo hapatá quer dizer lésbica.

possibilidade, por que não?”, o que suscitou muitos risos. Deste modo, por entre reencontros, risos, olhares e abraços apertados foi se explicitando os motivos que me levaram a participar deste momento, visto que “o cartógrafo, imerso no plano das intensidades, lançado ao aprendizado dos afetos, se abre ao movimento de um território”, pesquisadora e interlocutores caminhando juntos e assim, neste caminhar, somos transportados para o plano afetivo.

Para Kastrup (2009, p. 39) “a atenção se desdobra na qualidade de encontro, de acolhimento. As experiências vão então ocorrendo, muitas vezes fragmentadas e sem sentido imediato. Pontas de presente, movimentos emergentes, signos que indicam que algo acontece, que há uma processualidade em curso”. Envoltos por um clima bem descontraído, foi dado início ao planejamento. Devido às condições climáticas desfavoráveis, poucas pessoas compareceram, um número abaixo do esperado, entretanto, foi possível formar um grupo diversificado, com representantes de cada segmento. Este primeiro contato com a multiplicidade de pensamento e vozes dentro do movimento, foi importante para socializar a proposta da pesquisa, assim como capturar as vibrações que incidem no campo de força, “numa espécie de atenção concentrada e aberta” (BARROS; KASTRUP, 2009 p. 61).

Figura 27: Decreto que institui o uso do nome social



Fonte: IOEPA.

A partir do funcionamento de uma atenção concentrada e aberta, sobretudo “uma atenção sensível, para que possa, enfim, encontrar o que não conhecia, embora já estivesse ali, como virtualidade” (KATRUP, 2009 p. 48 – 49), apresentamos os registros de produção de dados. As diretrizes do planejamento versaram sobre um cronograma para realização de atividade e eventos no ano de 2017. Finalizado este

primeiro momento, abriu-se uma nova pauta de discussão, que foi se tecendo de acordo com as questões levantadas pelos participantes. Assim, três questões compuseram a pauta do segundo momento de discussão: 1 - Emissão da carteira com o nome social para Travestis e Transexuais; 2 - Capacitação para profissionais da saúde e educação e Comemoração do dia internacional da mulher. 3 - Os três apontamentos ora mencionados suscitaram um extenso e produtivo debate entre o grupo.

O primeiro ponto de discussão foi levantado pelo segmento *Trans* e consistiu nos entraves para obtenção do registro social. Travestis e Transexuais relataram as dificuldades

financeiras no deslocamento até Belém/Pa para a emissão da carteira de nome social. O Registro de Identificação Social – RIS ou carteira de nome social, como é comumente conhecida, é um direito que garante o exercício da cidadania à travestis e transexuais. O nome social é aquele pelo qual os sujeitos *Trans* se identificam, visto que seus estilos de vida já não se encontram em consonância com os nomes que constam no registro civil (LIMA, 2013). A carteira de nome social é emitida em papel cédula, com ícones de segurança. Além da identificação social, também estão inseridos o Registro Geral (RG), órgão expedidor, foto de identificação, data de nascimento, filiação, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e profissão.

Importa destacar que, o governo do Estado do Pará aprovou, em 2013, o Registro de Identificação Social – RIS para travestis e transexuais. O documento assegurado pelo Decreto 726/ 13, com homologação da resolução do Conselho Estadual de Segurança Pública- CONSEP garante o uso do nome social em órgãos e entidades do Poder Executivo do Pará. Inicialmente, a emissão da carteira de nome social acontecia somente em Belém, pelo órgão da Polícia Civil na Delegacia Geral. Publicado no Diário Oficial do estado do Pará, este decreto é resultado da mobilização dos movimentos LGBT do Estado e representa uma grande conquista por reconhecimento à cidadania de pessoas *trans*.

Figura 28: Registro de Identificação Social – RIS

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO
RENATA MARTINS
REGISTRO DE IDENTIFICAÇÃO SOCIAL
Válido para uso somente pessoal nos Órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará
NOME: _____
CARGO EXPEDIDOR: _____
CARTEIRA Nº: _____ DATA DE EMISSÃO: _____
ASSINATURA DO PORTADOR: _____ 0000000
NOME: _____
FILIAÇÃO: _____
DATA DE NASCIMENTO: _____ CPF: _____ PROFISSÃO: _____
DECRETO Nº 726, DE 29 DE ABRIL DE 2013
Art. 1º - A Administração Pública Estadual, Civil e Indígena, no âmbito de sua competência, deverá garantir o uso do nome social, independente de qualquer situação, em todo o território do Estado do Pará, em decorrência da Lei Federal nº 12.333, de 22 de maio de 2012, que dispõe sobre o acesso ao nome social de pessoas trans, travestis e transexuais, bem como o processo administrativo para a sua emissão.
Art. 2º - Para fins de uso do nome social, o interessado poderá, a qualquer tempo, solicitar a emissão de documento de identificação pessoal, desde que não haja pendência de processo administrativo em andamento.
Art. 3º - O presente Decreto não afeta o interesse público, nem a segurança pública, nem a ordem pública, nem a moralidade administrativa, nem a eficiência do serviço público.
Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Dado em Belém, no dia 29 de Abril de 2013.
ASSINATURA DO DIRETOR: _____

Fonte: Arquivo Movimento LGBT do Pará.

Nesse sentido, Shaylla encaminhou os pontos de discussões referentes à carteira de nome social ao Conselho Estadual da Diversidade Sexual – CEDS, órgão do qual é integrante desde o ano de 2015. O CEDS é uma instituição, respaldada pela portaria 1.238/2008, que tem como principal finalidade estabelecer diretrizes de cunho governamental, voltadas para combater à discriminação e ao preconceito, bem como lutar em defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PARÁ, 2017 p. 35). De acordo com Shaylla (Entrevista, 2017), esse encaminhamento foi realizado em uma reunião do CEDS, ocorrida ao final do mês de março de 2017.

Deste modo, solicitou-se, junto ao SEJUDH, a realização de uma ação em Igarapé-Miri/PA, destinada à emissão de RIS e outros documentos, no período que corresponde a

Semana da Diversidade¹⁴. Shaylla ainda ressaltou que, naquele momento, cinco municípios distribuídos em diferentes regiões do Pará, estariam na iminência de serem contemplados com a ação de emissão de documentos, uma vez que não havia nenhum município definido para receber ação na região do baixo Tocantins. Após uma escolha estratégica, em que se considerou vários critérios, sobretudo a questão de localização geográfica, o secretário da SEJUDH, Michell Mendes Durans da Silva, protocolou um documento para autorizar a realização da ação em Igarapé-Miri/PA, o que demarcou uma importante conquista para o movimento.

Essa ação social também foi integralizada às nossas atividades de campo. No ano de 2017, a Semana da Diversidade trouxe duas novidades: a primeira é pelo fato do movimento realizar, pela primeira vez, uma ação voltada para a emissão de documentos diversos, e a segunda consiste na antecipação da data, devido à indisponibilidade de alguns membros da Secretaria de Justiça. Então, os membros da diretoria do movimento acordaram que a ação ocorreria no dia 14 de julho. Esta ação social da Cidadania foi promovida em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), Gerência de Livre Orientação Sexual (GLOS), Movimento LGBT do Pará e Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri/PA. Isto demonstra as tessituras de agenciamentos, em torno da construção e elevação das bandeiras de lutas do movimento.

Figura 29: Emissão de documentos durante a Ação Cidadania 2017



Fonte: Pesquisa de campo.

¹⁴ Na última semana do mês de Julho acontece, em Igarapé-Miri, a Semana da Diversidade. Em parceria com o governo do Estado, Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri e alguns empresários do município, a Semana da Diversidade segue uma extensa programação com jogos esportivos, interatividade com mídias digitais, palestras de conscientização sobre todo e qualquer tipo de intolerância, apresentações artísticas, ações médicas, testes de HIV, entre outras atividades. Esta ação é aberta para o público em geral e seu encerramento culmina na parada do Orgulho LGBT.

Essa iniciativa sócio-política foi voltada para a emissão do Registro de Identificação Social para pessoas *Trans*, Certidão de Nascimento e carteira de identidade, além de agregar outras atividades em alusão à campanha de combate à LGBTFOBIA. Esta ação centra-se em prestar serviço social, visando atender à população em geral, o que evidencia o fortalecimento da atuação política do movimento no campo das lutas sociais. O público presente superou a estimativa dos dirigentes, como comprova o relato de Shaylla (Entrevista, 2017) “ficamos muito felizes em receber um público tão grande, queremos mostrar para o nosso povo miriense que o nosso movimento não é apenas festas e paradas LGBT, mas também é compromisso social, a gente não pensa somente em nossos interesses próprios”. Esta iniciativa abarcou, além de Igarapé-Miri, lugares como: Abaetetuba, Moju, Cametá, Baião e Mocajuba, municípios vizinhos que compõem a região do baixo Tocantins.

Um ponto importante, reforçado durante a ação, consiste na intensificação da campanha em combate à LGBTFOBIA. Em menção ao dia internacional de Combate à LGBTFOBIA, 17 de Maio, os dirigentes do movimento decidiram mesclar as ações a partir da distribuição de materiais a respeito da referida temática, emitidos pelo governo estadual do Pará, testagem rápida para IST/DST/AIDS e hepatites virais, bem como destaques para a importância de denunciar a violência. Esse gesto político, que envolve a campanha, demonstra um compromisso social com as diferenças de gêneros e resistência frente aos discursos e atos homofóbicos na sociedade.

Figura 30: Campanha em alusão ao Dia Internacional



Fonte: Arquivo do Grupo.

A LGBTFOBIA consiste em diferentes formas de violência, sejam elas psicológicas ou físicas dirigidas aos sujeitos LGBT's. Convencionou-se essa data como um marco histórico na luta contra o preconceito e discriminação, pois em 17 de maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde- OMS retirou a homossexualidade do quadro de Classificação Estatística Internacional de

Doenças e Problemas Relacionados com a

Saúde- CID (SANTOS, 2017; BRAZ et al, 2011). É relevante citar que esta luta é potencializada, sobretudo pelos segmentos mais vulneráveis, como gays, lésbicas e *Trans*.

Os termos Homofobia, Lesbofobia, e Transfobia, conforme ilustrados no cartaz da campanha, estão inseridos no mesmo registro de formas de violência, porém voltadas para

grupos específicos como homossexuais, mulheres lésbicas, travestis e transexuais (PARÁ, 2017). O desfecho da ação foi incitado pelo reforço e incentivo de inserir esses atores sociais no cenário de lutas para assim erguer suas vozes a partir de uma coletividade, assim como menções em apoio para denunciar quaisquer formas de violências, uma vez que todos os afiliados são assistidos pela Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAV)¹⁵, bem como pela Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios e Homofóbicos (DCCDH)¹⁶.

É importante destacar que a Semana da Diversidade iniciou em 2014, conjugada com as ações de combate ao preconceito e discriminação assim como a luta sendo que desde sua primeira edição, vem promovendo ações pautadas em desenvolver atividades médicas, entretenimento e conscientização em prol da população LGBT e pessoas em vulnerabilidade financeira e social.

Retomando aos registros de campo sobre o planejamento anual, o segundo ponto de discussão implicou sobre a capacitação de profissionais da saúde e educação. O debate girou em torno das estratégias em desenvolver políticas que fomentem capacitação para servidores de Igarapé-Miri/PA, nas esferas municipal e estadual, no sentido de propagar os direitos civis vigentes, sobretudo do segmento *Trans*. No esboço do planejamento¹⁷, esta capacitação foi agendada para ocorrer no mês de Outubro de 2017, tempo útil para construir diálogo e possíveis parcerias com as instâncias da saúde e educação do município. Assim, em um momento posterior ao planejamento, captamos relatos de sujeitos do segmento *Trans*, que descrevem cenas de constrangimento:

Certo dia fui ao posto de saúde aqui da cidade [Igarapé-Miri/PA] emitir meu cartão do SUS para realizar uns exames. Então, chegando lá pedi para a atendente que registrasse no cartão meu nome social. Imediatamente, ela disse que não podia tirar o cartão do SUS com o nome social, somente com meu nome civil. Eu rapidamente respondi que era permitindo sim tirar o cartão com o nome social, pois o SUS já havia emitido até portaria, que graças ao movimento, nós da comunidade LGBT de Igarapé Miri, conhecemos nossos direitos. Ela insistiu dizendo que não soube e nem foi informada pela coordenação do posto sobre esse decreto. Então ela

¹⁵ A Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAV) tem por finalidade desenvolver ações voltadas para prevenção e repressão de crimes discriminatórios a mulheres, sujeitos LGBT, crianças, adolescentes e idosos, bem como promover ações de combate ao tráfico de pessoas.

¹⁶ A Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios e Homofóbicos (DCCDH) possui tratamento especializado para crimes contra idosos e LGBT. O grande destaque é implementação de uma delegacia que atende especificamente casos envolvendo LGBTfobia, além de um atendimento especializado às vítimas, é que em qualquer delegacia dos municípios paraenses podem encaminhar o processo registrado nesses municípios envolvendo casos de LGBTfobia, para o acompanhamento pela DCCDH. Por exemplo, caso ocorra registro de violência por orientação sexual em uma delegacia em Igarapé-Miri, é possível solicitar que o processo seja encaminhado para a DCCDH onde terá o acompanhamento do(a) delegado(a) responsável (PARÁ, 2017).

¹⁷ Apresentamos o esboço em anexo.

pesquisou rápido na internet e viu que, o que eu estava falando, era verdade (Shaylla, 10 de Outubro de 2017).

Eu passei por uma situação muito constrangedora com a questão do meu título [eleitoral]. Fui na seção de justiça eleitoral, para regularizar meu título, aí apresentei minha carteira de nome social para a moça e ela disse que não poderia utilizar esse nome que estava carteira [de nome social]; que eu teria que usar meu nome que fui registrada ao nascer. Aí eu voltei pra casa e não regularizei meu título, repassei a situação para a presidente do movimento, ela ficou de ver essa situação como é que fica (Kaellany Rofft, 08 de Novembro de 2017).

Os relatos acima demonstram a fragilidade no atendimento às demandas da população de travestis e transexuais, e como consequência tornam-se recorrentes as cenas de frustração e descaso para com estes sujeitos. Cabe ressaltar que os poderes instituídos do município não apresentam, em seu escopo de atuação governamental, políticas públicas para instruir esses profissionais quanto à melhorias na qualidade do atendimento para a população LGBT, colocam em funcionamento uma verdadeira estratégia de invisibilidade às diferenças.

Na contra mão, o movimento busca articular e negociar, por vias de fuga, com representantes políticos, meios para implantar a capacitação e torna-la uma atividade regular no rol de políticas públicas do município. Neste contexto, podemos visualizar a ação do conjunto de forças molares e moleculares: “de um lado as massas ou fluxos [moleculares], com suas mutações, seus quanta de desterritorialização, suas conexões, suas precipitações; de outro lado, as classes ou segmentos [molares], com sua organização binária, sua ressonância, sua conjunção ou acumulação [...]” (DELEUZE E GUATTARI, 1996 p. 92 – 93).

Assim, na obra *Micropolítica Cartografias do Desejo* (1996, p. 128), Guattari reforça a cautela em dissociar os termos, pois “essa oposição entre molar e molecular pode ser uma armadilha. Eu e Gilles Deleuze sempre tentamos cruzar essa oposição (...) que existe entre micro e macro. As duas são diferentes. O molecular como processo, pode nascer no macro. O molar pode se instaurar no micro”. Vale mencionar que, não é pretensão do cartógrafo enquadrar, automaticamente, esse movimento minoritário nos parâmetros molar ou molecular. Entretanto a analítica aqui desenvolvida versa sobre as relações de forças, processos, intensidades, flagra de linhas de fuga, capturas de embates e encontros de uma micropolítica que opera dentro do registro molar e molecular ao mesmo tempo.

Um mapa rizomático em que o cartógrafo se atenta, cuidadosamente, em mapear o entrelaçar das linhas de errância e linhas costumeiras (DELEUZE E GUATTARI, 1996), de modo que “*uma linha de fuga, já complexa, com suas singularidades; mas também uma linha molar ou costumeira com seus segmentos; e entre as duas (?), uma linha molecular, com seus*

quantas que a fazem pender para um lado ou para outro” (DELEUZE E GUATTARI, 1996 p. 71 grifo dos autores). A questão interessante presente nessas linhas molares (costumeiras), moleculares e de fuga (errância) é que encontramos uma ambiguidade em seu entrelaçamento, pois a linha molecular está em um limiar entre a molar e a de fuga, oscilando em tombar para um lado ou para o outro.

Nessa perspectiva, não se trata de conduzir uma analítica que recaia no terreno do dualismo axiológico – em que o molecular por sua flexibilidade seja melhor que o molar – mas contemplar as lutas do movimento tracejadas pelas linhas de fuga que, nesse caso, fazem objeção ao modelo hegemônico heterossexual, bem como o entrelaçar de processos políticos de captura e resistência, atingindo a “Revolução Molecular” empreendida por Guattari (1985). O método cartográfico nos convida a acompanhar a composição dessas linhas, que não se apresentam apenas no sentido vertical e horizontal, mas também de maneira transversal (PASSOS E BARROS, p. 2009). Destacando esse aspecto, Guattari (1985, p. 96) considera que “a transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, de uma pura verticalidade e de uma simples horizontalidade; ela tende a se realizar quando uma comunicação máxima se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos”. Nessa perspectiva, podemos pensar que movimentos de desterritorialização agem por linhas de fuga transversais e se desdobram na trama social, visto que “operar na transversalidade é considerar esse plano em que a realidade toda se comunica” (PASSOS E BARROS 2009, p. 23).

Entende-se por Revolução Molecular “uma atitude ético-analítico-político” (GUATTARI, 1996, p. 122), ou ainda, formas de resistência, no campo da multiplicidade e diferença, que inventam fluxos de ruptura que entram em conexão com devires minoritários (HELSINGER, 2014). A esse respeito Deleuze e Guattari destacam que:

Devir é um rizoma, não é uma árvore classificatória nem genealógica. Devir não é certamente imitar, nem identificar-se; nem regredir-progredir; nem corresponder, instaurar relações correspondentes; nem produzir, produzir uma filiação, produzir por filiação. Devir é um verbo tendo toda sua consistência; ele não se reduz, ele não nos conduz a "parecer", nem "ser", nem "equivaler", nem "produzir" (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 15 – 16).

Nesse sentido, o devir não é um estado de culminância de algo, entretanto é um limiar. Duplo movimento. Dentro e fora. Morte e vida. É uma linha que despega de seu ponto sem saber os caminhos de chegada. Para Guattari (1996, p. 122) o termo minorias está atrelado a

um devir minoritário “(exemplos: um devir minoritário para a literatura, que seria uma saída das redundâncias dominantes, um devir criança, um devir multidão, etc.)”. O autor ainda apresenta, no decorrer da obra *Micropolítica Cartografias do desejo* (1996), outras variações de devir, como por exemplo: devir mulher, devir criança, devir negro, devir homossexual, devir revolucionário, entre outros, e enfatiza que todos nós estamos suscetíveis a experimentar tais devires.

Ainda relacionado ao conceito de devir, Deleuze e Guattari, na obra *Mil Platôs vol. 4* (1997, p. 76 e 77), instigam os leitores a pensar a respeito de um possível devir-homem, frente às inúmeras possibilidades de devir, logo em seguida contestam: “o homem é majoritário por excelência, enquanto que os devires são minoritários, todo devir é um devir-minoritário. Por maioria nós não entendemos uma quantidade relativa maior, mas a determinação de um estado ou de um padrão [...] Maioria supõe um estado de dominação”. Logo, entrar no campo do devir é escapar, ir contra as representações majoritárias. Nesse sentido, o devir é um rizoma composto por lineamentos, portanto uma potência que opera no terreno de uma “ética menor” por forças moleculares que produzem ecos de reverberação frente aos padrões molares.

Nessa linha de pensamento, chegamos ao terceiro e último ponto de discussão que corresponde à comemoração do dia Internacional da Mulher em Igarapé-Miri/PA. Esta questão, lançada por Travestis e Transexuais, nos possibilita pensar a respeito dos valores heteronormativos, instaurados no município, calcados em um padrão idealizado de sexualidade, mas que são misturados, agitados e recortados por operações moleculares e de resistência produzidas pelas investidas de gênero e sexualidade da comunidade LGBT, especialmente pelas Travestis e Transexuais.

Em comemoração ao dia Internacional da Mulher, a Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri/PA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, promoveu um evento repleto de diferentes atividades. A comemoração foi programada para ocorrer no próprio dia 08 de Março, semana seguinte ao planejamento. Segundo Shaylla (Entrevista, 2017), até o momento do planejamento, não havia algo planejado pelos organizadores direcionado para este público, tampouco quaisquer pronunciamento a respeito desta inserção.

Após Rafael e Shaylla situarem, a todos, o contexto da discussão, vários questionamentos, vindo de Travestis, Transexuais e homossexuais, pulsaram o debate: a primeira indagação partiu de Luanny, do segmento de gays: - “Por que os organizadores do evento só lembram de nós quando precisam de nossos serviços?”. O segundo apontamento foi proferido pela presidente Shaylla, do segmento de transexuais: -“somos solicitadas apenas

para decorar o local, para organizar um grupo de dança ou fazer adornos e enfeitar roupas”. A última pergunta emergiu da fala Kaellany Rofft, do segmento de travestis: -“Por que nós não somos convidadas para o evento como as outras mulheres, para entrar pela porta da frente, e assim participar de fato desta comemoração?”. Frente a estas questões o coordenador do movimento LGBT do Pará, Rafael Ventimiglia, orientou sobre as medidas formais a serem tomadas pelos dirigentes do movimento.

Figura 31: Cartaz em comemoração ao Dia Internacional



Fonte: Arquivo do Grupo.

Esse instigante momento de interação com o movimento e percepção de conversas e debates entre seus integrantes, possibilita visualizar as redes de relações tecidas a partir do fio condutor da micropolítica, pois “vê-se que a linha de segmentos (macropolítica) mergulha e se prolonga num fluxo de quanta (micropolítica) que não para de remanejar seus segmentos, de agitá-los” (DELEUZE E GUATTARI, 1996, p. 71).

O Grupo, através de suas linhas de fuga, emite partículas de resistência frente em direção às organizações molares, “fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia” (DELEUZE E PARNET, 1998, p. 47).

Seguindo as orientações de Rafael, Shaylla, então, redigiu um documento com destinatário à Secretaria Municipal de Assistência Social solicitando a inclusão de travestis e transexuais no evento em comemoração ao dia Internacional da Mulher como um gesto de intervenção política. Alguns dias após a referida solicitação, entramos em contato com Shaylla a fim de saber o posicionamento da Secretaria sobre o caso e resposta a tal reivindicação. Então, Shaylla (Entrevista, 2017) informou que, mesmo após várias tentativas em estabelecer diálogo com os funcionários que estariam à frente da organização do evento e até mesmo com a secretária de Assistência Social na época, Rosa Maria Quaresma, os argumentos obtidos foram insatisfatórios. Segundo Shaylla, as possibilidades de encontro com a Secretária foram descartadas, mediante a justificativa de que a agenda estaria “lotada”. Quanto aos funcionários da Secretaria de Assistência Social que estavam cientes do caso, alguns se negaram a definir um posicionamento, sem o aval da secretária, de modo que, os dirigentes do Grupo compreenderam, implicitamente, que a Secretária de Assistência Social assumiu um posicionamento contra a presença e participação de Travestis e Transexuais no

evento comemorativo ao dia Internacional da Mulher. Tais atitudes demonstram, por parte das autoridades, um gesto político de desvios e silenciamentos às demandas das diferenças.

Fomos à procura da secretária a fim de colher justificativas, entretanto não obtivemos êxito, pois pelo fato de não residir no município, seus dias de trabalho oscilavam muito, dificultando a construção de diálogos. Em novembro de 2017, os funcionários municipais que ocupavam cargos de confiança foram exonerados devido o afastamento do prefeito Antônio Ronélio Quaresma. Em meio a este processo turbulento de mudança de governo municipal, conseguimos dialogar com um técnico social (Entrevista, 2018) a respeito da deliberação, em resposta ponderou que “esses assuntos eram restritos à secretária e os demais funcionários não possuíam autonomia para resolver essas questões”. É importante destacar que esta instabilidade governamental no município, afetou diretamente no cancelamento da capacitação para profissionais da saúde e da educação, atividade que estava prevista ocorrer em outubro de 2017, de acordo com o Planejamento anual, visto que isto dificultou as possibilidades de firmar aliança entre Grupo LGBT e poderes instituídos.

Através desses apontamentos, percebe-se que não se trata de uma oposição dos participantes do Grupo com as mulheres, mas sim de anseio por reconhecimento social e de direitos. Mesmo que juridicamente já estejam amparadas pela lei, as travestis e mulheres transexuais do município de Igarapé-Miri/PA seguem inseridas em uma zona “marginal” de invisibilidade social. Entretanto, a organização e as vozes dissonantes desses sujeitos da diferença tensionam e recortam o plano molar, este por sua vez “funciona obstruindo os fluxos, controlando e limitando seu desenvolvimento tanto quanto possível, as deserções moleculares, por sua vez, também se voltam contra a dureza arbórea, corroendo-a e promovendo *desvios*” (ALVIM, 2012, p. 308). Mediante a essas obstruções, o movimento aciona suas linhas de fuga desterritorializantes que perfuram a segmentariedade dura e se materializam com a realização de um evento singelo e simbólico, direcionado às travestis e mulheres transexuais, em menção ao dia Internacional da Mulher. Este ato está diretamente implicado no enfrentamento e resistência ao poder majoritário, em reconhecimento das diferenças de gênero e sexuais no município.

A seguinte colocação de Guattari (1996, p. 127) de que “as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares”, nos leva a considerar que, em alguns aspectos, como em sua dinâmica e funcionamento, o movimento LGBT de Igarapé-Miri/PA pode ser lido como uma micropolítica molecular de resistência que trava embates e através de suas linhas de fuga contornam com as organizações binárias de classes e sexos, de forma que esta dinâmica não diz respeito apenas aos sujeitos LGBT, mas abrange outras minorias, um *devir*

minoritário. Assim como, há momentos, em que essa organização pode ser lida em uma perspectiva molar, que vez por outra desliza por entre uma representatividade, de modo que “o problema de uma analítica micropolítica e, justamente, o de nunca usar um só modo de referência” (Guattari, 1996, p. 132, grifos do autor). Esta dimensão é abordada por Deleuze e Guattari na perspectiva de que essa trama entra em uma *zona de indiscernibilidade*. Um aspecto importante a ser destacado é que essas novas dinâmicas de micropolíticas de ações põem em movimento o transgressor e o subversivo, produzem ressonâncias das diferenças e acionam disparos por entre disputas e alianças políticas sobre as questões de gênero e sexualidade no campo das relações de poder.

4. MICROPOLÍTICAS LGBT E AS NOVAS ALIANÇAS DE INSURREIÇÃO

Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de "baixo" e se distribua estrategicamente (FOUCAULT, 2006b).

Figura 32: Adesão ao Partido Socialista Brasileiro – PSB



Fonte: Arquivo do Grupo.

No cenário político, as primeiras tentativas de articulação do Grupo LGBT no âmbito dos poderes Municipal e Estadual ganham visibilidade a partir do ano de 2016. Tais relações permeadas por aproximações e tensões resultam de um encontro promovido pelo movimento LGBT do Estado do Pará, que segundo Shaylla teve por finalidade reunir dirigentes de diferentes movimentos para tratar a respeito da construção de alianças

com partidos políticos, bem como incentivar os militantes LGBT's "a se lançarem na política" (Entrevista, 2017). Em vista das orientações propostas pelo movimento LGBT do Estado, Shaylla adere ao Partido Socialista Brasileiro- PSB, em meados de 2016. Para o Movimento este ato consistiu em um passo importante no fortalecimento e ampliação de estratégias de atuação política.

A abertura desse canal de comunicação possibilitou construir diálogos, sobretudo na esfera Municipal, posto que conforme Shaylla destaca "tem que ter articulação com a política, senão a gente não consegue nada" (Entrevista, 2017). Isto em razão de que no âmbito legislativo do município, desde a legalização do movimento, em 2008 até o ano de 2016, não houve iniciativas para implantar propostas de políticas públicas para a população LGBT, em Igarapé-Miri/PA. Shaylla ainda pondera que nesse período, as dificuldades de elos com políticos municipais eram notórias, uma vez que estas relações eram permeadas por conflitos, no sentido de que havia uma forte articulação do movimento em encaminhar projetos de leis para a Câmara Municipal enquanto estes foram todos "arquivados e engavetados" (Entrevista, 2017). Shaylla destaca que estes projetos de lei versam a respeito do uso do nome social nas instituições escolares de Igarapé-Miri/PA e em repartições do poder público municipal.

Na perspectiva de construção de articulações e alianças, o cenário político é marcado por diferentes embates. De um lado, os diálogos entre o Movimento e o Poder Público estadual

mostram-se favoráveis à criação e desenvolvimento de políticas públicas, sobretudo devido à atuação política do movimento LGBT do Estado do Pará no tocante à ampliação de possibilidades de aproximação com o governo estadual. Cabe ressaltar que a gênese do movimento LGBT do Estado do Pará, no campo das lutas, ocorrera nos idos da década de 90 (FERREIRA, 2003; ROZARIO, 2016).

Nesse cenário, foi fundamental rastrear o surgimento e as primeiras mobilizações políticas do Movimento LGBT do Estado do Pará. Frente ao restrito número de produções acadêmicas que tratam a respeito da historicidade das articulações coletivas em defesa dos direitos homossexuais e posteriormente LGBT no Pará, buscamos dialogar com a militância da época. Deste modo, conseguimos estabelecer contato direto com o coordenador de políticas para Bissexuais do Movimento LGBT do Estado e Conselheiro Estadual da Diversidade Sexual, Rafael Ventimiglia, sendo um dos primeiros ativistas, no contexto da luta política em prol da população LGBT na capital paraense, que vivenciou o período de emergência e consolidação do Movimento LGBT do Estado. A esse respeito, relatou:

No final da década de 90 e ano 2000 começaram a surgir, em Belém, diversas ONG's [...] Essas ONG's da região metropolitana se uniram e juntamente com outras instituições dos municípios do Pará e formaram o Movimento LGBT do Estado do Pará. Um detalhe: o Movimento LGBT do Estado foi fundado, oficialmente, em 2008, mas os trabalhos já vinham sendo desenvolvidos [...] A gente já vinha trabalhando. (Entrevista com Rafael Ventimiglia, 03 de Agosto de 2017).

Esse depoimento evidencia que essas novas alianças organizadas por meio de associações se mobilizaram conectadas às outras instituições dos municípios paraenses culminando no Movimento LGBT do Estado do Pará. Conforme aponta Rafael Ventimiglia, este movimento foi fundado em 28 de fevereiro de 2008 e “atua em mais de 45 municípios do Estado por meio de suas instituições afiliadas, cuja finalidade central é a luta pela cidadania da População LGBT” (PARÁ, 2017, p. 46). De modo que, desde a sua fundação, o movimento LGBT do Pará vem buscando, ao longo dos anos, apoiar a organização de novos grupos, para que se estenda por todo território paraense a luta por mais políticas públicas que garantam direitos, uma convivência plural e respeito aos/entre sujeitos LGBT nos diferentes espaços de seu convívio social da sociedade.

Atualmente, o Movimento LGBT do Pará possui mais de 33 Instituições afiliadas, dentre as quais Franco (2015) destaca em seu texto intitulado *Memórias do Movimento LGBT*:

da Sociedade Mattachine ao Estado do Pará, a conquista de direitos e suas demandas sociais:

Grupo Homossexual do Pará – GHP, Cidadania, Orgulho e Respeito – COR; Grupo pela Livre Orientação Sexual – APOLO; ALESSA – Associação pela Livre Expressão Sexual de Ananindeua; AGALT AMAZON – Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros do Pará; GHP – Grupo Homossexual do Pará; Grupo Orquídeas - Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual; Instituto ELOS; GHS – Grupo Homossexual de Santarém; AGLSTB – Sempre Viva; AHB – Associação dos Homossexuais de Bragança; Grupo Homossexual de Mosqueiro, Grupo Diversidade de Castanhal – GDC; Grupo Igualdade e Respeito; Grupo Homossexual da Transamazônica e Xingu (GHTX); ALGBTUC – Associação LGBT de Tucuruí; Grupo Homossexual de Igarapé-Miri – GHI; GRETA – Grupo de Homossexuais Tupi – Afrodite; Grupo Homossexual de Marituba (GHM)GRUPO IDEM – Igualdade para Todos; Grupo Atitude LGBT de Marabá; SOL – Sexualidade Organizada e Livre – Grupo LGBT de Icoaraci e Outeiro; Instituto Abraço à Diversidade – Parauapebas; ONG Consciência LGBT – Marabá; Grupo Cultural os Timbiras; GREEN GAYS; Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais da Amazônia – GRETTA; Grupo Tribus – Educomunicação, Saúde e Sexualidade; Associação Lésbica do Estado do Pará – ALESPA; Grupo Arco Íris da Vila da Barca – Belém; Grupo Prisma – Benevides; Movimento LGBT do Santa Bárbara do Pará; Associação de Lésbicas e Gays de Soure – AGLESS entre outros (FRANCO, 2015, p. 15 e 16).

Figura 33: Fachada da UREDIPE



Fonte: Agência Pará. Disponível em: <<http://agenciapara.com.br/Fotos/63125>>.

Nesse sentido, esses movimentos e associações, por meio de suas micropolíticas de alianças, iniciaram uma forte militância voltada para a comunidade LGBT na promoção e acesso aos direitos sociais. Cabe ressaltar que, em 2016, o Pará tornou-se o quinto estado brasileiro a obter um Ambulatório do Processo Transexualizador, em decorrência de interlocução da Secretaria de Saúde do Estado do Pará, Ministério da Saúde com

Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral à População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais- LGBT e Movimento LGBT do Estado, assegurado pelo decreto 2803/2013. Este ambulatório foi implantado no Centro de Testagem e Aconselhamento da Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecciosas Parasitárias Especiais

UREDIPE, além de que o serviço de atendimento é realizado pelo Sistema Único de Saúde- SUS (PARÁ, 2017).

O Ambulatório Transexualizador da Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecciosas Parasitárias Especiais- UREDIPE representou uma grande conquista para o segmento *Trans* do Pará, sobretudo pela promoção do respeito aos direitos de mulheres e homens transexuais. Ademais, o ambulatório promove um atendimento especializado para um tratamento digno e acolhedor às travestis e transexuais que vai desde ao acesso a hormonioterapia até as cirurgias de redesignação sexual, melhorando a qualidade de vida destes sujeitos, visto que antes muitos/as utilizavam serviços clandestinos para modificação de seus corpos.

Vale ressaltar o avanço de iniciativas do Governo Federal, que visam atender as demandas do segmento *Trans*, ganharam fôlego a partir do ano de 2000, no Brasil. Nesse sentido, o Conselho Federal de Medicina, por meio da Resolução 1.652/2002, determina que as cirurgias de redesignação de sexo em sujeitos transexuais sejam realizadas em hospitais universitários ou públicos. Posteriormente, apoiado na referida Resolução do Conselho Federal de Medicina, o Ministério da Saúde emitiu a Portaria nº 1.707/2008 estabelecendo que o chamado “Processo Transexualizador” fosse realizado nas instâncias do Sistema único de Saúde- SUS (CARRARA, 2010, p. 141).

Além da **UREDIPE**, o movimento LGBT do Pará já alcançou outras políticas públicas, por meio de diálogos e parceria com diversos órgãos estaduais, das quais apresentamos a seguir: ***O Comitê Gestor do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia*** é assegurado pela resolução 155/210 e se destaca pelo desenvolvimento de diversas ações voltadas para a qualificação de agentes de Segurança Pública. O Comitê Gestor está associado Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP) e é composto por membros do Governo do Estado e da Sociedade Civil, atuando na garantia de direitos para a população LGBT (PARÁ, 2017).

O uso do nome Social nas Escolas Públicas Estaduais do Pará é uma conquista amparada pelo decreto nº 016/2008, entretanto vigorou a partir de 02 de janeiro de 2009 (PARÁ, 2017). Este decreto estabelece o registro do nome social de travestis e transexuais, no ato da matrícula dos alunos/as. De modo que evita cenas constrangedoras, para estes sujeitos, durante o registro de frequência a fim de promover um ambiente cordial em sala de aula. Ainda no ano de 2009, o governo estadual sancionou a portaria de nº 1.675 que visa promover o respeito quanto ao ***uso do nome social pelo segmento Trans nas instâncias da***

Administração Direta e Indireta do Poder Público Estadual, independentemente do registro civil (PARÁ, 2017).

O uso do nome social também foi expandido para outras instituições. A resolução 731/2014 consiste na aprovação do *nome social na Universidade Federal do Pará – UFPA*. Cabe mencionar que esta resolução entrou em vigor no mês de março de 2015, entretanto o projeto tramitava há cinco anos dentro da referida instituição. Além disso, esta resolução “contempla todos os segmentos LGBT” (PARÁ, 2017, p. 30). A resolução 2.887/2015 assegura *o uso do nome social na Universidade Estadual do Pará- UEPA*, para discentes, servidores docentes e técnicos LGBT, “em solenidades de outorga, lista de ramais telefônicos, usuários em sistemas de informática e comunicação interna”. Este projeto foi apresentado pela Pró-Reitoria de Graduação- PROGRAD e gestão superior da Universidade, com votação e aprovação em 16 de setembro de 2015 pelos membros do Conselho Superior- CONSUN (PARÁ, 2017, p. 30 e 31).

O *Registro de Identificação Social - RIS ou Carteira de Nome Social*, como referido anteriormente, garante um tratamento de dignidade, para travestis e transexuais, em diversos órgãos, além de validada em todo território paraense. Os membros do Comitê Gestor atuam, veementemente, na emissão da Carteira de Nome Social em diversos municípios paraenses (PARÁ, 2017).

O programa do Governo Estadual intitulado *Microcrédito Cidadão LGBT* entrou em vigência no ano de 2015 e possibilita a comunidade LGBT na construção de seu próprio negócio, sobretudo empreendedores que já atuam ou pretendem atuar no mercado de trabalho (PARÁ, 2017). Paralelo a esta proposta, no mesmo ano, surge o programa *Cheque Moradia LGBT*, nova iniciativa do Governo do Estado. Este programa visa a contemplar a população LGBT na obtenção do próprio imóvel ou serviços de reformas. Para garantir a participação ao programa, os interessados devem atender a alguns critérios, como comprovação de união estável, residência própria ou locada (PARÁ, 2017, p. 32).

O *Grupo de Trabalho de Interlocução Secretaria de Estado de Saúde Pública e Instituições da Sociedade Civil* foi criado pela portaria 960/2014 e tem por intuito “discutir a Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT”, bem como formular e propor ações preventivas de hepatites virais e HIV (PARÁ, 2017 p. 38). Assim, em consonância com esta iniciativa, foi fundado o *Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral da População LGBT*. Assegurado pela resolução 147/2014, o Comitê técnico Estadual de Saúde objetiva potencializar os planos de trabalho que abarcam programas de intervenção em saúde para a

comunidade LGBT que visam o combate á LGBTFOBIA, assim como supervisionar e avaliar políticas e ações públicas do Sistema Único de Saúde-SUS. (PARÁ, 2017)

Essas políticas públicas, voltadas para as demandas da população LGBT, expressam a busca pelo reconhecimento e conquista pela materialização da cidadania LGBT, presumivelmente, em decorrência do relevante engajamento político e “empoderamento da militância” organizada em diversos municípios, no contexto paraense.

4.1 Alianças LGBT e movimentações micropolíticas

Em contrapartida, o que se percebe em âmbito local é que ainda há um distanciamento do movimento nas relações com a esfera municipal. Isto foi observado durante as entrevistas e incursões a campo, a exemplo de reuniões com os representantes municipais. Estas reuniões, que ocorreram em um período anterior à realização da parada LGBT de Igarapé-Miri/PA, objetivavam propor acordos para início e término do referido acontecimento, assim como discutir a possibilidade em se obter ajuda de custo para as eventuais despesas.

Cabe mencionar que estas solicitações ocorriam mediante apresentação de documentações com o intuito de subsidiar a existência do movimento. Esta acentuada formalidade e exigência legal da existência do Movimento, por parte dos representantes e autoridades municipais, indicam uma frágil relação e uma tática política do município, que ao mesmo tempo, em que concede uma abertura às iniciativas e atividades propostas pelo Movimento, também exerce um poder regulador de controle e vigilância sobre a ação política do Movimento.

Figura 34: Candidatura de Shaylla para vereadora



Fonte: Arquivo do Grupo.

As dificuldades em promover ações e escassez de apoio do Movimento por parte dos representantes políticos municipais, conjugadas às demasiadas barreiras burocráticas ocasionaram a busca de novas alianças políticas municipais. No ano de 2016, o lançamento da candidatura de Shaylla, através do Partido Socialista Brasileiro-PSB, sendo a primeira mulher transexual da região do Baixo Tocantins a pleitear

uma vaga na Câmara Municipal de Vereadores, demonstra uma nova aliança como relevante

tática política do movimento visando erguer vozes de sujeitos LGBT na arena política municipal. Ademais Shaylla reforça que é necessário “brigar na política junto com o partido” (Entrevista, 2017), para que dessa forma se possa aumentar a visibilidade política pela expansão de direitos, sobretudo da população LGBT e outros grupos minoritários.

Nesse contexto, a partir de uma leitura foucaultiana, a insurreição de vozes e vidas marginais destes sujeitos sociais que enunciam vozes de uma coletividade apresenta-se como discursos produzidos por uma nova aliança das minorias no fluxo molar da política. Na perspectiva de Deleuze e Guattari (1996a, p. 87) “um fluxo molecular [...], minúsculo no começo, depois aumentando sem deixar de ser inassinalável...” e passam a atuar por uma micropolítica da diferença que mobilizam e colocam em funcionamento singularidades e modos de vidas transgressoras, e com isso, tensionam a estratificação social e o enquadramento molar, “no entanto, o inverso é também verdadeiro: as fugas e os movimentos moleculares não seriam nada se não repassassem pelas organizações molares e não remanejassem seus segmentos, suas distribuições binárias de sexos, de classes, de partidos” (1996a, 87).

Isso indica que a micropolítica e macropolítica, assim como o molecular e molar estão implicados na constituição do movimento de encadeamento das linhas. Dessa maneira, os gestos moleculares operam nessas redes complexas produzindo escorrimientos nas macrodiretrizes em que tais gestos e sujeitos sociais operam a coletividade com a esfera política do movimento gestando um enfrentamento de resistência no cenário político local.

Nessa perspectiva, ainda que Shaylla não tenha atingido a margem de votos para ser eleita, este ato político produziu reverberações no movimento, no sentido de que outros integrantes também aderiram ao PSB. A apreensão desta nova linguagem política desencadeou no rearranjo de alianças políticas com vereadores do PSB, bem como o Partido dos Trabalhadores - PT, que passaram a apoiar às causas LGBT no município. É possível identificar, em meio a diálogos com integrantes do movimento e discursos proferidos por representantes políticos, que essa adesão é movida por um jogo de interesses políticos mútuos, em um campo de forças envolvido por entre relações de classes e massas.

Se consideramos os grandes conjuntos binários, como os sexos ou as classes, vemos efetivamente que eles ocorrem também nos agenciamentos moleculares de outra natureza e que há uma dupla dependência recíproca, pois os dois sexos remetem a múltiplas combinações moleculares, que põem em jogo não só o homem na mulher e a mulher no homem, mas a relação de cada um no outro [...] E as próprias classes sociais remetem a "massas" que não têm o mesmo movimento, nem a mesma repartição, nem os mesmos

objetivos, nem as mesmas maneiras de lutar. As tentativas de distinguir massa e classe tendem efetivamente para este limite: a noção de massa é uma noção molecular, procedendo por um tipo de segmentação irreduzível à segmentariedade molar de classe. No entanto as classes são efetivamente talhadas nas massas, elas as cristalizam. E as massas não param de vaziar, de escoar das classes (DELEUZE E GUATTARI, 1996a, p.83).

Figura 35: Pronunciamento de Shaylla na Câmara



Fonte: Pesquisa de Campo

Em Deleuze Guattari (1996a), a distinção entre os termos de classe e massa centra-se em aspectos particulares de dinâmica e movimentações. A noção de classe está associada a uma perspectiva molar enquanto que os movimentos de massa remetem a segmentariedade flexível. Ao passo que os poderes instituídos municipais reconfiguram sua tática política através de suas redes de captura, o movimento

percorre por entre essas redes de captura, com suas linhas de fuga promovendo “minúsculas fissuras” (p. 63) nos lugares hegemônicos de poder resultando na potencialização de possibilidades de ascensão política. De acordo com os autores:

Massa e classe não têm os mesmos contornos nem a mesma dinâmica, ainda que o mesmo grupo seja afetado pelos dois signos. A burguesia como massa e como classe...Uma massa não tem com as outras massas as mesmas relações que a classe "correspondente" com as outras classes. Seguramente, não há menos relações de força e de violência de um lado do que do outro. Mas, precisamente, a mesma luta assume dois aspectos muito diferentes, onde as vitórias e as derrotas não são as mesmas. Os movimentos de massa se precipitam e se revezam (ou se apagam por um longo momento, com longos torpores), mas saltam de uma classe a outra, passam por mutações, exalam ou emitem novos quanta que vêm modificar as relações de classe, questionar novamente sua sobrecodificação e sua reterritorialização, fazer passar noutra lugar novas linhas de fuga (DELEUZE E GUATTARI, 1996a, p.93).

Nessa perspectiva, o movimento LGBT de Igarapé-Miri/PA por meio das movimentações de massa desterritorializam a dinâmica e funcionamento os poderes instituídos municipais e, nesta mesma articulação, reterritorializam os espaços políticos, assim como suas linhas de fuga ganham força e põem no campo das lutas novos embates e tensões sociais. Essas nuances políticas foram percebidas e cartografadas em uma de nossas incursões

a campo referente ao encontro entre o movimento LGBT de Igarapé-Miri/PA com vereadores municipais e representantes do PSB, ocorrido em Agosto de 2017.

O encontro ocorreu na Câmara Municipal de Igarapé-Miri/PA, sendo que pela primeira vez o movimento foi convidado para participar e discutir questões em um evento desta natureza política. Para compor oficialmente a mesa foram convidados três vereadores municipais, dois representantes da esfera municipal e estadual do PSB e presidente do movimento LGBT de Igarapé-Miri/PA. Os representantes do PSB foram enfáticos a respeito da importância dos movimentos sociais organizados (LGBT, Negritude, Juventude, etc.) estabelecerem conexões com partidos políticos. No encontro, elogios foram tecidos ao movimento, por parte dos representantes do PSB, em alusão à atuação política desenvolvida em Igarapé-Miri/PA com ecos em todo Estado do Pará, bem como o fortalecimento da militância LGBT.

Desse modo, os discursos proferidos por Shaylla versaram sobre o grande desafio em aproximar o movimento aos debates políticos, a intensificação de políticas públicas para a população LGBT, além de apontamentos em torno da adição de forças e interesses para as eleições municipais, em 2020.

A oportunidade também foi propícia para reivindicar a desaprovação dos projetos de lei que o movimento encaminhara para a Câmara Municipal. Estes pronunciamentos de representantes do movimento evidenciam as vozes que expressam uma coletividade, desconstruindo a ideia de que estes sujeitos necessitariam de um “porta-voz” para comunicar seus desejos e anseios, ou até mesmo estariam em registro de tutela. Todavia, trata-se de um deslocamento político que reconfigura as relações sociais por meio de uma micropolítica de resistência, que opera por vozes de insurreição destes sujeitos, por construção de novas alianças, que problematizam a política heteronormativa hegemônica e tensionam os poderes instituídos no município. Entretanto, permanecem alguns questionamentos como: em que medida esses deslocamentos e insurreições do GLGBTI tensionam as estruturas políticas e de valores dos próprios partidos com os quais tecem alianças? Este questionamento nos permite situar o campo das alianças construídas entre o Grupo e os partidos em um horizonte político que funciona por meio de mecanismos de captura e insurreições, em uma linha tênue de aproximações e tensionamentos.

Em meio a lutas, embates e alianças, esses sujeitos põem em movimento questões de políticas de gênero e sexualidade em uma territorialidade no próprio ato de ocupar e discursar em ambiente político ocupado e regido, majoritariamente, pela figura masculina. Neste contexto, estes gestos de subversão destes sujeitos, indicam a experimentação de um *devir-*

mulher, ressaltando que “devir é jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade” (DELEUZE E PARNET, 1998, p. 03). Assim, trata-se de uma composição de forças moleculares que questionam este lugar político idealizado e pensado pelos homens e para os homens.

[...] há um devir-mulher, um devir-criança, que não se parecem com a mulher ou com a criança como entidades molares bem distintas (ainda que a mulher ou a criança possam ter posições privilegiadas possíveis, mas somente possíveis, em função de tais devires). O que chamamos de entidade molar aqui, por exemplo, é a mulher enquanto tomada numa máquina dual que a opõe ao homem, enquanto determinada por sua forma, provida de órgãos e de funções, e marcada como sujeito. Ora, devir-mulher não é imitar essa entidade, nem mesmo transformar-se nela. Não se trata de negligenciar, no entanto, a importância da imitação, ou de momentos de imitação, em alguns homossexuais masculinos; menos ainda a prodigiosa tentativa de transformação real em alguns travestis. Queremos apenas dizer que esses aspectos inseparáveis do devir-mulher devem primeiro ser compreendidos em função de outra coisa: nem imitar, nem tomar a forma feminina, mas emitir partículas que entrem na relação de movimento e repouso, ou na zona de vizinhança de uma microfeminilidade, isto é, produzir em nós mesmos uma mulher molecular, criar a mulher molecular. (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 59)

Para Deleuze e Guattari (1997), “todos os devires começam e passam pelo devir mulher. É a chave dos outros devires” (p. 61), neste sentido, o devir-mulher é a abertura para os demais devires-minoritários. O *devir-mulher* questiona esse lugar da opressão, através de acenos de desterritorialização, esses sujeitos tensionam este espaço político visto que suas vozes sempre permaneceram fora dele. Através de suas lutas, perfuram e escoam os centros hegemônicos e hierárquicos, de forma que “é preciso, portanto, conceber uma política feminina molecular, que insinua-se nos afrontamentos molares e passa por baixo, ou através” (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 59). O *devir-mulher* atua por forças moleculares que se opõem a um regime de exclusão e dominação, afirmando uma micropolítica da diferença.

Como pesquisadora observadora e participante das atividades do movimento, minhas impressões cartográficas circundam em interpretar este acontecimento como um marco importante para a aproximação e ampliação de diálogo com a política municipal. Na acepção foucaultiana, a coletividade nas lutas de resistências frente às formas hegemônicas de poder, apontam para um componente intercessor: os procedimentos estratégicos postos “em jogo de parte a parte” (BRANCO E PORTOCARRERO, 2000, p. 316).

Nessa perspectiva, esse jogo de forças coloca em funcionamento duplo movimento: de um lado a política instituída busca enrijecer essa linha molecular traçada pelo movimento, por

outro lado a linha molecular visa adentrar na política instituída molar e faz fugir a toda organização hegemônica. Assim, para Foucault (1994), dentro do quadro de lutas políticas, se sobressai as lutas em torno do estatuto do indivíduo, que consiste na oposição ao assujeitamento e as diferentes formas de submissão. Esta modalidade de luta de resistência levantada em torno da individualização, não condiz propriamente à ordem do individualismo, entretanto expressa-se pela autonomia e emancipação (BRANCO, 2011). Nesta perspectiva, o estatuto do indivíduo dispara a uma singularização, visto que “o processo de singularização somente tem sentido quando culmina na superação do individualismo pela nova aliança do indivíduo com novas formas de viver e novos vínculos comunitários” (BRANCO & PORTOCARRERO, 2000, p. 317). Dessa forma, as relações que se tecem na política municipal desvinculam-se do paradigma de intolerância, daqueles que se expõem e afirmam um modo de existir, propondo novas alianças e formas de sociabilidade nessa afirmação, que estão para além de mecanismos de assujeitamento e regulação.

Figura 36: Firmação do Grupo no PSB



Fonte: Pesquisa de campo.

Dentro da nova conjuntura política instaurada ao final de dezembro de 2017, os diálogos entre o plano molar e forças moleculares são potencializados, no momento em que o *devoir-mulher* adentra nas redes de poder. Em janeiro de 2018, o movimento foi contemplado com um assento no Fórum Municipal de Educação. Inativo nos anos de 2015 e 2016, o Fórum Municipal de Educação ressurgiu em 2017 com intuito central em debater e formular políticas públicas para diferentes eixos educacionais. Sua composição abrange dezoito entidades,

dentre as quais se destacam: representantes de sindicatos, câmara de vereadores, Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização de Professores da Educação- FUNDEB, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, Conselho Tutelar, Universidade Aberta do Brasil- UAB Polo de Igarapé- Miri, gestores e coordenadores do ensino municipal e estadual, secretarias municipais de saúde, educação, assistência social, meio ambiente e cultura, entre outros segmentos sociais.

Nesse sentido, essa aliança política de participação amplia a ação do movimento nos espaços escolares onde o movimento passa a transitar nas divulgações e proposições de discussões sobre demandas da população LGBT. Assim, como as linhas de fuga, o *devir-mulher* foge por entre as frestas de grandes estruturas instituídas como ato transgressor e ousado em ocupar espaços que não foram projetados para a singularidade e multiplicidade desses estilos de vidas. Os novos agenciamentos produzidos por negociações e estratégias políticas entre movimento e poderes instituídos evidenciam as latentes micro relações de poder e as formas de resistência que operam no contexto miriense, na tomada pela efetivação da luta por afirmação e reconhecimento das diferenças de gêneros e sexualidade.

5. MICROPOLÍTICAS DO EDUCAR PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO

[...] a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 2006).

As mobilizações políticas na luta por singularização permitiram desenredar algumas linhas da dinâmica de organização, no que concerne aos processos formativos educacionais atravessados nas práticas do Grupo LGBT de Igarapé-Miri. Para tanto, buscamos mostrar as linhas de fuga e movimentos de captura tecidos em uma cartografia política inscrita na sociedade miriense, no intuito de pensar em um aprender-educar transgressor por meio das micro-resistências dos sujeitos LGBT no espaço escolar e para além dele enquanto espaço formativo.

O Grupo LGBT fissa o espaço da escola e nele quebra a heteronormatividade e produzindo uma intervenção que desestabiliza e traz outro habitar no solo domesticador da escola que enseja dominar os corpos, enrijecer o pensamento e docilizar mentes por meio de práticas disciplinares e internalização de uma moral heteronormativa. Os sujeitos LGBT, no espaço escola, agitam as tramas lineares da moral conservadora produzindo nela ressonâncias de micro-resistências de enfretamento. Tal enfretamento produz embate à heteronormatividade e mobiliza demandas antes ainda não pensadas, silenciadas e invisibilizadas no cenário escolar. Em diálogos informais com nossos interlocutores da pesquisa, identificamos que essas demandas emergem em seus discursos e são problematizadas, sobretudo, no momento em que os sujeitos *Trans* assumem uma zona de visibilidade no cenário escolar.

A emergência desses discursos direcionou nossa escuta e instigou nosso olhar para um campo de problematização, sobre as questões de gênero e os processos formativos de sujeitos LGBT, ainda bastante invisibilizado no espaço escolar. Com isso, nossas inquietações circundam às práticas de formação desses sujeitos participantes do Grupo, sob uma perspectiva da micropolítica. Neste sentido, nossos questionamentos objetivam perceber que práticas formativas vêm sendo desenvolvidas com os participantes, internamente, como forma de organização e consolidação do Grupo? como se tecem as conexões socioeducativas entre a Micropolítica LGBT e o espaço escolar? O que se ensina e se aprende da participação no

Grupo LGBT? Como opera a relação do movimento LGBT de Igarapé-Miri em interseção com os processos formativos da escola? Que propostas socioeducativas e intervenções vêm sendo mobilizadas pelo grupo para se construir uma educação para as relações de gênero? Que aspectos educativos ocorrem nas práticas do Grupo, como estratégias de resistências? E ainda, como educar para as relações de gênero na perspectiva de uma educação menor? Cabe destacar que estas questões estão interligadas com recorte analítico da experiência de campo extraída durante o acompanhamento da ação escolar realizada pelo Grupo, em dezembro de 2017, da qual prestei auxílio no planejamento e colaboração na execução.

Os diálogos com os interlocutores da pesquisa bem como o acompanhamento e as incursões a campo possibilitaram visualizar que a dinâmica do movimento, no que se refere à formação da militância LGBT, funciona através de reuniões bimestrais. Nestas reuniões se discutem diversas questões que englobam os interesses de cada segmento presente no movimento, a exemplo de enfrentamento à LGBTFOBIA, políticas voltadas em defesa e promoção da cidadania LGBT, orientação na realização de denúncia de violência e discriminação direcionada contra os sujeitos LGBT, iniciativas relacionadas à cultura, saúde, esporte e lazer, entre outros. É importante enfatizar que a escolha dos temas para discussão é feita de modo coletivo, conforme os anseios de cada segmento. Recentemente o Grupo passou a seguir as temáticas lançadas pelo Governo Estadual, uma vez que para Shaylla “se torna melhor trabalhar [as temáticas] assim, principalmente por conta dos materiais [cartazes, guias, folders] que são repassados” (Entrevista, 2017).

Como pesquisadora-cartógrafa observei que as reuniões do movimento, não ocorreram com periodicidade no ano de 2017, ainda que no Planejamento, elaborado na reunião do mês de março de 2017, tenha ficado acordado que as realizações de encontros ocorreriam anteriormente a qualquer evento. Em entrevista, alguns participantes do Grupo alegaram que muitas questões passaram a serem tratadas por meio do aplicativo WhatsApp, propiciando agilidade e facilidade na comunicação através da troca de mensagens de texto instantâneas. Para Shaylla, este modo de comunicação permitiu contatar e reaproximar sujeitos participantes que, por algum motivo, estavam afastados dos encontros do movimento de modo que “a partir de 2016 nós do movimento, passamos a nos comunicar mais pelo grupo do movimento que criamos [...] como muitos tem suas ocupações e não compareciam nas reuniões e através do grupo [no whatsApp] publicamos os eventos, materiais das campanhas e tiramos dúvidas” (Entrevista, 2017).

Reiterando a narrativa de Shaylla, a criação desse grupo de comunicação propiciou frear a dispersão dos integrantes do movimento, ainda que muitos participantes reconheçam a

importância dos encontros presenciais, a estratégia dos “encontros virtuais” torna-se válida nas lutas destes sujeitos, visto que além destes, estão inseridos também alguns integrantes do movimento LGBT do Estado do Pará, a fim de orientar e subsidiar eventuais questões e/ou discussões. Após o encontro do Planejamento 2017 recebi um convite para participar desta interação virtual, o qual, imediatamente, agradei a confiança e aceitei participar do Grupo. Assim, nossa atenção cartográfica passa a ser exercitada também no “plano virtual” em uma perspectiva da construção de conhecimento, no acompanhamento das pautas de discussões, conflitos, articulações e alianças, de modo que “o cartógrafo é, nesse sentido, guiado pelas direções indicadas por qualidades inesperadas e pela virtualidade dos materiais” (KASTRUP, 2009 p. 49).

Após a descrição dos relatos a respeito das ações realizadas pelo movimento, a leitura atenta do diário de bordo produziu ressonâncias de vozes e cenas vivenciadas inquietando nosso pensamento, pois não havíamos identificado nas falas de nossos interlocutores, sobretudo nas narrativas de Shaylla a construção de ações voltadas no/para campo educacional. Fato que nos moveu a remarcar novas entrevistas para assim dar continuidade ao processo de acompanhamento das ações. A respeito das primeiras iniciativas do Movimento nas escolas do município de Igarapé-Miri/PA, Shaylla relata:

Nossas ações nas escolas começaram lá pelo ano de 2015. No primeiro ano foi feita uma ação de prevenção, porque tinha sido divulgado que a nossa cidade estava com um número alto de jovens com a *placa mãe* [Em Bajubá quer dizer AIDS]. Então, eu já tinha participado de um encontro da Rede Trans sobre essa questão que falava que a gente tinha que acabar com essa ideia de que eramos os transmissores da AIDS [...] Aí também levei essa discussão para dentro do nosso movimento. Então foi em cima disso que o nosso movimento se mobilizou para conversar com os alunos [do último período do Ensino fundamental maior] . Já em 2016, realizamos ações com palestras com pais, alunos e professores, distribuimos brinquedos e alimentação para os pais e alunos, porque nossas ações acontecem em *territórios periféricos*, de baixa renda” (Entrevista com Shaylla, 04 de Dezembro de 2017- grifo nosso).

A narrativa de Shaylla evidencia a preocupação educacional, o engajamento social e o cuidado do movimento com aqueles que também vivem às margens e ocupam os espaços periféricos da cidade e sociedade. Observa-se também a força e intensidade com que estes militantes buscam desconstruir estereótipos de patologização que recai, historicamente, sobre eles, uma vez que suas lutas micropolíticas se apresentam diretamente vinculadas a uma política construtivista, “onde o conhecimento que se produz não resulta da representação de uma realidade preexistente” (KASTRUP, 2009, p. 49). Assim, nosso exercício cartográfico se

deteve em acompanhar e descrever o funcionamento e a dinâmica interna do Grupo, bem como seguir o rastro das linhas de fuga lastreadas pelas suas ações políticas em sua relação com as escolas do Município com vistas à construção de uma educação na/para/pela diferença de gênero e sexualidade na escola.

A proposta inicial da pesquisa submetida ao exame de qualificação versava em dialogar com os dirigentes do movimento sobre as condições e aspectos internos do movimento, no que se refere a sua composição múltipla e os desafios em lidar com a pluralidade de sujeitos e suas demandas específicas. Nessa nova versão da presente pesquisa, privilegiamos cartografar, além das narrativas da presidente Shaylla, as narrativas dos sujeitos participantes, a partir da escolha de cada componente dos segmentos de Lésbicas, Gays e *Trans*, de modo que as entrevistas ocorreram de modo individual, ancoradas por três diferentes eixos. Neste sentido, o primeiro eixo versou sobre o modo de como a militância organizada busca estratégias para lidar com os diferentes estilos de vida, orientações sexuais e identidades de gênero que compõem o Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA.

Pra mim o movimento consegue lidar com a diferença que está presente em cada segmento, ou melhor, em cada um de nós. Como já participo há algum tempo do movimento, vejo que não é uma tarefa fácil, temos opiniões diferentes, até mesmo dentro do nosso segmento de lésbica as vezes a gente não consegue se entender [...] aí com muita conversa a gente chega a um acordo, porque também a gente sabe que a nossa união é importante pra seguir na luta, não só dos segmentos, mas de todos que estão no movimento (Entrevista com Richard, 11 de Dezembro de 17, Segmento de Lésbica).

Eu vejo que é muito complicado lidar com esses estilos de vida que são muito diferentes. Por ter essa diferença, que de um lado cada um pensa ou quer uma coisa e isso gera discordância entre nós. Por outro lado, pra gente conseguir as coisas, lutar pelas nossas causas, a gente se une. Essas discussões acontecem mais no dia a dia, de uma querer ser melhor que a outra em certas coisas e não são todas assim. Mas quando é pra lutar por nossos direitos, principalmente contra a violência, uma defende a outra (Entrevista com Thayssa, 13 de Dezembro de 17, Segmento de Gay).

A maioria que compõe o movimento é gays e lésbicas, estes dois são os maiores segmentos do movimento. O surgimento das *travas* [segmento *Trans*] é algo recente aqui [Igarapé-Miri]. Por exemplo, é eu, Shaylla, Alana, Deca, Kelly, Nayara e Thalya que fazemos parte do segmento *Trans* e participamos ativamente. No meu ponto de vista, o movimento atende todos os segmentos [promove assistência a todos os segmentos]. Todos nós que participamos do movimento somos cientes de nossas diferenças sim, mas pra mim essa diferença acontece mais na vida pessoal. É assim: dentro da nossa comunidade LGBT há divisão porque tem o grupo das *barrocas* [Em Bajubá quer dizer pessoas mais velhas], o grupo das *meninas* que estão surgindo agora [sujeitos que estão no processo de afirmação de sua sexualidade], as *chiques* [Em Bajubá quer dizer pessoas que andam bem vestidas], que é o

grupo que eu faço parte. Então há entre nós uma disputa por beleza, por quem *cora* um *ocó bem* [relaciona afetivamente com homem bonito], quem usa os oxós [roupas] melhores [...] há desavenças entre nós sim porque cada um tem seu pensamento, né? Mas quando acontece alguma coisa com alguma de nós, quando uma de nós sofre qualquer tipo de violência, aí nos esquecemos de tudo e vamos lutar juntas por nossos direitos (Entrevista com Kaellany Rofft, 09 de Dezembro de 17, Segmento *Trans*).

É muito difícil a gente estar à frente de um movimento com pessoas bastante diferente uma das outras. Eu já sabia dessa dificuldade antes mesmo de ser presidente do movimento, mas ainda assim encarrei o desafio. E como presidente eu procuro ouvir a todos, as questões de cada segmento. Dentro do nosso movimento, vejo que o segmento de lésbica deixa muito a desejar em nossas lutas políticas quanto sua participação. Atualmente, é um dos maiores segmentos que temos dentro do movimento, então a gente luta para trazer essas meninas para dentro do movimento, mostrando a importância de sua participação principalmente quando nossos direitos estão sendo violados. Então, com muita luta, a gente vai tentando atender a todos e não deixando que essas diferenças nos afastem ou enfraqueçam as nossas lutas. (Entrevista com Shaylla, 12 de Dezembro de 17, Segmento *Trans*).

Há uma articulação interna no movimento em tentar apaziguar as possíveis divergências ocasionadas pelos diferentes posicionamentos e modos de vida. A questão das diferenças presentes no movimento é um ponto relevante no que concerne aos tensionamentos que refletem diretamente nas pautas de lutas e reivindicações. O reconhecimento da pluralidade de ideais e pensamentos, conforme indica as narrativas apresentadas acima, demonstra que o “consenso mínimo” é produzido na discussão e em meio às divergências, que a união das forças e pautas de lutas se sobressai no tocante ao fortalecimento das lutas e a proteção mútua entre estes sujeitos.

A organização por subgrupos, como foi enfatizado por Kaellany Rofft, é movida por empatia, interesses e afinidades comuns. A fala de Shaylla, a partir de um olhar de liderança do grupo, aponta os entraves e desafios em atuar frente às vidas *Queer*, na árdua tentativa de impedir a segregação dos participantes, sobretudo do segmento de Lésbicas. Além desses pontos de convergências e divergências, o segundo eixo a ser destacado diz respeito aos desdobramentos em atender os interesses dos diferentes segmentos presentes no movimento e como sucede com as questões específicas que não podem ser atendidas pelo coletivo.

Na minha opinião, o movimento trabalha pra atender todos nós. Não vejo que tenha privilégios para um segmento e o outro fique de lado, não! Pelo menos no nosso movimento isso não acontece. Como faço parte do segmento de lésbica, a gente tenta reunir com todas e na maioria das vezes não consegue e isso tem dificultado nossa luta dentro do movimento. A luta geral do movimento, assim como um todo, é contra o preconceito (Entrevista com Richard, 11 de Dezembro de 17, segmento de Lésbica).

O movimento ainda não dar conta de resolver todas as questões, não por força de vontade porque queremos fazer uma coisa boa. Creio que precise de mais ações que venham fortalecer nossa luta, mesmo com todo avanço que conseguimos, mas ainda há muito para fazer. No momento de nossas reuniões a gente passa a conhecer as reivindicações de outros segmentos, porque normalmente cada um fica na luta de seu segmento, mas nos nossos encontros vemos que a luta do segmento *Trans*, de alguma forma também me pertence, eu que sou do segmento de gays. Por isso acho muito importante que tenha mais participação dos filiados porque a luta não é só de nossa presidente e vice presidente e a gente fica aqui esperando de braços cruzados. Todos têm que colaborar de alguma forma para que no final a gente consiga resolver o maior número de questões possíveis (Entrevista com Thayssa, 13 de Dezembro de 17, segmento de Gay).

Com esforço e muita luta chegamos a muitas conquistas. Acredito que nenhum movimento consiga dar conta de todas as questões. Por exemplo, agora já temos em Belém essa clínica [UREDIPE] *babadeira* [Em Bajubá significa ótima] que a gente pode tomar os hormônios direitinhos, que eles receitam né? Lá o tratamento é feito com os hormônios certos pelo SUS, diferente de quando a gente não tinha toda essa assistência, toda essas informações e por isso fazia o uso por conta própria de anticoncepcional. Acho que dentro da sociedade somos o segmento que mais sofre discriminação porque estamos 24 horas *montadas* [Em Bajubá quer dizer trajar vestimentas e acessórios femininos], lutamos a todo custo para reverter esse jogo [...] Outra conquista foi a ação que teve aqui em Igarapé-Miri [Ação Cidadania 2017], conquista do nosso movimento para tirar documentos incluindo a carteira de nome social. Isso foi muito bom para as meninas *Trans* porque finalmente a gente pôde tirar nossa carteira em nossa cidade, sem precisar passar pelo transtorno de viajar para Belém. No geral, o nosso movimento abraça os casos mais necessários, que é a questão da homofobia [...] ou outra palavra que está sendo usada direto que é a LGBTFOBIA (Entrevista com Kaellany Rofft, 09 de Dezembro de 17, segmento *Trans*).

Pra gente tentar conciliar todos os segmentos como de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis buscamos ajudar a todos. Esse ano [2018] a Rede Trans pediu que cada afiliado da Rede fizesse um levantamento de quantas meninas Trans e Travestis estão estudando nos colégios na cidade em que atua o movimento de cada um. Aí no mês de Março [de 2018] a gente [movimento] já vai começar a dialogar com os diretores das escolas do Estado pra gente saber das dificuldades [...] Queremos saber se estão usando os nomes sociais porque é lei [...] todos os segmentos a gente tenta conciliar, por exemplo os meninos gays no termo de violências, as vezes eles procuram para dar uma orientação [...] a gente não pensa só no segmento *Trans*, a gente pensa em todos os segmentos. As lésbicas agora estão se achegando ao movimento porque na última sexta-feira [16/02/2018] eu estava em reunião com elas e aproveitei pra “puxar a orelha” delas (Entrevista com Shaylla 19 de Dezembro de 18).

As questões reivindicadas pelo movimento Grupo possibilita-nos pensá-lo a partir da micropolítica de resistência, que cria suas linhas de fugas para lutar por questões sociais. Os relatos de Thayssa e Kaellany Rofft versam sobre a importância das ações realizadas pelo movimento, estratégia positiva na construção de um espaço político coletivo. Nessa

perspectiva, Louro (1997) nos convida a “pensar no *exercício do poder*; exercício que se constitui por “manobras”, “técnicas”, “disposições”, as quais são, por sua vez, resistidas e contestadas, respondidas, absorvidas, aceitas ou transformadas” (p. 38-39, grifos da autora), de maneira que, na concepção foucaultiana, o exercício do poder está permeado pelo exercício da liberdade e por focos de resistências.

Outro ponto que ganha relevo na narrativa de Kaellany Rofft corresponde ao estigma que ronda os sujeitos *Trans*, sobretudo na descontinuidade do gênero com a aparência de seus corpos. Visto que, como aponta Berenice Bento (2011, p. 554), “a patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores”, assim como a possibilidade de submeter-se a um tratamento hormonal de forma eficiente e segura por meio da implantação do Ambulatório Transexualizador da Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecto-Parasitárias e Especiais-UREDIPE, grande conquista para pessoas *Trans*, conforme ressaltado em outrora. Assim, o terceiro eixo levantado nas entrevistas incidiu sobre a dimensão formativa do movimento, o que os indivíduos participantes têm a aprender com o movimento.

Acho que o movimento fez a gente enxergar a política com outros olhos. Nossas lutas e conquistas passam pela política [...] através do movimento passamos a *aprender sobre os nossos direitos e sobre as leis* que temos a nosso favor, e sem o movimento isso seria difícil de acontecer (Entrevista com Richard, 11 de Dezembro 17, segmento de Lésbica- grifo nosso).

Em termos de aprender com o movimento é que a nossa maior luta é contra todo e qualquer tipo de preconceito. Hoje não sofremos mais a violência calados, caso isso ocorra, porque sabemos por onde recorrer, graças ao movimento. Ainda tem muita luta pela frente [...] mas já vimos que unidos a gente vai longe para alcançar nossos objetivos (Entrevista com Thayssa, 13/12/17, segmento de Gay).

O movimento, sem dúvidas, só trouxe benefícios para todos nós porque ganhamos nosso espaço, pelo fato de conquistarmos o respeito da sociedade. A prova disso é que todo dia 27 de julho [parada do orgulho LGBT de Igarapé-Miri] levamos uma multidão às ruas e hoje as pessoas convivem bem com a gente. Isso mostra que conquistamos nosso lugar em Igarapé-Miri (Entrevista com Kaellany Rofft 09 de Dezembro de 17, segmento *Trans*).

Dentro do movimento estamos *constantemente aprendendo*. O movimento me auxilia e me respalda em situações de discriminação, por exemplo. Hoje posso dizer que sou *emponderada* a respeito das lutas do segmento *Trans*. A nossa grande preocupação dentro do Grupo é divulgar mais sobre o movimento, principalmente dentro da comunidade LGBT para que mais pessoas venham se filiar. Em meu tempo livre, sempre saio com a ficha de filiação e entrego para os que ainda não participam do movimento (Entrevista com Shaylla 12/12/17, segmento *Trans* grifo nosso).

As narrativas dos sujeitos interlocutores da pesquisa comungam das experiências de lutas pelas questões de gênero e sexualidade pautadas no auto reconhecimento como sujeitos políticos. As falas de Richard e Thayssa evidenciam que por meio das lutas coletivas são construídos conhecimentos, erguem-se as questões que compõe as bandeiras de luta do movimento, além de que ganha relevo a conquista de respaldo e ampliação dos direitos jurídicos e sociais. A narrativa de Kaellany Rofft enfatiza a conquista por espaço, não como algo outorgado e dado, mas sim construído coletivamente, através de uma micropolítica ocupam, resistem e reinventam os espaços públicos da cidade durante a parada LGBT, no sentido de desterritorializar estes espaços e reinventa-los como lugares de passagens, encontros, convívio das diferenças, instigam um novo habitar político e coletivo da cidade.

A narrativa de Shaylla aponta para o funcionamento do movimento como lugar de aprendizagem para estes sujeitos sociais. Importa destacar que, frequentemente, nos relatos de Shaylla emergem termos e vocabulários, que vão sendo construídos na participação em eventos nacionais, encontros acadêmicos e estaduais, assim como no assíduo contato com ativistas que lideram os movimentos LGBT em diferentes estados brasileiros.

Os três eixos ora apresentados partem do pressuposto de que o trabalho cartográfico visa por meandros diferenciados acompanhar e descrever os processos e a dinâmica formativa do movimento, de modo que reúnem algumas percepções da multiplicidade de vozes dos atores sociais atuantes no movimento. Estas multiplicidades de vozes se expressam por um agenciamento coletivo de enunciação, visto que:

É sempre um agenciamento que produz os enunciados. Os enunciados não têm por causa um sujeito que agiria como sujeito da enunciação, tampouco não se referem a sujeitos como sujeitos de enunciado. O enunciado é o produto de um agenciamento, sempre coletivo, que põe em jogo, em nós e fora de nós, populações, multiplicidades, territórios, devires, afetos, acontecimentos (DELEUZE E PARNET, 1998, p.43).

O exercício cartográfico de acompanhar processos também nos permitiu acessar diferentes experiências no tocante ao contato dos militantes *Trans* no campo educacional. Em um dado momento das atividades de campo, observei que as narrativas produzidas por nossas interlocutoras *Trans* ressoaram em um tom contestatório, de modo que a iniciativa em se tratar sobre esta questão emergiu de suas próprias vontades em relatar as histórias vivenciadas e as marcas de poder deixadas pela dureza das instituições escolares em suas vidas.

Nós [sujeitos *Trans*] somos vistos como *aberrações*, nosso sonho é de sermos vistos como *peessoas normais*. Tenho uma grande vontade de fazer um curso superior voltado pra educação, mas a dificuldade de cursar uma licenciatura é grande, porque sofremos muita discriminação [...] a nossa *presença na escola incomoda* porque as pessoas pensam que vamos *ensinar os alunos serem como nós*. Não somos bichos e sim seres humanos. Através do nosso movimento buscamos implantar ações nas escolas pra mudar esse pensamento como por exemplo, discutir a sexualidade com alunos, professores, coordenadores e diretores, dividir tudo o que aprendemos nos workshops” (Entrevista com Shaylla, 18 de Novembro de 17, segmento *Trans*).

“A gente não tem muita oportunidade, muitas pessoas pensam que as travestis e transexuais tem que se prostituir. Não temos incentivos da escola pra continuar os estudos. Somos mais mal vistos do que gays e lésbicas [...] apesar de eu ter minha profissão que é carnavalesca e estilista, eu pretendo continuar meus estudos [...] Acho que as escolas deveriam dialogar mais com as campanhas LGBT. Lembro que quando a ex presidente Dilma quis implantar uma cartilha [projeto Escola Sem Homofobia] sobre a comunidade LGBT e os outros políticos fizeram um inferno, distorceram a história. *Eles pensavam que era um incentivo pra ser gay, mas não era isso*. Era apenas pra esclarecer e conscientizar os alunos” (Entrevista com Nayara Charla, 17 de Outubro de 17, segmento *Trans*).

O relato de Shaylla exprime o estereótipo de inferioridade projetado, historicamente, aos sujeitos *Trans* explicitado pelo emprego do termo “aberrações”, que também reaparece em seu outro relato apresentado anteriormente. Nesta perspectiva, a descontinuidade de gênero realimenta a heterossexualidade compulsória incitando o enquadramento destes sujeitos como “o outro”, “o estranho”, “o abjeto” (BENTO, 2011, p. 552). Ao desviar dos gêneros inteligíveis, este corpo estranho instabiliza e incomoda o território escolar por colocar em questão “aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma” (BUTLER, 2000, p. 118). A fala de Shaylla ainda aponta outro marcador social: o corpo *Trans* lido sob a condição de anormalidade, visto que as instituições sociais, incluindo a escola, reproduzem a heterossexualidade como a sexualidade “normal”. Neste sentido, Bento (2011) afirma que:

Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividade de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como *identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas* (BENTO, 2011, p. 553- grifo nosso).

Assim, um ponto intercessor entre as falas de nossas interlocutoras centra-se na lógica normativa, de que as sexualidades tidas como desviantes se expressam pela ordem do

contágio, à medida que os sujeitos fugidios da matriz heterossexual são postos em jogo no domínio de abjeção, e com isso situados em uma *zona de inabilidade*, conforme ressalta Butler (2000):

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são "sujeitos", mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas "inóspitas" e "inabitáveis" da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do "inabitável" é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2000, p. 112).

As narrativas dos interlocutores da pesquisa nos levam a considerar os anseios por respeito e tratamento igualitário por parte dos sujeitos inseridos no segmento *Trans*, nos ambientes escolares fora da matriz de exclusão e abjeção. A captura dessas experiências demonstra a amplitude dos processos formativos no que concerne ao destaque de seus pontos de formação: política, coletividade, cidadania e questões de gênero. Assim, o Grupo traça suas linhas de fuga promovendo fluxos moleculares na construção e multiplicação de conhecimento, chave central para o reconhecimento de direitos e legitimidade da diferença de gênero e sexual nas instituições escolares.

Shaylla ainda relata que um dos maiores constrangimentos enfrentados por travestis e transexuais, nos espaços escolares, corresponde ao uso do banheiro. A esse respeito, Shaylla relata que:

Em 2008, quando eu cursava o ensino médio, eu ia sempre montada pra aula né [...] na hora do intervalo eu queria usar o banheiro das meninas, mas elas não gostavam e iam reclamar para o diretor [...] então eu ia no banheiro dos meninos, e a situação piorou porque eles me expulsavam de lá. Então, eu fui conversar com o diretor, eu falei poxa diretor eu não posso usar nenhum banheiro que sou rejeitada [...] como a escola é bem grande, o senhor podia improvisar um espaço, porque na escola tem outras travestis. Aí foi improvisado um banheiro por trás da cantina, que por muito tempo estava interdito. Agora, como presidente do movimento eu tive a oportunidade de levar essa discussão para o Conselho do Estado. (Entrevista com Shaylla, em 06 de Novembro de 2016).

Thayssa também enfatiza que situações de constrangimento e intimidação quanto ao uso de banheiros não ocorriam apenas com travestis, atingem também homossexuais. Ela conta que quando assumiu sua homossexualidade na escola, também foi vítima de preconceito e desrespeito por parte dos demais alunos, por fazer uso do banheiro feminino:

No tempo da escola, logo que me assumi como homossexual passei a usar direto o banheiro das meninas. Aí teve um dia que um grupo de *mapôs* [Em Bajubá quer dizer meninas] vieram me afrontar dizendo que eu não poderia usar o banheiro delas por eu ser homem e por isso tinha que procurar o banheiro dos homens. Eu fiz uma grande confusão com elas e disse que iria continuar usando o banheiro de meninas, sim! (Entrevista com Thayssa, em 27 de Novembro de 2017).

Os relatos de Shaylla e Thayssa comungam de experiências comuns de preconceito e hostilidade contra os Trans e homossexuais no ambiente escolar, que ao mesmo tempo em que deixam cicatrizes abertas nas vidas dos sujeitos, também despertam para o enfrentamento e a luta coletiva de resistência a ser travada no contexto escolar. Louro (2000, p. 11) lembra que “as marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual”. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível pensar a formação da militância, no sentido de se ater às implicações que decorrem em identificar como se formaram e como são formados militantes no Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA. Para Shaylla:

A formação da militância no meu ponto de vista, Elielma, é que fazemos parte de um *movimento que busca conhecimento*. Vou te falar como presidente, como nós somos muito vulneráveis [comunidade LGBT] a gente repassa e orienta o pessoal do movimento [sobre] as causas que vamos abraçar. Então, juntos, a gente começa a militar pela causa, seja ela qual for [...] Bem, o papel da militância no nosso movimento é repassar, principalmente, as legislações para nossos afiliados, mostrar as portarias que estão sendo aprovadas e outras que ainda temos que lutar [...] assim vamos formando nossos militantes. Hoje estamos batendo na tecla de Lésbicas [...] é uma preocupação muito grande porque a maioria estava afastada do movimento e elas não sabem como se empoderar. Então, eu chamei elas e pedi para que elas interagissem mais ao nosso movimento de Igarapé-Miri, porque é o futuro delas, também assim como de outros que são afiliados. (Entrevista com Shaylla, em 10 de Janeiro de 18, grifo nosso).

O relato de Shaylla deixa transparecer os gestos de coragem e de liberdade em contribuir na formação e empoderamento dos sujeitos participantes, fator primordial para intensificar a atuação política e ampliar suas diretrizes referenciais no intuito de atingir uma formação plural reinventando seus mecanismos de resistência. Nas entrelinhas, ao final da fala de Shaylla, fica implícito que essa mobilização em construir conhecimentos e instruir os afiliados na luta por direitos, não virá do “lado de fora” do Grupo, tampouco de uma macropolítica hegemônica, daí a necessidade em mobilizar uma micropolítica de resistência a

partir das questões de gênero e sexualidade que garanta um atendimento jurídico-social e um diálogo permanente entre dirigentes e militantes afiliados.

No decorrer da presente pesquisa obtivemos um instigante depoimento de uma profissional da educação, que atuou como coordenadora pedagógica em uma escola municipal de médio porte em Igarapé-Miri/PA, em um período marcado pelo acentuado número de alunos homoafetivos inseridos na referida instituição. A esse respeito, ela relata:

Fui lotada como Coordenadora Pedagógica na escola Aristóteles Emiliano de Castro em agosto de 2002 a dezembro de 2003. Fiquei lotada nos turnos da manhã e da noite em 2002 e nos turnos da manhã e da noite em 2003. No turno da noite tinha alguns alunos gays matriculados na escola. Como eu já discutia gênero na escola desde 1999 por causa do meu TCC, eu os respeitava e tinha uma boa relação com todos, sempre pautado no diálogo para resolver as situações de preconceitos que eles sofriam diariamente por parte dos alunos e de alguns professores. Ocorreu uma situação na escola que me deixou extremamente preocupada. Um ex-policial militar, formado em pedagogia e que já havia estudado na minha turma de Pedagogia, foi lotado na escola como Coordenador Pedagógico, o que segundo o diretor seria ótimo, pois eu conversava muito com os alunos e ele [Coordenador e ex-policial militar] ia *impor respeito*. Em duas situações esse coordenador agiu com extrema falta de ética com os alunos, uma situação de homofobia em relação ao grupo de alunos do turno da noite. Um dia quando cheguei à escola todos os alunos gays estavam na sala dos professores e eu fui perguntar a ele [Coordenador] o que tinha acontecido e ele disse que era o fato deles [grupo de homossexuais] entrarem rebolando nas salas e eles provocariam os outros alunos a os vaiarem, xingarem e jogarem papel, que a culpa daquela algazarra na escola era deles. Foi então que o “Batatinha” [Thalya de Lavega] disse [ao diretor e coordenadores] que eles estavam sofrendo preconceito e que não era eles que deveriam estar ali para serem “chamados à atenção” e que isso também era uma forma de preconceito. Quando ele falou isso, eu vibrei muito, pois percebi *que não precisavam de alguém de fora pra falar por eles*. Que eles já *sabiam de seus direitos e sabiam como resistir* diante do preconceito e injustiça que sofriam. A outra situação foi o abuso sexual contra uma aluna do turno da manhã. Ele passou a mão no bumbum dela e várias pessoas viram. A situação foi denunciada pela vice direção que resultou em sua demissão. (Entrevista com Vilma, 06 de Fevereiro de 2018- grifo nosso).

A narrativa de Vilma, coordenadora pedagógica no período em que o fato aconteceu, nos apresenta vários elementos relevantes: a inserção no ambiente escolar de um coordenador pedagógico com bases de formação militar como representação da imposição da coerção disciplinar sobre corpos que se negam a serem regidos por uma matriz heterossexual. Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e punir*, aponta para a formação de uma “política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (1999, p. 164). Desta maneira, os olhares de vigilância sobre

esses estilos de vida *queer* estão calcados em um forte investimento do poder, conforme destaca Foucault:

[...] o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. [...] O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 1999 p. 163-164).

Nessa perspectiva, a escola como reprodutora de representações e discursos hegemônicos aciona “dispositivos disciplinares” na tentativa de produzir a docilidade dos corpos, de forma que para Foucault (1999, p. 163), “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. Outro elemento que ganha destaque na fala de nossa interlocutora corresponde ao fato de identificar indícios de resistências nesses sujeitos frente à “minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo” (FOUCAULT, 1999 p. 167), por expressarem e afirmarem suas diferenças como potências de vidas que não estão assentadas em um regime de tutela, tampouco em diálogos por um porta-voz. Cabe aqui mencionar que o depoimento da coordenadora pedagógica (de Vilma) versa sobre o período compreendido de 2002 a 2003, entretanto esses sujeitos passaram a se organizar politicamente no ano de 2001. Isto evidencia que os conhecimentos acerca dos seus direitos bem como os gestos de resistências são, possivelmente, frutos da atuação política emergente no Movimento.

5.1 Saberes insurgentes: Por uma educação *menor*

À medida que nos aproximávamos do encerramento do ciclo de atividades pertinentes à construção de nossa pesquisa cartográfica, o mergulho na experiência de campo já indicava pontos crescentes na captura de linhas de forças. Cartografar as linhas de fuga do movimento no âmbito escolar provocou *insight*, potências, acesso a elementos processuais, como “matérias fluidas, forças tendenciais, linhas em movimento”, além de “fragmentos dispersos nos circuitos folheados da memória” (KASTRUP, 2009, p. 49).

Partindo desse entendimento, nosso percurso cartográfico dirige-se a um pesquisar em consonância com o coletivo, produzindo conexões que “nos tocam, nos transformam e produzem mundos” (BARROS E KASTRUP, 2009, p. 73). Assim, em um primeiro momento, os dirigentes do movimento elegeram duas escolas estaduais de ensino médio para o desenvolvimento da ação escolar 2017. A escolha destas escolas foi proposital visto que a ação 2017 foi planejada e direcionada para alunos inseridos nesta etapa de ensino. Para tanto, foram convocados, antecipadamente, três participantes do movimento bem com também foi solicitada minha participação, no sentido de contribuir com as questões a serem lançadas para o alunado sob uma perspectiva acadêmica. Por entre orientações dos dirigentes, fomos construindo a pauta de ação, assim como a seleção de materiais a serem distribuído para a comunidade escolar.

Desse modo, uma vez destinada para estudantes do ensino médio, a ação escolar 2017 teve por objetivo central disseminar informações a respeito da organização e atuação política do movimento LGBT em Igarapé-Miri/PA, além de reforçar a distribuição de materiais da campanha do governo estadual “*Respeito não tem gênero*” com destaque alusivo ao dia mundial de combate à AIDS, além de cartazes produzidos pela *Rede Trans Brasil*¹⁸, da qual Shaylla é filiada. Assim foram apontados dois dias para a realização das ações, um determinado dia para cada escola. A primeira ação foi executada na Escola Estadual Enedina Sampaio de Melo, em 11 de dezembro de 2017, pelos/as seguintes integrantes do movimento: Shaylla, Richard e Thayssa, além de minha participação. Devido Shaylla estar envolvida em outras ocupações do movimento, coube à pesquisadora e demais membros envolvidos na ação, solicitar, previamente, uma autorização a gestão escolar para realizar a ação. Em síntese, também foi enfatizado, perante diretoria e coordenadores, a pesquisa de dissertação de mestrado desenvolvida com o Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA. Então, foi-nos indicado que a “visitação”, assim denominada pela gestão escolar, ocorresse no turno da tarde, pois era o período em que os alunos estavam mais ociosos.

Ao adentrarmos neste ambiente escolar, no primeiro dia de ação, nos deparamos com diversos alunos ocupando os corredores e outras adjacências da escola que insistentemente indagavam: - Professora, a senhora irá voltar a dar aulas pra gente? Em resposta, apenas sorria, aguçando a curiosidade. Assim, seguimos para a sala de coordenação, onde fomos recepcionados com cordialidade por duas profissionais que coordenam os alunos do período

¹⁸ É uma ONG de nível nacional que integra Travestis e Transexuais atuantes em ONG's locais espalhadas pelo país, visando o reconhecimento e empoderamento de sujeitos Trans. Além disso, promove diversas palestras e workshops para os membros filiados no fortalecimento da luta do segmento Trans.

vespertino. O retorno a este ambiente escolar, que por sinal a mim é bastante familiar, suscitou uma prudência na atenção cartográfica, haja vista que “informações, saberes e expectativas precisam ser deixados na porta de entrada, e o cartógrafo deve pautar-se, sobretudo numa atenção sensível” (KASTRUP, 2009, p. 48).

Figura 37: Ação Escolar: visitação na sala de aula



Fonte: Pesquisa de Campo

Desse modo, as coordenadoras nos deixaram bastante à vontade para transitar nas salas de aula. Assim, aleatoriamente, fomos adentrando nestes espaços. Então, iniciei a fala me rerepresentando aos alunos, agora na condição de pesquisadora, e dessa forma apresentando os integrantes do movimento e enfatizando que o objetivo daquele retorno à escola não estaria implicado, propriamente, no retorno às atividades

docentes, mas sim para participar da discussão, no sentido de intermediar e colaborar com as questões propostas pelo movimento, assim como no prosseguimento da ação.

Figura 38: Distribuição de materiais na secretaria



Fonte: Pesquisa de Campo

Por timidez em discursar frente ao público, Thayssa e Richard falaram, de forma breve, o segmento do qual fazem parte e o período que adentraram ao Grupo. Assim, em continuação Shaylla tomou a palavra instigando os alunos com a seguinte pergunta: - “Alguém aqui conhece algo a respeito do movimento LGBT de Igarapé-Miri?” Esta indagação provocou um silêncio súbito entre os alunos indicando o desconhecimento

quanto à existência de um movimento organizado em seu município, salvo uma única turma em que houve uma manifestação de um grupo de alunos afirmando que já conheciam a atuação do movimento. Imediatamente, lancei a pergunta: - Como conheceram? Eles contestaram dizendo que haviam desenvolvido uma pesquisa em torno dos movimentos sociais existentes no município de Igarapé-Miri/PA, como requisito de integração de atividades para a Feira de Ciências Humanas, realizada anualmente na referida instituição.

Logo, pensei: que iniciativa interessante e educativa! Coincidentemente, a professora, que havia sugerido e supervisionado a referente pesquisa, se fazia presente em sala de aula, uma vez que estava trabalhando com a turma e aproveitou nossa chegada para acompanhar a discussão com alunos. Então, Shaylla afirmou que havia prestado entrevistas e cedido materiais aos alunos envolvidos na pesquisa. Desse modo, após o momento de discursão com os alunos, nos dirigimos à sala de secretaria para também fornecer materiais para funcionários, visto que a ação visava atingir a totalidade da comunidade escolar.

A continuidade da ação estava prevista para ocorrer na data seguinte ao primeiro dia, ou seja, no dia 12 de dezembro, na Escola Estadual Manoel Antônio de Castro. Ainda que Shaylla tivesse feito a solicitação à gestão escolar com antecedência, ao final da ação na Escola Enedina Sampaio de Melo seguimos para a Escola Manoel Antônio de Castro no intuito de confirmar a realização da ação com a gestão escolar. Assim, fomos atendidos pela coordenadora pedagógica, responsável pelo turno da tarde, que pediu para que, antes de realizar a ação, conversássemos na sala da diretoria juntamente ao diretor. Inicialmente, de forma amistosa, o diretor manifestou suas boas vindas à escola, enfatizando a importância de intensificar as discussões sobre gênero e sexualidade em instituições escolares, entretanto, logo em seguida apontou algumas ressalvas.

O primeiro apontamento, indicado pelo diretor, versou sobre a propagação do respeito a partir de uma perspectiva crítica. Em vista de que uma das bandeiras de luta do movimento está calcada no respeito, para o diretor “o respeito, primeiramente, deve acontecer dentro do próprio movimento, para que assim se possa expandir a discussão sobre o referido assunto”. Este ponto me pareceu enigmático, no sentido de que foi difícil me situar sobre a questão a que se destinava sua colocação. Em seguida, Shaylla pediu a palavra e, em resposta, disse que sabia que ele estava se referindo a 4ª Parada LGBT de Igarapé-Miri/PA, ocorrida em 2011.

Segundo o diretor, a Parada LGBT de 2011 não havia uma conotação política, de modo que o ato estava mais voltado para “*rasgação*” acompanhada, constantemente, por palavras de “baixo calão”, algo que, em seu ponto de vista, gerou repulsa. Ainda apontou que este ato poderia ecoar de forma negativa para o governo do Estado do Pará, no sentido de que as pessoas poderiam questionar o porquê deste órgão fomentar “esse tipo de coisa” [Paradas LGBT], para ele, esses pontos precisavam ser revistos, uma nova forma política de pensar o movimento. Shaylla reconheceu que a organização da 4ª parada “deixou a desejar”, no entanto destacou que os responsáveis pelo “alvorço” não eram integrantes do movimento, de forma que não deveriam relativizar tais ideias às outras edições da parada LGBT, reforçando que “é preciso ir as ruas se manifestar politicamente”.

Na sala de aula, a discussão foi direcionada para os processos de exclusão vivenciados no ambiente escolar. O olhar de Thayssa voltou-se para a evasão escolar acentuada de gays no sentido de problematizar as hostilidades e relações de gênero excludentes na escola, afirma que “não é porque somos gays que vamos ter que ir direto para a tesoura e o pente, sem ter a oportunidade de sentar, dignamente, no banco da escola”. Neste mesmo entendimento, Shaylla desabafou que “quando eu fazia o ensino médio aqui na escola, cansei de sofrer preconceito porque chegava na escola toda pintada, e isso fazia me fazer pensar várias vezes em desistir da escola”.

Nessa conversação com os integrantes do Grupo LGBT evidenciou-se a presença de duas linhas de resistência e enfrentamento político. A primeira linha de discussão pode ser lida, a partir da contestação de Shaylla, pelo fato de que algumas ações do movimento, como a realização das Paradas do Orgulho LGBT, bem como outras manifestações em prol da visibilidade, reverberam de modo positivo, nas condições de vida para a população LGBT. Nessa perspectiva a Parada não é lida somente como um momento de festa e alegria, mas também como um evento capaz de agenciar vidas plurais e posicionamentos políticos de luta e resistência contra ao preconceito de gênero. A segunda linha evoca a questão da evasão escolar de estudantes LGBT sob a perspectiva de que “há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão [...]” considerando-se que a ausência de amparo no processo de escolarização deixa marcas negativas ao tentar lidar com a diferença, visto que “a produção de seres abjetos e poluentes (gays, lésbicas, travestis, transexuais, e todos os seres que fogem à norma de gênero) e a desumanização do humano são fundamentais para garantir a reprodução da heteronormatividade” (BENTO, 2001, p. 554-555).

As colocações de Thayssa e Shaylla em torno das questões de gênero e sexualidade, no campo educacional, podem ser pensadas a partir da ideia de abjeção, que segundo Miskolci (2012, p.24) “constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade”. Nessa perspectiva, a experiência da abjeção, vivenciada nas instituições escolares, incita os processos de produção da desigualdade e hierarquização de gênero, estabelecendo um olhar negativo sobre os que rompem os regimes normativos deflagrados pela heteronormatividade.

Um novo encontro, no dia 12 de dezembro chegamos a Escola Manoel Antônio de Castro para o cumprimento do segundo dia de ação. Desta vez, Thayssa e Richard não puderam nos acompanhar, devido a alguns compromissos pessoais. Ao chegarmos à instituição nos apresentamos na sala de coordenação para a coordenadora pedagógica do turno

matutino. Então, com bastante desconfiança, nos disse que desconhecia a autorização para realizarmos a ação na escola, no entanto pediu que aguardássemos até o momento de estabelecer contato com o diretor.

Enquanto transitávamos pelos corredores da escola aguardando uma posição da coordenação, Shaylla rememorava os anos que estudou naquela instituição. Fui conduzida ao espaço em que funcionava o banheiro improvisado para travestis, relatou sobre a conquista por respeito dentro de sua turma e o desfecho inusitado na outorga de grau. Segundo ela:

Faltava pouco para concluir o ensino médio e já estávamos ansiosos pela colação de grau, receber nosso certificado e tudo mais [...] Então a direção da escola disse que no dia da colação de grau, os meninos teriam que ir de smoking e as meninas tinham que ir de vestido social até o joelho ou longo. Então eu falei para o meu grupo de amigas da sala [de aula] que eu não iria de smoking porque já pensou eu *montada* ter que usar aquela roupa grande e pesada que não combina comigo. Vou para a colação de vestido! Aí as meninas diziam que não podia, o diretor iria brigar, mas eu já estava decidida! Só pedi que não comentassem sobre isso com ninguém. Quando chegou o grande dia cheguei no salão [onde ocorreu a cerimônia] vestida com um belíssimo vestido vermelho longo. Todos ficaram espantados com a minha atitude (Entrevista com Shaylla, 12 de Dezembro de 2017).

Figura 39: Ação de conscientização com os alunos



Fonte: Pesquisa de Campo

A postura transgressora e subversiva de Shaylla evidencia um corpo que borra as fronteiras dos binarismos e dos padrões de normalidade, desestabilizando juízos morais conservadores e burlando a matriz de inteligibilidade de gênero. Nesse momento, nosso diálogo foi interrompido com a chegada de umas das coordenadoras. Em resposta, disse que podíamos conversar com os alunos,

entretanto sem falas demoradas “para não atrapalhar as aulas dos professores e alunos”.

O plano de ação, exposto anteriormente, foi seguido fielmente nos dois dias de ação. Shaylla, ao fazer alusão ao dia mundial de combate à AIDS, enfatizou que “as pessoas costumam a nos associar como portadores da AIDS e os responsáveis por levar esse mal à população, sendo que nada disso é verdade”, destacando que a patologização tachadas aos sujeitos LGBT, acaba por incitar e/ou acentuar a segregação social, o ódio e o preconceito.

Esta questão apresentada por Shaylla aponta para a construção de conhecimento na participação dos encontros da *Rede Trans Brasil*. Dessa forma, a distribuição de materiais tem por objetivo esclarecer possíveis dúvidas quanto a diversas questões atreladas ao Movimento.

Realizar intervenções sobre questões de Gênero que permitam repensar as relações escolares e construir novas propostas de um ensinar e aprender transgressor parecem estar implicados na produção de uma educação menor. As práticas menores em educação não condizem com uma educação rigidez, instituída, entretanto se faz por vias de uma micropolítica de experimentação (SCHNEIDER, 2014). Para tanto, buscamos as acepções de Sílvio Gallo (2002) a respeito de educação maior e educação menor:

A educação maior é aquela dos planos decenais e das políticas públicas de educação, dos parâmetros e das diretrizes, aquela da constituição e da LDB, pensada e produzida pelas cabeças bem-pensantes a serviço do poder. Uma educação menor é um ato de revolta e de resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistência às políticas impostas; sala de aula como trincheira, como a toca do rato, o buraco do cão. Sala de aula como espaço a partir do qual traçamos nossas estratégias, estabelecemos nossa militância, produzindo um presente e um futuro aquém ou para além de qualquer política educacional. (GALLO, 2002, p. 173- grifo nosso).

Nessa perspectiva, uma educação maior não corresponde pela sua dimensão e abrangência, mas antes se faz por um pensamento hegemônico, com fronteiras, de ordem social e sexual, minuciosamente demarcadas dentro da macroestrutura, enquanto que uma educação menor emite partículas de resistências nos espaços e saberes instaurados produzindo embates e enfrentamentos. A educação menor atua nas capilaridades dos padrões majoritários e através dos fluxos moleculares propõe novas possibilidades, microgestos, micro-subversões, micropolítica, de forma que a expressão “menor já não qualifica certas literaturas, mas as condições revolucionárias de qualquer literatura no seio daquela a que se chama grande (ou estabelecida)” (DELEUZE E GUATTARI, 2012, p. 41- 42).

A partir desses indícios, os termos micro e macro/ maior e menor, como mencionado anteriormente, não correspondem a uma relação antagônica, mas coexistem em seus funcionamentos. Para Gallo “a literatura maior não se esforça por estabelecer elos, cadeias, agenciamentos, mas sim para desconectar os elos, para territorializar no sistema das tradições a qualquer preço e a toda força”, com tendência em homogeneizar os modos de viver, pensar e agir, além de reproduzir saberes convencionais, de modo que “para a literatura menor, o próprio ato de existir é um ato político, revolucionário: um desafio ao sistema instituído” (2002, p. 172). Insinua, assim, que uma dinâmica educacional menor opera na ordem do

inovar, criar, produzir o inabitual em sala de aula. Experimentar algo novo por meio de movimentos menores e linhas de fuga que perfuram os paradigmas de uma educação majoritária mantenedora do *status quo*.

Uma educação *menor* resiste às formas de dominação e assujeitamento, uma vez que “os movimentos moleculares não vêm mais completar, mas contrariar e furar a grande organização mundial” (DELEUZE E GUATTARI, 1996, p. 86), criar-se no encontro, no inesperado, para assim quebrar as regras que enrijecem / currículo oculto às questões de gênero e sexualidade. Trata-se de insurreições ao modo que Foucault (2006b), enfatiza:

Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. [...] Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa (FOUCAULT, 2006b, p. 97).

Então, a insurreição das vozes desses sujeitos que, ao longo da história, foram silenciadas erguem novas possibilidades de intervenção, criação e ressignificação do currículo por meio de uma micropolítica da diferença e de resistência que forja, questiona, estranha e revide frente uma educação *maior*. Essa nova possibilidade de um ensinar e aprender subversivo nos coloca diante de uma proposta empreendida por Miskolci (2012), a que ele denominou de “subalterna”. Esta perspectiva de saberes subalternos reside em “uma política da diferença, o reconhecimento de quem é diferente para transformar a cultura hegemônica” (MISKOLCI, 2012, p. 50-51).

Figura 40: Momento de anexar os cartazes nas escolas



Fonte: Pesquisa de Campo.

Assim, envoltos por um exercício de ativação dos saberes subalternos em reconhecer as diferenças, encerramos a ação, tanto no primeiro como no segundo dia, convocando os alunos que desejassem prestar auxílio para anexar os cartazes em murais e paredes das escolas.

Figura 41: Alunos auxiliando na fixação de cartazes



Fonte: Pesquisa de campo.

Esses momentos demonstram o quão envolvente e educativa foi a ação escolar 2017, especialmente pelo envolvimento de diversos jovens, alunos do ensino médio, sendo que para Shaylla “às vezes, por machismo, muitos rapazes ignoram nossas questões, mais do que meninas [...] mas me surpreendi nessa ação vendo eles interessados na temática” (Entrevista, 2018). Isto evidencia que a construção de uma pedagogia *queer* possibilita produzir rupturas criativas no sistema escolar normalizador.

Figura 42: Alunos posando com os cartazes



Fonte: Pesquisa de campo.

Ao finalizar a ação na Escola Manoel Antônio de Castro, fomos convidados, por uma das coordenadoras, a retornar mais vezes à escola, e assim, futuramente, após o término da pesquisa, pensar, a partir de um diálogo conjunto pesquisadora e movimento, em uma proposta de intervenção para os gestores da escola, reconhecendo que “muitas vezes nós da gestão escolar não sabemos lidar com os alunos e pais quando a questão trata-se da sexualidade” afirma a coordenadora, apontando como possíveis fatores, a ausência de conhecimento sobre esta área, bem como a forte influência do senso comum de que “a homossexualidade está atrelada a fatores genéticos”. Além disso, ponderou seu grande interesse por temáticas de gênero e sexualidade, mesmo destacando que seus princípios religiosos entram em “conflitos” com essas questões.

Passado alguns dias após a realização da ação, dialogamos com alguns alunos das duas instituições escolares, das quais foram contempladas com a ação, a respeito de suas concepções e possíveis resultados em torno da Ação escolar 2017. Assim, dois alunos da Escola Enedina Sampaio de Melo relataram que:

Foi muito legal a ação de vocês aqui na escola. Eu não sabia que aqui em Igarapé-Miri tem um movimento LGBT [...] eu acho que é muito importante eles irem na escola mostrar pra gente a sua luta porque a gente sabe que são pessoas que sofrem muito preconceito, principalmente aqui na escola, então acho legal ver eles se unindo pelos seus direitos. Outro dia vi no jornal que agora as pessoas Trans já podem votar com o nome que elas gostam de ser chamadas [nome social] (Aluno A, Entrevista em 08 de Março de 2018).

Eu conheci o movimento através do nosso trabalho, aqui da escola, na Feira de Ciências Humanas [...] a gente entrevistou a Shaylla, que é presidente, aí ela contou muita coisa do movimento. Pra mim, todos nós devemos respeitar e valorizar essas pessoas pra acabar com o preconceito, e não se incomodar, deixar as pessoas serem o que quiserem. Eu queria que eles viessem mais vezes aqui na escola porque tem muita coisa que a gente tem dúvida, e os professores não conversam muito sobre isso com a gente (Aluno B, Entrevista em 08 de Março de 2018).

O terceiro aluno entrevistado, estuda na Escola Manoel Antônio de Castro, destaca que já havia tido conhecimento da parada do Orgulho LGBT do município, entretanto desconhecia a organização do Grupo, em sua fala ressalta:

Eu sempre assisto a parada LGBT aqui de Igarapé-Miri, acho bem legal. Aqui na cidade tem muitos gays, lésbicas e travestis, mas eu não sabia que eles fizeram um movimento. Eu, como aluna, gostaria de mais momentos como aquele que vocês fizeram lá na sala [de aula], porque eu vejo que

quando as pessoas conversam sobre eles [sujeitos LGBT] é sempre rindo e fazendo piada, aqui na escola a gente ver muito. Mas no dia que vocês foram fazer ação, os alunos ficaram todos atentos prestando atenção [...] e depois que vocês foram embora todo mundo da sala ficou falando que gostou muito da ação (Aluno C, Entrevista em 09 de Março de 2018).

As falas dos alunos demonstram o efeito positivo da ação escolar 2017. Tornou-se explícito que, em suas narrativas, o processo de aprendizagem viabiliza que aflore uma cultura do respeito, da valorização e reconhecimento. O último relato evidencia que a ação propiciou tocarmos em questões de gênero e sexualidade fora de um caráter cômico, de zombaria, mas em uma perspectiva de seriedade e comprometimento de que tais discussões necessitam ser debatidas nesses espaços escolares. Este aspecto, que por muitas vezes é enredado pelo humor, é enfatizado por Louro (2000, p. 19), pois “meninos e meninas aprendem, também desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àqueles que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem”.

Além de ouvir os alunos, também entrevistamos a presidente Shaylla, que nos relatou sobre sua percepção acerca da Ação escolar 2017:

A ação escolar 2017 foi maravilhosa! Foi muito bom conversarmos com o diretor da Escola Manoel Antônio de Castro, porque eu e Thayssa falamos, em nome dos nossos segmentos, onde nos dói. Foi muito levar a discussão para alunos e mostrar para alguns funcionários, que não fomos lá para fazer “ideologia de gênero”. Foi bom falar para as pessoas que temos você lá na universidade mostrando a história do nosso movimento, que ganhamos uma parceira de lutas. Inclusive vieram alunos me procurar em minha residência pra saber sobre as ações médicas de testes, camisinhas [preservativos] e lubrificantes. Também queriam saber mais sobre o movimento (Entrevista com Shaylla, em 15 de Janeiro 2018).

Aos olhos da Coordenação do Grupo LGBT, a ação escolar 2017 se sobressaiu dentre as outras edições, pois pela primeira vez foi voltada para o público dos alunos do Ensino Médio, sendo que nas edições anteriores foram desenvolvidas apenas com alunos do Ensino Fundamental maior. Além do que a ação escolar promovida pelo Grupo põe em questão a possibilidade de (re) pensarmos as práticas educacionais relativas a questões de gênero sob o prisma de uma proposta *queer* no âmbito da diferença, visto que “ao invés de ensinar e reproduzir a experiência da abjeção, o processo de aprendizado pode ser de ressignificação do estranho, do anormal como veículo de mudança social e abertura para o futuro” (MISKOLCI, 2012, p. 67). Ao término desta pesquisa permanece o desafio de pensar uma proposta Queer para a educação. Nessa perspectiva, as intervenções, realizadas pelo Grupo LGBT de Igarapé-

Miri/PA, produzem aberturas e possibilidades de se pensar uma educação para as relações de gênero e sexualidade no campo educacional, a partir de um pensamento crítico e criativo, incitando o estranhamento do que é tido como normal e natural.

LINHAS FINAIS

Nossas últimas considerações atravessam as tramas políticas do movimento LGBT de Igarapé-Miri/PA, no tocante aos novos elos construídos no âmbito educacional. As pistas cartográficas das micropolíticas do Grupo LGBT nos levaram ao desafio de pensar uma educação com, na e para diferença mobilizada pelas questões de gênero, que escapa ao modelo educacional instituído, de modo que ao captarmos as cenas, experiências e memórias, o movimento de intensidades se fazia mais nítido emitindo reverberações em aspectos de nossa formação acadêmica e prática docente.

Certamente, não somos mais os mesmos depois desta pesquisa-intervenção realizada no Curso de Mestrado em Educação e Cultura! No processo de construção da Dissertação, talvez o maior desafio tenha sido manter uma dissociação da imagem da pesquisadora e da amiga, uma vez que, durante várias incursões a campo, o diário de bordo já funcionava como uma espécie de indicador, para nossos interlocutores, deixando explícita a finalidade da conversa. Por muitas vezes fomos surpreendidos por enunciações como: “hoje ela não veio pesquisar nada [...] está sem o caderno de anotação nas mãos!”. Neste curso de Mestrado, de fato, construímos a percepção e o significado do tornar-se pesquisadora, um divisor de águas em nossa formação acadêmica.

Desse modo, nos instiga refletir sobre a potencialidade do papel docente em promover e intensificar debates a respeito das relações de gênero e sexualidade no âmbito escolar. Para Gallo (2002) o professor militante se faz a partir de uma perspectiva coletiva, que busca a produção da possibilidade do novo, longe de uma posição de neutralidade ou imparcialidade.

Assim, se faz relevante pensar as linhas de fuga do movimento a partir de uma educação para as relações de gênero pela potência do menor, visto que “a educação maior é aquela instituída e que quer instituir-se, fazer-se presente, fazer-se acontecer. A educação maior é aquela dos grandes mapas e projetos”. Entretanto, uma educação menor, inscrita em uma micropolítica, permite o afloramento de novos saberes e se posiciona contra a qualquer tentativa de controle, de maneira que “uma educação menor é um ato de singularização e de militância” (GALLO, 2002, p. 173).

Nesse sentido, uma educação maior não se centra na ordem de uma magnitude, mas sim por uma educação instituída, que se inscreve em uma macropolítica, logo se encontra bem representada na sociedade. Por outro lado, uma educação menor se tece por movimentos de subversão e transgressão, que opera no âmbito da micropolítica e assim foge ao paradigma

arborescente. Portanto, a ação coletiva construída pelo professor militante está engendradora em uma educação menor.

Nessa perspectiva, pensar em uma educação menor que se produz no plano micropolítico da diferença pressupõe perceber os deslocamentos e atravessamentos das linhas de fuga do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA. Assim, as movimentações cartográficas produzidas nessa dissertação permitem perceber as micro-resistências por meio das novas alianças e novas possibilidades de relação estabelecidas entre movimento e escola.

Uma educação menor opera nas fissuras criando novas possibilidades, nas experiências do cotidiano, na sala de aula, fugindo às práticas de controle e reprodução “se a aprendizagem é algo que escapa, que foge ao controle, resistir é sempre possível [...] cria trincheiras a partir das quais se promove uma política do cotidiano, das relações diretas entre os indivíduos, que por sua vez exercem efeitos sobre as macro-relações sociais” (GALLO, 2002, 175). Tais efeitos se fazem por meio de gestos de resistência ao instituído, que por sua vez não estão operando isoladamente, mas imbricados em muitos sujeitos. A educação menor evoca a produção de multiplicidade, conexões rizomáticas que se abrem à criação do novo, tal como nos indica Deleuze e Guattari (1996, p. 57) “formando estranhos devires novos, novas polivocidades [...] fazer rizoma por toda a parte”. Assim, obtemos uma rede de emaranhado de linhas flexíveis e pontos arborescentes que se sobrepõe uns aos outros.

Desse modo, trata-se em compreender os processos sócio-político que atravessam o movimento sob o prisma de uma micropolítica que suscita micro-revolução, um aprendizado para as diferenças que se tecem no processo de resistência, na pluralidade, no político do espaço escolar.

Nessa perspectiva, eis o desafio de uma educação com, na e para a diferença: ressignificar as práticas educativas, por meio de movimentos moleculares que não permitem mais a integração de conhecimento imposta pela segmentariedade dura, entretanto, em um estes movimentos operem por perfuração nos segmentos molares reinventando-se pela possibilidade do novo, uma aprendizagem subversiva e transgressora.

As novas alianças estabelecidas entre Grupo LGBT e escola não acontecem por concepções convencionais, na ordem do legítimo e hegemônico para a sociedade, do olhar neutro, mas por vias de experimentações, visto que “toda essa cadeia e essa trama do poder mergulham num mundo que lhes escapa, mundo de fluxos mutantes. [...] O homem de poder não deixará de querer deter as linhas de fuga” (DELEUZE E GUATTARI, 1996, p. 102).

Para não se deixar capturar por convenções culturais instituídas, percebemos, em nossas incursões a campo, que o Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA se utiliza de mecanismos

de resistência, por meio de ações formativas, que acontecem no campo micropolítico. Nesse sentido, a proposta queer busca “repensar a educação a partir das experiências que foram historicamente subalternizadas, até mesmo ignoradas, mas que podem ajudar a repensar nossa sociedade, buscar superar injustiças e desigualdades” (MISKOLCI, 2012, p. 17). Assim, as experiências, em uma perspectiva subalterna, rompem com a hegemonia das diretrizes educacionais.

Durante o andamento da pesquisa, observamos que as narrativas de nossos interlocutores e a ação escolar 2017 evidenciam os impasses que a educação enfrenta ao lidar com a diferença, por ainda conter um pensamento restrito aos padrões identitários. Por isso, é preciso estranhar as práticas educativas vigentes, para assim viabilizar uma educação por deslocamentos propondo um novo caminhar em direção à pluralidade. Além do mais, em nossas incursões, percebemos certo “espanto” com a nossa temática da pesquisa, por parte de alguns funcionários das instituições escolares que visitamos, sobretudo no momento em que chegamos às escolas na companhia dos participantes do movimento. O olhar curioso acompanhado de expressões faciais com um ar irrisório e de deboche confirmavam o pensamento de Miskolci (2012, p. 66) de que “não é fácil lidar com o estigma e a abjeção, pois o que faz do Outro motivo de escárnio coletivo se transfere para quem ousa torna-lo visível, abrir-lhe espaço, deixa-lo falar”. Daí a importância de cada vez mais erguermos e afirmarmos uma educação menor por linhas de experimentação.

Uma educação menor estabelece rotas de fuga no território da micropolítica que desestabiliza as “verdades”, disparando linhas de desterritorialização que perturbam e problematizam o currículo heteronormativo.

A recusa violenta de formas de expressão de gênero ou sexualidade em desacordo com o padrão é antecedida e até apoiada por um processo educativo heterossexista, ou seja, por um currículo oculto comprometido com a imposição da heterossexualidade compulsória. Um comprometimento em construir em experiência educacional que tenha uma perspectiva queer exige lidar com a experiência da abjeção como algo concernente a todos e que não deveria ser parte da experiência educacional (MISKOLCI, 2012, p. 35).

Reiterando a citação de Miskolci, incita reavaliar as práticas educacionais a partir do desafio de pensar uma pedagogia Queer que tensiona os regimes de poderes instituídos. Desse modo, as condições de emergência do movimento demonstram as tramas e os dramas em viver a liberdade sexual, em um período marcado pelo pensamento conservador em Igarapé-Miri/PA. Entretanto, após realizarmos uma avaliação crítica a respeito das controvérsias

levantas em torno de questões LGBT, no contexto brasileiro, percebemos que as bases conservadoras, ainda, se mostram latentes em nossa sociedade por meio da reelaboração de discursos e práticas normativas. Então, faz-se necessário organizar estratégias por uma política da diferença no campo educacional, visto que as instituições escolares “funciona[m] como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade” (BENTO, 2011, p. 555).

O olhar queer se volta, justamente, em subverter as regras, desviar dos mecanismos de controle e regulação dos corpos, tornando viável novos desdobramentos no currículo e na pedagogia queer. Para isso, as linhas de multiplicidades que percorrem a educação precisam ser potencializadas, por vias micropolíticas, ressignificando saberes (SCHNEIDER, 2014, p. 2014).

Uma educação não normativa se propõe a questionar as representações sociais instauradas, de trazer à tona a experiência desse Outro tensionando as concepções ditas como naturais. Segundo Miskolci (2012, p. 51) “na perspectiva da diferença, reside a proposta de mudar as relações de poder”, assim este deslocamento implica em ativar processos de resistência por novos vínculos comunitários.

A demanda queer é a do reconhecimento sem assimilação, é o desejo que resiste às imposições culturais dominantes. A resistência à norma pode ser encarada como um sinal de desvio, de anormalidade, de estranheza, mas também como a própria base com a qual a escola pode trabalhar. Ao invés de punir, vigiar ou controlar aqueles e aquelas que rompem as normas que buscam enquadrá-los, o educador e a educadora podem se inspirar nessas expressões de dissidência para o próprio educar. (MISKOLCI, 2012, p. 67).

Nesse sentido, torna-se indispensável incorporar no cenário escolar práticas menores em educação, para assim experimentar um pensamento que nos possibilite tensionar questões, sobretudo de gênero e sexualidade, em vista de se construir uma sociedade da diferença e, de fato, democrática. Desse modo, é necessário intensificar as lutas minoritárias, principalmente dos movimentos LGBT, de forma que é a educação torna-se uma importante ferramenta nesse fortalecimento de lutas. Cabe ressaltar que essa luta está para além de combater as manifestações de discriminação e preconceito nas instituições escolares contra sujeitos LGBT, trata-se de tornar a escola um espaço onde possamos discutir, problematizar e desconstruir estereótipos a partir da ressignificação do Outro, mostrando que são vidas que precisam de respeito e garantia de direitos, para o exercício de uma vivência plural nesses espaços escolares.

Assim, nosso papel intelectual se faz conjuntamente com os sujeitos participantes do movimento, na construção de novas formas de atuação política, a partir de um pensar crítico que permite dar a eles uma visibilidade. Um movimento do pensar que reconfigura o pesquisar em educação. Um comprometimento político e ético com o conhecimento que se produz, com a cidade, com as pessoas que são os sujeitos desse conhecimento, de modo que cada vez mais há uma necessidade em se tocar nessas questões de gênero de sexualidade, pois se a escola, em sua potência disruptiva, se nega para essas discussões, ela corrobora para o aumento de estigmas e estereótipos sobre as pessoas LGBT.

As ferramentas conceituais empreendidas nessa pesquisa ativaram um pensamento marcado pelo viés de um enfrentamento e um olhar problematizador da realidade, ou ainda, acionaram armas de combate e não apenas imagens de ordem representativa e explicativa. Dessa maneira, pela micropolítica de resistência do Grupo LGBT de Igarapé-Miri podemos confrontar a perspectiva hegemônica de mundo, uma intervenção nos espaços para além da escola, que não sejam dominados por esses regimes de disciplinamento e enquadramento, para que se possa emergir a insurreição dos saberes por novas conexões criativas e fluxos de contestação. O combate, então, se tece na perspectiva da criação, intervenção e experimentação dos espaços plurais de convivência, de modo que a educação e a pesquisa nas universidades, permanentemente, mobilizem formação acadêmica instigante e criativa, além de práticas políticas coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; FILHO, Alípio de Souza. (Orgs.) **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção Estudos Foucaultianos).

ALVIM, Davis. **A megamáquina política: poder, resistência e deserção**. *Kínesis*, Vol. IV n° 07, Julho 2012, p. 303-319.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.

_____. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.

AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula. **O Conservadorismo Saiu do Armário!: a luta contra a ideologia de gênero do Movimento Escola Sem Partido**. Revista *Ártemis*, Vol. XXII n° 1; jul-dez, 2016. p. 32-42.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, maio-agosto/2011, p. 548-559.

BORBA, Rodrigo. **A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais**. Cadernos pagu (43), julho-dezembro de 2014:441-474.
BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. _____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: _____. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

_____. **Actos performativos y constitución del género: um ensayo sobre fenomenologia y teoría feminista**. Revista Debate Feminista. México, ano 9 v. 18, out., 1998, p. 296-314. Disponível em: http://www.debatefeminista.cieg.unam.mx/wpcontent/uploads/2016/03/articulos/018_14.pdf. Acesso: 15/10/2017.

BRANCO, Guilherme C. **As resistências ao poder em Michel Foucault**. Trans/Form/Ação vol.24 no.1 Marília, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732001000100016. Acesso: 06/02/2018.

BRANCO, Guilherme C; PORTOCARRERO, Vera. **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

BRAZ, Camilo, et al. **PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS: parcerias e tensões em torno da construção da cidadania na perspectiva do movimento LGBT em Goiás**. Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE. Pernambuco, v. 2, n 17, 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/issue/view/4>. Acesso: 11/01/2018.

CAETANO, Márcio Rodrigo Vale. **Gênero e sexualidade: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2011.

CARRARA, Sérgio. **Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo**. In. Revista Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, nº 05. Natal: UFRN, 2010, p. 131– 147.

CARVALHO, Marcos Castro; SÍVORI, Horácio. **Conservadorismo religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira**. Cadernos pagu (50), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2017.

CORRÊA, Marisa. **Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia**. Cadernos pagu (50), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero, 2017.

CORREIA, Wilson Francisco. **O que é conservadorismo em educação?**. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 18, n. 2, maio/ago. 2013, p. 78-90.

DELEUZE, G., & GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Vol. 1). Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. —Rio de janeiro: Ed. 34. (Coleção TRANS), 1995.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Vol. 3). Tradução de Aurélio Guerra Neto et Alii. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34. (Coleção TRANS), 1996.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Vol. 4). Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 54, 1997.

_____. **O Anti-Édipo Capitalismo e esquizofrenia 1**. Tradução Luiz B. L. Orlandi. São Paulo, Editora 34 Ltda. (edição brasileira), 2010.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, Escuta, 1998.

ESTATUTO do Grupo de Homossexuais de Igarapé-Miri- GHI. Igarapé-Miri, 2008.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro, Gramond, 2005.

_____. **Entre Umas e Outras: mulheres, (homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Área de Estudos de Gênero, IFCH/Unicamp. Campinas, 2008.

_____. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. 13ª Edição. R/J, Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Os anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. **Estratégia, Poder-Saber.** organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta: tradução, Vera Lucia Avellar Ribeiro, 3ª Edição Coleção Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 2006b.

_____. **O Governo de Si e dos Outros.** Tradução Eduardo Brandão: Wmf Martinsfontes, São Paulo, 2010.

FRANCO, José Luiz de Moraes. **Memórias do Movimento LGBT: da Sociedade Mattachine ao Estado do Pará, a conquista de direitos e suas demandas sociais.** Disponível em: http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020836_30_06_2015_16-30-56_1695.PDF. Acesso em: 15/08/2017.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e Pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FRANZINI, Fábio. **Futebol é ‘coisa para macho’? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol.** Revista Brasileira de História. vol. 25, n. 50, 2003, pp.316-328.

FRY, Peter. **Homossexualidade Masculina e Cultos Afro-Brasileiros.** In: FRY, Peter. Para Inglês Ver: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 54-86.

FRY, Peter & MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade.** 7ª Ed, São Paulo: Brasiliense, 1985.

GALLO, Sílvio. **Em torno de uma Educação Menor.** Educação & Realidade. 27(2): 169-178 jul./dez. 2002.

_____. **Deleuze & a Educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica. (Pensadores & Educação 8), 2008.

GUATTARI, F., & ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** Unesp. São Paulo, 2000.

JÚNIOR, José Aelson da Silva. **Torcer, retorcer, distorcer e destorce: notas sobre futebol, homofobia e pertencimento**. Anais do II Simpósio Internacional Futebol, Linguagem, Artes, Cultura e Lazer [recurso eletrônico] / organizador Silvio Ricardo da Silva [et al.] – Belo Horizonte : EEFFTO/ UFMG, 2016, p. 10-21.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. In. **A Ambientalização de Professores e Professoras Homossexuais no Espaço Escolar**, RIBEIRO, et al, p. 183-121.

LAURENTI, Ruy. **Homossexualismo e a Classificação Internacional de doenças**. Ver. Saúde Pública, vol. 18, nº 5, São Paulo, 1984.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Maio/ Junho, Rio de Janeiro. 1978. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2015/11/05-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-01-MAIO-JUNHO-1978.pdf>>. Acesso em: 12/11/2017.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Setembro, Rio de Janeiro. 1979. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2015/11/20-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-16-SETEMBRO-1979.pdf>>. Acesso em: 12/11/2017.

LEITE, Vanessa Jorge. **“Impróprio para menores?” Adolescentes e Diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas**. Tese (Doutorado)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2014.

LOURO, Guacira. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação**. *Estudos Feministas*, vol. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

_____. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOBATO, Eládio. **Caminho de Canoa Pequena: História do Município de Igarapé-Miri**. Imprensa Oficial Offset. 3ª Ed. Belém, 2007.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Campinas, Unicamp, 1990.

_____. **O militante homossexual no Brasil da “abertura”**. Tese (Doutorado em Antropologia)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985.

_____. **Os respeitáveis militantes e as bichas loucas**. Disponível em: www.giesp.ffch.ufba.br. Acesso: 14/11/2017.

MISKOLCI, Richard (Org.). **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2012.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. **Fora do Sujeito e Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis**. Gênero, vol. 07, Niterói-RJ, UFF, 2007, p.257-267.

PARÁ. Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. **População LGBT Um guia da cidadania no Pará: Conceitos, Direitos Humanos, Políticas Públicas, Espaços, Conquistas e Participação Social**. Belém, 2017.

PASSOS, E; KASTRUP, E; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS**. São Carlos. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

RIOS, Luís Felipe, et al. **Homossexualidade: Produção Cultural, Cidadania e Saúde**. Rio de Janeiro, Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS- ABIA, 2004.

ROLNIK, S. **Cartografias Sentimental: Transformações Contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; editora UFRGS, 2007.

ROZARIO, Elton Santa Brígida do. **“PARA ALÉM DAS PLUMAS E PAETÊS”: a atuação do Movimento LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SALES, A. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. Rondonópolis. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2012.

SANTOS, Dayana. B. C. **Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas**. Curitiba. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, 2010.

SANTOS, Giordano Bruno Souza dos. **Elaboração de um componente curricular sobre atenção à saúde da população LGBT em um Curso de Graduação em Medicina**. Natal, Dissertação (Mestrado em Ciências da saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Luís Antonio Francisco de, et al. **Michel Foucault: Sexualidade, corpo e direito**. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2011.

SCHULTZ, Leonardo; BARROS, Patrícia Marcondes de. **O lampião da esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970**. Revista da Comunicação, v. 15, n. 36, p. 4963, jan./abril, 2014.

SCHNEIDER, Daniela da Cruz. **Micropolítica e pedagogia menor: desdobramentos conceituais para se pensar a educação pelas vias da experimentação.** Revista Travessias. Paraná, v. 8, n. 2, p. 28-41, 2014. Disponível em: e-revista.unioeste.br. Acesso: 10/10/2017.

TREVISAN, J. S. **Devassos do paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** São Paulo. Record, 2011.

Programa Escola Sem Partido. <https://www.programaescolasempartido.org/faq>. Acesso em: 19/01/2018.